

PS Uma campanha sem princípios

Tal como já tinha acontecido nas eleições autárquicas de 97, o PS usa e abusa, nesta campanha eleitoral, do aparelho de Estado, para tirar dividendos eleitorais

■ Jorge Pires

Pág. 20

Tempo de barretos

Para quem dava como coisa certa que, em matéria de expressão de anticomunismo, Barreto atingira o grau máximo de abjecção, ficou claro que assim não era. Nem pouco mais ou menos.

■ José Casanova

Pág. 21

Eles apoiam a CDU

Milhares de personalidades de todas as áreas da vida política, económica, social e cultural do País continuam a manifestar o seu apoio à CDU e às suas propostas para um Portugal mais desenvolvido, justo e fraterno. Na semana passada, demos notícia do lançamento do Manifesto da Insubmissão, já subscrito por 1200 intelectuais. Neste número prosseguimos a divulgação de alguns dos apoiantes da CDU, representativos de vários sectores de actividade, que estão com este projecto de transformação da vida que a CDU protagoniza.

Centrais

Brasileiros desaprovam a política de Fernando Henrique

O governo neoliberal de Fernando Henrique não consegue já ocultar uma impopularidade preocupante. Hoje, apenas 12 por cento dos brasileiros apoiam o desempenho de FHC.

■ Miguel Urbano Robrigues

Pág. 23

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Setembro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1348 • Director: José Casanova

Campanha arranca em Braga com Carlos Carvalhas

O caminho é com a CDU



Timor

Indonésia lava as mãos de responsabilidades

A encenação levada a cabo pelas tropas indonésias, que no início da semana convocaram uma conferência de imprensa para anunciar ao mundo a «transferência oficial» da segurança de Timor-Leste para a Interfet, é o exemplo acabado da credibilidade que merece o regime de Jacarta. Depois de ter desrespeitado todos os compromissos assumidos, a Indonésia prepara-se agora para «lavar as mãos» de toda a responsabilidade, deixando atrás de si um território destruído, onde continuam à solta as milícias que criou e armou contra o povo timorense.

Pág. 13

Pela esquerda

A ideia de que «os partidos são todos iguais» e «os políticos também», tem sido amplamente disseminada – lamentavelmente, com algum êxito – na sociedade portuguesa. Trata-se de uma ideia falsa, que serve os interesses dos partidos que defendem a política de direita e que, além disso e como a História nos tem mostrado, contém graves perigos para a Democracia.

Meter todos os partidos e todos os políticos no mesmo saco é uma medida que interessa aos que pretendem apagar as diferenças reais existentes nas práticas, nos funcionamentos e nos projectos partidários.

O PCP sempre afirmou e assumiu, por palavras e actos, as suas características específicas e sempre fez questão de se distanciar, através de uma prática própria, dos partidos que seguem outros e bem diferentes caminhos. E fá-lo quer no dia a dia da sua actividade, quer em tempo de eleições – sem receio, bem pelo contrário, de utilizar a chamada «cassete», palavra que, traduzida neste contexto, significa coerência, seriedade, respeito permanente pelos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.

A actual campanha eleitoral tem sido bem reveladora destas realidades. Qualquer observador que avalie objectivamente as práticas eleitorais de cada um dos partidos não terá dificuldade em detectar as diferenças entre o apelo e o estímulo à reflexão dos eleitores praticado pela CDU, a seriedade das suas propostas e a verdade do seu discurso – e o desbragado vale-tudo onde se movimentam outras forças políticas cuja finalidade exclusiva é caçar votos seja como for.

A verificar-se, como tudo parece indicar, um reforço da votação da CDU, esse constituirá, indiscutivelmente, o dado mais relevante dos resultados eleitorais de 10 de Outubro

Dado marcante da campanha eleitoral em curso é a crescente obsessão de António Guterres pela maioria absoluta. É um facto que o primeiro ministro não pensa noutra coisa e que toda a sua intervenção eleitoral afunila nesse objectivo. É igualmente um facto, amplamente demonstrado, que Guterres não olha nem olhará a meios para atingir esse fim: a governamentalização da campanha do PS atinge índices superiores aos dos piores tempos do cavaquismo, as inaugurações passaram a ser utilizadas como uma arma vulgar de caça ao voto, a hipocrisia eleva-se a níveis jamais verificados – tudo isto numa tal promiscuidade entre o candidato Guterres e o primeiro ministro do mesmo nome que só não envergonha ambos porque ambos perderam já a capacidade de se envergonhar. No passado fim de semana, a escalada obsessiva atingiu foros de histeria. Ligando maioria absoluta a estabilidade, Guterres assumiu o velho discurso de Cavaco, carregando-o de uma dose mais forte de chantagem. A anunciada decisão de Guterres de «não voltar a falar de Timor enquanto candidato» e só o fazer «como primeiro ministro», seria apenas ridícula se não constituísse um insulto à inteligência dos portugueses e, em matéria de hipocrisia, nada fica a dever às «lágrimas de emoção» vertidas por Madeleine Albright quando do seu encontro com Xanana Gusmão.

Esta obsessão doentia de Guterres pelo poder absoluto e os métodos a que recorre – aliás eficientemente assessorado por uma ridícula e lastimável corte de idólatras – deveriam bastar para que o eleitorado lhe negasse inequivocamente essa ambição no próximo dia 10 de Outubro. De qualquer forma, de toda esta operação emergem sinais que nenhum cidadão pode ignorar e muito menos subestimar. O poder absoluto nas «boas mãos» de Guterres significaria de imediato o acentuar da polí-

tica de direita nos seus aspectos estruturantes; o aumento dos «jobs» para os muitos «boys» que aguardam impacientes a sua razão; o reforço do conteúdo de classe dessa política traduzido numa ainda maior defesa dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e na concretização de um pacote laboral terrivelmente gravoso para os trabalhadores – para todos os trabalhadores, sublinhe-se, independentemente das suas opções políticas e partidárias e seja qual for o sentido do seu voto. O poder absoluto provocaria ainda alterações de carácter fisionómico na pessoa do engenheiro Guterres: à face compungida, sofredora, humilde e pecadora por ele representada, aliás com notável despudor, neste tempo de eleições, sobrepor-se-iam a frieza, a arrogância, a prepotência, o autoritarismo, nele tão bem escondidos mas tão evidentes...

A actual campanha eleitoral deu à luz uma fornada de intervenientes que nela introduziram uma curiosa novidade. Trata-se de algumas conhecidas aves de arribação que, desta vez, descobriram uma bizarra modalidade de intervenção eleitoralista: apoiam declaradamente o PS e apelam ao voto em Guterres – e apresentam-se, simultaneamente, como apoiantes declarados do Bloco de Esquerda; desejam o poder absoluto nas «boas mãos» de Guterres – e desejam «boa sorte» ao BE nos seus objectivos. O inevitável Eduardo Prado Coelho (guterrista ferrenho) e a previsível Maria de Lurdes Pintasilgo (ferrenha guterrista), destacam-se como os mais inventivos destes bi-apoiantes. O primeiro, entremeia as manifestações de

idolatria por Guterres com a garantia de ter guardado, no seu generoso coração, um cantinho para os rapazes do Bloco. A engenheira, complementa os seus apelos ao voto em Guterres e o endeuamento do dito, com a disponibilidade, generosa e solidária, para ir orar num comício da rapaziada do BE. É claro que, nem com fortíssima lupa, seria possível descobrir ponta de contradição nestas posturas aparentemente contraditórias: na realidade, o apoio ao BE constitui, nestas circunstâncias, a mais eficaz forma de apoio ao PS – e estes aparentes

bi-apoiantes são, de facto e apenas, apoiantes de corpo inteiro do engenheiro Guterres e da sua política de direita. É certo que o fazem enquadrados num peculiaríssimo conceito de honestidade intelectual e política, mas esse é um problema que só aos próprios diz respeito. E que, pelos vistos, não só não os incomoda como até parece diverti-los. Que S. Guterres lhes valha...

A verificar-se, como tudo parece indicar, um reforço da votação da CDU, esse constituirá, indiscutivelmente, o dado mais relevante dos resultados eleitorais de 10 de Outubro. Com efeito, esse reforço é o único caminho eficaz para impedir os avanços da política de direita e para dar força à esperança numa política de esquerda que a realidade mostra ser necessária, indispensável. É nisto que reside, ao fim e ao cabo, o traço distintivo entre a CDU e todas as outras forças concorrentes a estas eleições.

É fácil prever, sem margem para dúvidas, que o PS vai ser o partido mais votado em 10 de Outubro – tão fácil como prever as consequências nefastas que, para o povo e para o país, teria a obtenção pelo PS do poder absoluto.

Assim sendo, votar na CDU – aumentando a sua expressão eleitoral e elegendo mais deputados seus para a Assembleia da República – é a melhor via parta o reforço da esquerda e a única que pode tirar o poder absoluto ao PS pela esquerda.



A campanha oficial da CDU abre com comício em Braga, com a participação de Carlos Carvalhas.

RESUMO

22 Quarta-feira

Jornalista holandês é morto pelas milícias em Timor-Leste ■ Falintil entram em combate com força do exército indonésio e causam 12 baixas ■ Na Marinha Grande, Carlos Carvalhas reafirma que só o reforço da CDU pode contribuir para a prática de uma política de esquerda ■ Na SIC, Barroso e Portas centram o debate sobre questões pessoais ■ Centenas de manifestantes, professores, marcham em Lisboa protestando contra a instabilidade profissional ■ Ehud Barak chega a França, vindo de Berlim, por onde começou uma visita a países europeus ■ Três dirigentes do Hamas, ignorando mandados de captura na Jordânia, são presos ao chegar a Amã.

23 Quinta-feira

Cerca de 500 milícias ameaçam violência em Liquiçá e as forças indonésias continuam a incendiar e destruir as instalações que vão abandonando ■ Xanana Gusmão tem o primeiro contacto público com timorenses, em Darwin, num intervalo das reuniões do CNRT que decorrem naquela cidade australiana ■ Em Jacarta, violentas manifestações protestam contra o reforço dos poderes dos militares no país ■ Fragata Vasco da Gama parte da base do Alentejo com destino à Austrália onde aguardará que venha a ser chamada a intervir integrando a Interfet ■ Em Angola, forças da Unita ocupam o município de Cacolo, na Lunda Sul ■ Forças russas bombardeiam o aeroporto de Grozny, no confronto que as opõe aos rebeldes islamitas.

24 Sexta-feira

É revelada a notícia de que os pais de Xanana Gusmão estão vivos, depois de haverem sido dados como assassinados pelas milícias ■ O presidente Habibie, da Indonésia, suspende a lei que esteve na origem dos violentos protestos populares em Jacarta ■ O Presidente da República veta diploma governamental que impediria a prática de medicina alternativas ■ Mais um ataque russo a Grozny faz 23 vítimas entre os chechenos ■ Dezenas de milhares de polacos manifestam-se em Varsóvia contra a venda do país e exigindo a demissão do governo de direita ■ Giuglio Andreotti, antigo primeiro ministro italiano e chefe da democracia cristã, acusado de ligações à Máfia, é absolvido do assassinio do jornalista Mino Pecorelli.

25 Sábado

Inicia oficialmente a campanha eleitoral. Carlos Carvalhas participa em comícios da CDU em Freamunde e em Braga ■ Em Timor, a ajuda humanitária continua atrasada, embora tenha decorrido quase uma

semana após a chegada das primeiras tropas da Interfet ■ A Associação dos Profissionais da GNR anuncia que vai apresentar queixa ao provedor de Justiça europeu sobre horários e representatividade no Conselho Superior da Guarda ■ As forças russas continuam a bombardear a Chechénia, isolando completamente Grozny.

26 Domingo

Chega a Timor um primeiro avião de ajuda humanitária portuguesa, transportando oito pessoas e 13 toneladas de materiais ■ A campanha eleitoral entra no segundo dia, com Guterres a visitar o Alentejo, Barroso em Trás-os-Montes e o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, em Aveiro ■ O líder da CDU critica as inaugurações do Governo socialista em vésperas de eleições ■ A Rússia anuncia planos de isolamento da Chechénia e a preparação de um «assalto final» para o qual dispõe de 30 mil homens ■ Bispos católicos alemães ameaçam demitir-se na sequência de divergências com o Papa devido aos centros de acolhimento a grávidas.

27 Segunda-feira

Durão Barroso, em Mirandela, insurge-se contra a «utilização de símbolos religiosos» no discurso de Guterres, acusando o primeiro ministro de «coacção» ■ Restam em Timor 1 500 homens das forças indonésias, mas o chefe australiano da Interfet insiste em que continua a caber à Indonésia a «soberania» sobre o território ■ A Comissão de Direitos Humanos da ONU aprova por maioria o envio de uma missão de inquérito a Timor ■ Carlos Carvalhas visita o Alentejo, na campanha CDU ■ Apoiantes e opositores de Pinochet manifestam-se em Madrid à porta do tribunal onde tem início a audiência do processo de extradição do general fascista ■ Javier Solana faz a sua última visita, como secretário-geral da NATO, ao Kosovo ocupado.

28 Terça-feira

Carlos Carvalhas visita o Alto Alentejo e à noite participa num comício da CDU em Coimbra ■ A Ordem dos Médicos critica posição do Presidente da República por vetar diploma sobre o acto médico ■ Estudo do Eurostat indica Portugal como o país da União Europeia com maior percentagem de pobres ■ Intensifica-se o regresso de timorenses a Díli, onde todos os dias se descobrem mais cadáveres ■ Eurico Guterres, líder das milícias Aitarak, ameaça regressar ao território e combater a Interfet ■ Forças Armadas angolanas conquistam o Bailundo ■ Hugo Chávez, presidente da Venezuela, inicia na Alemanha visita à Europa para explicar a sua «revolução democrática bolivariana».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa — Tel. 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 781 71 90 — 781 71 91.
Fax: 781-71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linde — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Misia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Ataque ao Reichstag?

Haverá muita gente como eu que só rememora o incêndio do Reichstag, por livro ou dicionário, os mais jovens talvez até somente por televisão ou vídeo. Mas esse ano de 1933 ficou na memória europeia como o ataque incendiário a um regime parlamentar. Destruir pelo fogo o parlamento alemão significava para o ascendente partido «nacional-socialista» um símbolo histórico: o de poder mandar sozinho.

Longe de nós está a ideia de comparar Guterres a Hitler. Seria em última análise ridículo. Mas algo há que requer atenção: Guterres parece que está a querer nacionalizar o seu socialismo de fachada, estendendo-o ao país como condomínio privado, guardado de olhares da opinião pública e abrigado de votos livremente expressos. Se não, por que tanto pediria ao PSD um «pacto de regime» com garantia de aprovação prévia e cega de todos os orçamentos durante os quatro anos da legislatura e a promessa de eliminação de moções de censura, em nome da «estabilidade» para continuação da política PS/PSD? Proposta que, aliás, Durão Barro-

so, em rigorosa simetria, se apressou obscuramente a recuperar para o caso de uma hipotética vitória eleitoral do PSD...

Por detrás deste despique a duas vezes com que Guterres e Barroso jogam ao ping-pong nos seus comícios, sobressai a pretensão de confiscar o parlamento, reduzindo-o a um clube de manequins descansadamente sentados em S. Bento. Legislar e assegurar o controlo do governo tornar-se-ia tarefa inútil num parlamento negociado previamente a dois para todo o seu funcionamento até 2003. Como um verdadeiro golpe de Estado eleitoral, deixaria os deputados a falar sozinho, reféns de uma cortina de ferro de actos e contractos pré-negociados levantada entre eles e os seus eleitores - num desmentido esclarecedor da falsidade dos argumentos sobre «aproximação entre eleitos e eleitores» com que PS e PSD têm pretendido avançar com os seus projectos de revisão do sistema eleitoral.

Perante tal ataque à função parlamentar, falsificando e desfigurando uma democracia

conquistada a ferros, teremos um grito no ar contra a ameaça com que nos querem açaimar. Não ficaremos a falar sozinhos, que essa não é a nossa voz. Falemos juntos contra um futuro tosco e fosco a que antecipadamente nos pretendem amarrar.

Há dias, no Alentejo, em capciosa manobra de arregimentação de votos para o PS, proclamava Guterres uma hipócrita «confiança na inteligência e lucidez do voto comunista».

Pois, pegando-lhe na palavra, de uma coisa poderá Guterres ficar certo: os eleitores comunistas, e muitos outros como eles, com lucidez e inteligência, não irão empenhar o futuro deixando confiscar o seu poder de falar através de deputados por si livremente eleitos neste pacto de regime amplo e democrático, ele sim, que nos foi assegurado pela grande democracia de Abril, e que não queremos ver roubado, amputado, desvirtuado ou diminuído.

■ Aurélio Santos

«Três em um»

Com aquela notável modéstia que em regra caracteriza o esquerdismo, temos vindo a saber, pela voz dos principais dirigentes do chamado Bloco que, antes deles, a esquerda e o combate por uma nova política seria um insuportável vazio de ideias e de acção. Ainda que poucos ou ninguém o tenha notado, antes de virem ao mundo era o deserto. Nem oposição, nem luta, nem resistência, nem alternativa. Apenas, segundo Louçã, a existência de «uma oposição fraca, triste e cansada» cuja responsabilidade atribui, naturalmente, ao PCP.

Quem tem acompanhado a produção argumentativa do Bloco já terá percebido que, por mais esforço que seja feito para o disfarçar, se tem revelado patente a incapacidade em se libertar daquele conjunto de tiques esquerdistas que, quem o gerou, hereditariamente lhos legou. Basta observar. É aquela indistigável inveja repetidamente manifestada pelo que o PCP, enquanto grande força de esquerda, representa na vida política nacional. É assim que se entende o repetido recurso à memorização do papel do PCP enquanto principal e mais combativa força de oposição à política de direita, a reiterada adulteração das suas posições, a campanha de desvalorização da intervenção do PCP. É aquele incessante pôr-se em bicos de pés para parecer ser o que se não é, mesmo que para isso se tenha que amesquinhar ou caricaturar adversários e o arrogar daquele direito de sentido único de tudo poder dizer sobre os outros sem reconhecer a esses o direito inverso. É aquela irrepremissível tendência para o mais puro oportunismo político do qual avulta a deplorável tentativa de apresentar o imenso movimento de opinião em defesa do povo de Timor como obra e iniciativa do Bloco.

É ainda aquela inevitável contradição, sempre presente na convivência entre a repetida fraseologia mais radical e as inevitáveis concessões revisionistas de que será exemplo elucidativo a definição do

conceito de revolucionário apresentado por Miguel Portas em entrevista ao JN como sendo «hoje, um social-democrata sério e com coragem para enfrentar as grandes questões de frente». Guterres ou Schroeder não diriam melhor! Por mais novidade que procurem atribuir à sua existência, por mais que se manifestem contra o que chamam de partidos tradicionais a verdade é que o Bloco não se consegue libertar, enquanto entidade política, daquilo que é. Um sucedâneo de formações esquerdistas, tão tradicionais como quaisquer outras, agora em versão «três em um». Independentemente de nele convergirem, hoje, algumas personalidades e algumas franjas de eleitorado sinceramente interessadas numa viragem à esquerda e empenhadas em causas e valores de esquerda.

Atomar como certo o que se tem ouvido a dirigentes do Bloco ser-se-ia levado a acreditar que o problema maior deste país residiria, não na política neoliberal do Governo e no perigo da sua continuidade, mas sim na alegada ausência de alternativa de Governo à esquerda. Quando se afirma, como Miguel Portas fez em entrevista ao JN, que no «país não há só um problema do Governo, mas também de oposição» ou que o risco de uma maioria absoluta do PS não é, na actual conjuntura, a questão central ou mais relevante, com verdade se pode dizer que com amigos destes bem podem o PS e a sua política dormir tranquilos. Pelo que - no actual quadro de óbvia impotência eleitoral da direita - nos dirigimos a todos aqueles que identificam uma maioria absoluta do PS com a continuação agravada da política de direita, apelando ao seu apoio e ao seu voto na CDU, dando força à luta por uma política de esquerda.

■ Jorge Cordeiro

PANAMÁ
Canal aberto?

De acordo com o Tratado Torrijos-Carter (1977), a administração do Canal do Panamá deverá passar, daqui a 3 meses, para o governo panamiano. Os EUA deverão entregar instalações e retirar todo o equipamento e efectivos militares da zona. Acentuam-se, entretanto, receios de que assim não seja. São notórios os atrasos na desminagem a que o acordo obriga. E especula-se sobre a necessidade de prolongar a estadia norte-americana para cumprir essa cláusula e ... para evitar maior desemprego no Panamá - tão desinteressadas que são as intenções do imperialismo!... O que, a verificar-se, constituirá mais uma violação do direito internacional, a que a «nova ordem» nos acostumou. E para o Panamá significará um assinalável retrocesso no caminho da recuperação da sua soberania nacional, em que a assinatura do Tratado foi um marco particularmente importante.

A construção do Canal, no início do século, aproximando todos os continentes, constitui um importante factor de desenvolvimento mundial a que o capitalismo não podia ficar indiferente. Por isso, os EUA promovem um movimento separatista - como aliás continuam a fazer quando «os (seus) interesses nacionais» o justificam - e apoiam a separação do Panamá da Colômbia. Impõem, então, à nova república condições draconianas para a finalização das obras do Canal e, conseqüentemente, para a sua utilização. Não só tinham em vista o negócio chorudo das portagens transoceânicas, mas sobretudo a valiosa posição geoestratégica do istmo. Foi precisamente no Panamá que instalou a Escola das Américas - de triste memória - e o Comando Sul. Daqui saíram oficiais para «missões especiais», nomeadamente na Coreia e no Vietname. Ali se formaram dezenas de milhares de oficiais de todos os países, incluindo os ditadores do Chile, da Argentina, da Bolívia, da Guatemala. A CIA e a DEA (departamento para combate ao narcotráfico) recrutaram e enviaram os seus agentes para essa tenebrosa escola da subversão. Das suas fileiras saíram forças especializadas na luta anti-guerrilha, como as que cercaram e assassinaram Che Guevara na Bolívia, assim como os «marines» que invadiram Granada e o Haiti.

Quando, há uma década, os EUA invadiram o Panamá, tinham objectivos imediatos e a longo prazo. A operação «Causa Justa», a pretexto do envolvimento de Noriega no narcotráfico, teve lugar após um prolongado período de instabilidade interna que se seguiu à morte (em acidente suspeito) de Torrijos. Procuravam, assim, assegurar-se de que dirigiriam a transferência da soberania do Canal, controlando os homens então colocados no poder. Por esclarecer está, entretanto, o real papel de Noriega em todo o processo que conduziu à invasão. Será que um laçao do imperialismo aceitou ser sua «vítima»? O certo é que há um ano, Noriega, raptado e preso nos EUA, pediu ao juiz federal William Hoeweler a redução da sua pena invocando a «ajuda que deu aos esforços dos serviços secretos dos EUA na América Latina, quando esteve no poder» (La Prensa, 12/9/98). E, segundo o mesmo órgão panamiano de informação, foram suas testemunhas abonatórias Donald Winters e Arthur Davis que, à altura, eram o chefe da CIA e o embaixador dos EUA no Panamá, para além dum militar de alta patente do Comando Sul. Este episódio é bem revelador dos métodos e cumplicidades do imperialismo. Todos os meios são bons para atingir os seus fins. Desde as «actividades encobertas» à invasão, das «ajudas estruturais» à imposição de governos fantoche. Quer seja para assegurar mercados ou assenhorear-se de posições estratégicas.

É neste quadro que, em vésperas da passagem da administração do Canal, os EUA manobram para consolidar as suas bases militares e de espionagem na região. Ameaçam com uma intervenção militar na Colômbia, fomentando conflitos nas fronteiras com o Panamá e a Venezuela, também ela sob a mira do imperialismo devido ao seu inédito processo de mudanças. Será que o canal do Panamá vai ficar «desobstruído» dos EUA? A situação exige grande vigilância das forças democráticas e patrióticas dos países da região, a denúncia das manobras do imperialismo e a solidariedade de todas as forças progressistas.

■ Manuela Bernardino



Foto: Jorge Caria

Tachos - mostrá-los para acabar com eles



Presidente veta decreto sobre «acto médico»

O Presidente da República, Jorge Sampaio, vetou esta semana o decreto governamental que pretendia regulamentar o chamado «acto médico». Em substância, o decreto do Governo de António Guterres pretendia regulamentar o acto médico na perspectiva de que este só pudesse ser praticado por médicos inscritos na

Ordem dos Médicos. O veto presidencial invoca o facto de a Assembleia da República não ter analisado este diploma, caracterizado como «objectivamente susceptível de gerar conflitualidade, incerteza e insegurança jurídicas», acrescentando que «não parece aconselhável que uma decisão legislativa

(...) com esse impacto potencial entre a produzir efeitos sem o acompanhamento» da Assembleia da República. O Chefe de Estado explicita ainda que, nesta legislação proposta pelo Governo, está «em causa a necessidade de compatibilizar interesses públicos da maior importância, como a saúde pública, e direitos, liberdades

e garantias não menos constitucionalmente relevantes, desde a liberdade de consciência e o direito ao livre desenvolvimento da personalidade à liberdade de escolha e exercício da profissão». A decisão presidencial de vetar este diploma mereceu o aplauso quase generalizado das mais diversas organizações ligadas à

questão do «acto médico», com a excepção da Ordem dos Médicos que, na pessoa do seu bastonário, Germano de Sousa, chegou ao cúmulo de tecer considerações morais e fazer processo de intenção sobre a pessoa do Chefe de Estado, afirmando que «temos um Presidente que não quer ver melhorada a qualidade da saúde dos portugueses», insulto inacreditável acrescentado da arrogância, não menos chocante, de sugerir que o Chefe de Estado não seja «convidado» para presidir ao próximo congresso da Ordem dos Médicos.

Empresas farmacêuticas multadas no Canadá

Ascende a 88,4 milhões de dólares canadianos (qualquer coisa como 11,4 milhões de contos) a multa aplicada na cidade de Toronto pelas autoridades do Canadá a cinco multinacionais do sector farmacêutico por terem subvertido a lei da concorrência no mercado canadense das vitaminas. A principal implicada é a multinacional suíça Hoffmann-La Roche (multada em 50,9 milhões de dólares canadianos), seguindo-se a francesa Rhône-Poulenc, a alemã BASF AG e as japonesas Eisai e Daiichi. As cinco farmacêuticas foram dadas como culpadas das acusações de «complot visando a repartição de segmentos do mercado assim como a fixação de preços de 10 produtos vitamínicos e aditivos alimentares vendidos no Canadá», prática que decorreu entre Janeiro de 1990 e Fevereiro deste ano.

Três portugueses raptados no Irão

Dois repórteres da SIC e um funcionário da Portugal Telecom foram raptados na segunda-feira passada por narcotraficantes iranianos. Os três portugueses faziam parte de uma expedição terrestre em moto de sete pessoas entre Lisboa e Macau e o rapto ocorreu na fronteira entre o Irão e o Paquistão, onde já se registaram casos semelhantes. O objectivo dos raptadores é usar os reféns como moeda de troca para obterem a libertação de outros criminosos detidos pelas autoridades de Teerão. Este é o terceiro rapto nesta zona no espaço de dois meses. Um deles foi em Julho, com três turistas italianos e o outro em Agosto, com três espanhóis e um italiano, e em ambos os casos os reféns foram resgatados incólumes e sem quaisquer maus tratos. O embaixador português em Teerão, José Manuel Arsénio, afirmou-se já confiante de que os portugueses agora raptados sejam libertados sem maus tratos ou agressões.

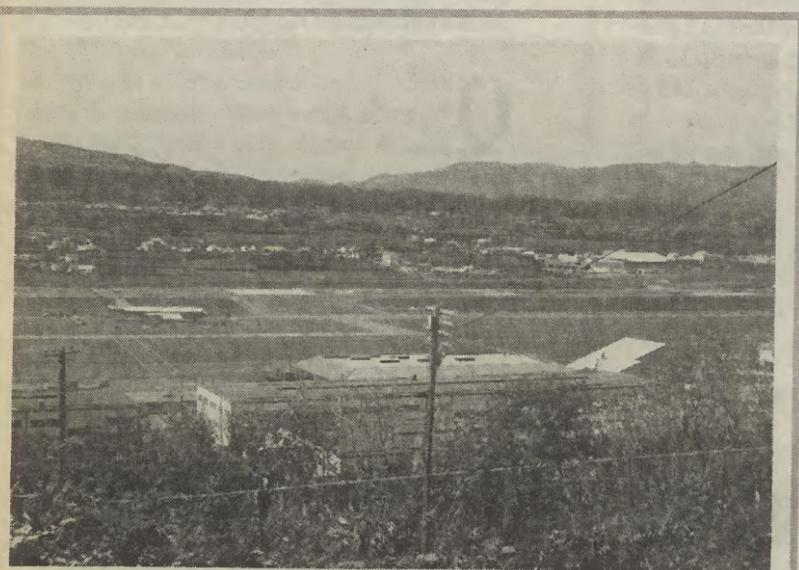
Começa julgamento de extradição de Pinochet

O Tribunal de Magistrados de Bow Street, em Londres, inicia a audiência que decidirá a extradição para Espanha do ditador fascista chileno Augusto Pinochet. O processo de audiência prolongar-se-á por cinco dias, mas só duas semanas depois é que o juiz presidente, Ronald Bartle, apresentará a decisão, que determinará se as acusações contra o ditador são crimes passíveis de extradição, se a Espanha tem jurisdição para julgar Pinochet por crimes de tortura e se os

documentos legais estão em ordem. Ronald Bartle é o magistrado responsável pelo caso desde 10 de Setembro e a sua imparcialidade está a ser crescentemente contestada no Reino Unido, dado este juiz ser membro de um clube patriótico conservador de que Margaret Thatcher é presidente, sendo pública a campanha desta ex-primeira-ministra britânica a favor da libertação de Pinochet. Entretanto, o processo promete arrastar-se, dado que os advogados do ditador podem recorrer a



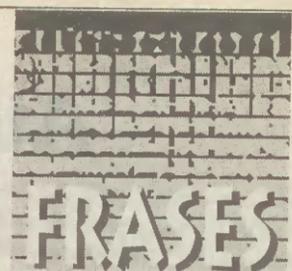
vários recursos, mesmo que a decisão deste tribunal se pronuncie pela extradição.



Portugueses segregados por americanos nas Lajes

As forças militares dos EUA estacionadas na Base Aérea das Lajes, na ilha da Terceira, Açores, decidiram instalar uma ala de jogo no clube de oficiais e sargentos (as famosas slot machines), proibindo, expressamente, a sua utilização aos sócios militares e civis que sejam cidadãos portugueses. Os cartazes colocados junto às novas máquinas não deixam dúvidas: «Acesso interdito a portugueses». Esta segregação norte-americana, além de arrogante e insultuosa, sofre de uma dupla ilegalidade, primeiro, porque um clube, seja ele qual for, não pode impor regras diferentes para associados que cumprem as mesmas obrigações estatutárias e usufruem dos mesmos direitos, segundo, porque não existe na Região Autónoma dos Açores qualquer regulamentação para a exploração de jogos de

azar, facto que já levou ao encerramento de uma sala de jogos na Terceira e de um bingo em S. Miguel. Seria, aliás, esse vazio legal que levou os norte-americanos a instalar a sala de jogos no clube, argumentando que o Acordo da Base das Lajes entre Portugal e os EUA permitia a instalação de «centros sociais, cuja gestão é da sua inteira responsabilidade». Só que um sala de jogos de azar não tem nada a ver com «centros sociais» e, muito menos, a Base norte-americana das Lajes está fora da alçada da legislação portuguesa que, no caso vertente e até ver, proíbe esses recintos na Região. Além disso, se o clube da Base funciona para associados portugueses e norte-americanos é inadmissível, além de vergonhoso e ilegal, que uma parte dos sócios seja marginalizada ou coarctada nos seus direitos.



“A questão principal que se coloca ao eleitorado, nas eleições de 10 de Outubro, é a de decidir sobre a correlação de forças entre o PS e a CDU, uma vez a direita não ter possibilidades de chegar ao poder.”

(Carlos Carvalhas na Marinha Grande, em 22.9.99)

“Fomos muito para além das vossas propostas.”

(António Guterres no debate com Carvalhas, na «SIC», em 21.9.99)

“Errar é humano, mas mentir é pecado. Assim nem o padre Melícias o absolve.”

(Carlos Carvalhas no mesmo debate)

“Carvalhas revelou-se uma grande surpresa e ganhou o debate. Foi pertinente na argumentação económica, acutilante na postura, soube até usar a ironia e remeteu Guterres à defensiva.”

(Vicente Jorge Silva em «Diário de Notícias», 22.9.99)

“Como o próprio Carvalhas lembrou, foi Guterres que desta vez fez o papel de cassete. O habitual profissionalismo de Guterres denuncia já sinais de cansaço e esgotamento. De moinho de palavras passou a ser moinho de números, como também referiu Carvalhas.”

(Idem, ibidem)

“Barroso é a sorte grande que saiu a Guterres. Chegou mesmo a ler elogios que há anos e anos Portas lhe fez no «Independente». Deu vontade de chorar.”

(Vicente Jorge Silva sobre o debate entre Barroso e Portas. «Diário de Notícias», 24.9.99)

“Se há lugar que eu não aceitava era o de presidente da RTP.”

(Sousa Franco em «Expresso», 25.9.99)

“O meu futuro pertence a Deus e ao PS.”

(Elisa Ferreira, em «Expresso», 25.9.99)

“Às vezes em Roma faz-se teologia muito bonita, mas não se sabe o que se vive no terreno.”

(D. Ximenes Belo, em «Diário de Notícias», 23.9.99)

“Às vezes, até mesmo dentro da Igreja é difícil praticar a paz.”

(Idem, ibidem)

CDU perto de eleger deputado por Braga

Levar ao parlamento a voz dos desfavorecidos

A CDU teve um bom arranque de campanha com o comício realizado na noite do passado sábado na cidade de Braga. Muitas centenas de pessoas desafiaram o tempo instável, sempre a ameaçar chuva, e foram até à Avenida Central apoiar a Coligação e manifestar confiança na eleição de um deputado CDU pelo distrito.



Um momento do comício

Por volta das 21.30 horas os «Navegante» subiram ao palco e depressa a pequena multidão foi contagiada pela sonoridade do grupo que irá abrir os principais comícios da Coligação. O ambiente de festa era demonstrado pelo agitar das bandeiras vermelhas da CDU e estava patente nos rostos sorridentes dos muitos jovens que formavam a assistência, refletindo a realidade demográfica do distrito que tem a média de idades mais baixa do país e uma das mais baixas de toda a Europa.

A solidariedade com Timor foi o primeiro grito lançado da tribuna, mas já antes tínhamos reparado nas duas grandes faixas verticais que delimitavam a boca do palco com as inscrições «Timor Vencerá», mostrando que a causa e o sofrimento do povo maubere não estão esquecidos na campanha da CDU.

Casais Baptista, membro da Assembleia Municipal de Braga, foi o primeiro dos cinco oradores da noite a alertar para a necessidade de impedir a maioria absoluta do PS nas próximas eleições. Desferindo duras críticas ao executivo autárquico liderado por Mesquita Machado, agora também cabeça de lista do PS, Casais Baptista denunciou, através de vários exemplos conhecidos a nível nacional, a promiscuidade entre o poder político e poder económico, afirmando que Braga corre o risco de se transformar na Nápoles portuguesa. «A maioria absoluta do PS em Braga só tem significado atraso, prepotência, compadrio e corrupção», disse.

A mesma convicção foi manifestada por Fernando Bessa, candidato independente, mas como fez questão de sublinhar, «comprometido com a CDU e com as suas propostas em defesa de uma verdadeira política de esquerda para Portugal».

Sobre a política ambiental falou Alvaro Saraiva, do Partido Ecologista «Os Verdes», que acusou o PS de incapacidade

nesta área, sublinhando que algumas medidas mais gravosas, como a co-incineração só não foram para a frente contra a vontade das populações, porque o Governo não tinha maioria absoluta no parlamento.

Denunciar a mentira

O cabeça de lista da CDU por Braga, Agostinho Lopes,

centrou boa parte do seu discurso nos problemas da região, indignando-se em particular com a falta de apoios à agricultura. Em consequência da Política Agrícola Comum aprovada pelos governos actual e anterior, recordou, 260 mil explorações agrícolas familiares recebem 1100 contos, enquanto cada uma das 77 grandes explorações recebe 77

mil contos, ou seja mais do todo um concelho de agricultores do Minho. Dados do ano passado mostram que em média as pequenas explorações familiares tiveram um rendimento de apenas 48 contos, ou seja, 70 por cento do salário mínimo nacional.

Agostinho Lopes denunciou a demagogia do candidato do PS, Mesquita Machado, acu-

sando-o de fazer falsas promessas ao mesmo tempo que se recusa participar em debates com os outros cabeças de lista. Por outro lado, Agostinho Lopes lembrou as afirmações recentes do presidente da Câmara de Braga, segundo as quais não estaria disposto a trocar a autarquia por um lugar no Parlamento, concluindo que se trata de um falso candidato.

Agostinho Lopes insistiu na necessidade de «combater firmemente o leilão actual e eleitoral dos problemas, das carências das angústias do povo português» e interrogou os presentes sobre se serão os comunistas os responsáveis pela actual situação do País, pelos baixos salários, pelo emprego precário, pelas pensões de miséria, pela falência das pequenas e médias empresas? Em coro, a assistência respondeu: «não!».

Abordando mais em detalhe a questão dos baixos salários nas empresas do distrito, Agostinho Lopes considerou ser esta a causa principal das

longas jornadas de trabalho para que são empurrados milhares de trabalhadores, que se desdobram em ganhos e biscates, e do próprio trabalho infantil, também este uma infeliz marca do distrito.

Como exemplo inadmissível, o cabeça de lista da CDU referiu que um trabalhador de um hipermercado em Braga recebe menos do que um outro que trabalha numa unidade do mesmo grupo situada, a 50 quilómetros, no Porto.

Contudo, os graves problemas económicos e sociais do distrito não têm tido voz na Assembleia da República através dos deputados que o PS tem eleito, os quais de resto nem se dignaram a prestar contas do seu trabalho, talvez por este ter sido «zero», disse Agostinho Lopes, garantindo que se o deputado da CDU for eleito, o distrito terá uma voz activa no Parlamento, ao mesmo tempo que será mais difícil ao PS obter a maioria absoluta.

Carlos Carvalhas exige respeito pela ética eleitoral

Fúria inauguracionista tem de parar

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, começou o discurso de Braga com a situação em Timor que considerou ser «incompreensível e preocupante», sustentando que nas negociações em Nova Iorque o Governo português deve demonstrar uma «grande firmeza promovendo a aceleração do processo de transição para a independência e recusando as manobras ou pressões que permitam à Indonésia e aos integracionistas influenciar, complicar e atrasar a concretização da vontade do povo timorense».

Carlos Carvalhas centrou depois a sua intervenção nos factos da presente campanha eleitoral, debruçando-se em particular sobre «um assunto que não tem novidade e até já se transformou, por culpa de sucessivos governos do PSD e do PS, numa das mais desprestigiadas «tradições» da nossa vida política e das campanhas eleitorais».

O secretário-geral do PCP ergueu a voz para denunciar e condenar o facto de «o Governo do PS, sem ponta de escrupulo e sem pinga de vergonha, tem estado envolvido em toda a pré-campanha que agora termina no mais escandaloso aproveitamento de funções governamentais para efeitos eleitorais, como é chocantemente patente nas dezenas e dezenas de inaugurações e outros actos públicos e iniciativas oficiais que têm sido abrilhantadas com a sempre gulosa presença do primeiro-ministro, dos ministros e de secretários de Estado».

«Como toda a gente tem visto, chega-se ao ponto de, já à beira do período oficial de uma campanha em que numerosos ministros são candidatos do PS, haver casos em que, a uma determinada hora, um ministro faz uma inauguração nessa qualidade e, passado duas horas, já saltou para uma iniciativa da campanha eleitoral do PS no mesmo distrito onde é candidato».

O dirigente comunista lamentou que «para isto, já

nem Timor e o sofrimento do seu povo lhes tira o apetite, a concentração e a gulosice».

Ao estilo dos governos de Cavaco Silva também agora se assiste ao «espectáculo das «inaugurações» de obras que já estão há muito tempo em funcionamento», disse Carvalhas citando como exemplos o ministro Sócrates, candidato por Castelo Branco, que inaugurou, em Setembro, em Belmonte, «uma piscina onde já se mergulhava no início do Verão», e o ministro Ferro Rodrigues, candidato por Leiria, que inaugurou, em Peniche, «um infantário que já funciona também há um ano», assim como no Pombal «um Centro de Reformados que também já funcionava há algum tempo».

Palhaçada eleitoralista

Deste modo, concluiu o secretário-geral do PCP, «o Eng. Guterres bem pode esfalfar-se a querer mostrar muitas diferenças com o PSD. E o Eng. Guterres bem pode fazer todas as juras que quiser de que, se obtiver o poder absoluto, será muito humilde e terá muito cuidado no uso desse poder».

«Mas basta fixarmos o seu comportamento pessoal e o do seu Governo nesta palhaçada eleitoralista das inaugurações e outras iniciativas propagandas governamentais (que coitadinhas não podiam esperar três semanas pelos corta-fitas rosa), para se perceber duas coisas essenciais:

- a primeira, é que em matéria de fúria inauguracionista e de instrumentalização partidária e eleitoral de funções públicas e do aparelho de Estado a grande diferença do PS em relação ao PSD, a haver alguma, seria a de que o PS até consegue bater o PSD nesta continuada ofensa às regras democráticas e ao respeito devido aos eleitores;

- a segunda é que estes desavergonhados métodos de um PS que não tem a maioria absoluta são um sole-ne aviso de que, com o poder absoluto do PS, passaríamos certamente ao regafofe mais completo e mais ilimitado que se possa imaginar».

Duas semanas sem inaugurações!

Considerando que os eleitores vão ter este comportamento em conta no dia 10 de Outubro, Carlos Carvalhas sublinhou que «será absolutamente inadmissível e intolerável que o primeiro-ministro, os ministros e os secretários de Estado, sejam ou não candidatos, prossigam dentro do período oficial de campanha com a sua campanha inauguracionista e de propaganda partidária embrulhada no celofane de funções oficiais».

E lançou um apelo aos governantes: «por favor, deixem-se de tretas e de justificações cínicas, reconheçam que o País não só não irá ao fundo como não sentirá nenhuma diferença se os senhores durante duas semanas não inaugurarem nada e forem candidatos iguais aos outros».

A isto acrescentou «uma elementar exigência democrática que é também um aviso muito sério: a partir de hoje, início do período oficial de campanha, consideraremos qualquer inauguração ou outro acto público de propaganda governamental como uma clara e inaceitável subversão das regras democráticas e da ética eleitoral».

«Se o Governo insistir neste comportamento, não se admire se houver cidadãos que resolvem estragar-lhes essas festas e não só não se admire como pode ter a certeza de que, pela nossa parte, adoptaremos todas as diligências institucionais para pôr termo a tais abusos e reclamaremos do Presidente da República as palavras moralizadoras que muitos portugueses justamente dele esperarão.»



Juventude crítica tachos

Na passada semana a Juventude CDU fez uma sátira aos tachos do PS em plena baixa lisboeta, numa iniciativa em que participou Luís Sá, o segundo candidato na lista da CDU pelo círculo de Lisboa. Como afirma o documento distribuído à população, o Governo PS bateu o recorde dos tachos, atingindo 11 mil em quatro anos. Uma maioria absoluta só iria significar que «em nenhum canto do território nacional haverá um boy sem um job».



Comício no Cacém

Centenas de pessoas encheram o pavilhão da escola secundária do Cacém, onde se realizou, na passada sexta-feira, um comício com Carlos Carvalhas, que encabeça a lista por Lisboa.



Saúde apoia CDU

O Sector da ORL do PCP promoveu, na passada sexta-feira, um jantar com Carlos Carvalhas para apresentação de um manifesto para o sector.



Sala cheia na Amadora

As instalações da Sociedade Filarmónica da Amadora foram o cenário de um animado comício-festa da CDU, que teve a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e de outros candidatos da CDU no distrito de Lisboa.



Trabalho com direitos

«Trabalho e Direito» foi o tema de um encontro realizado anteontem, em Lisboa, com Carlos Carvalhas, em que estiveram para além de dirigentes sindicais, Fátima Amaral e Jerónimo de Sousa.



A CDU assume o compromisso de voltar a apresentar no Parlamento um plano integrado para o desenvolvimento do Vale do Sousa

Carvalhas no Vale do Sousa A oportunidade para virar à esquerda

Na tarde de sábado passado, Carlos Carvalhas esteve num almoço em Fânzeres, e num comício em Freamunde, acompanhado do cabeça de lista pelo círculo do Porto, João Amaral.

Em pleno Vale do Sousa, zona do distrito do Porto com uma crescente concentração industrial nos sectores têxtil, vestuário, madeiras, mobiliário e calçado, Carlos Carvalhas constatou que «o dinamismo e a iniciativa das suas gentes não tem tido lamentavelmente o apoio e a correspondência necessárias da parte do Governo do PS».

Falando na Praça de Freamunde, o secretário-geral do PCP sublinhou que «aqui no Vale do Sousa, o Portugal de sucesso cantado pelo Engenheiro Guterres e pelo PS confronta-se com a nudez crua dos baixos salários, dos empregos sem qualificação e sem futuro, do trabalho precário e sem direitos. Da falta de apoio aos pequenos empresários e à pequena agricultura familiar. Da falta de medidas sérias para modernizar e desenvolver em bases sólidas as indústrias da região. Do chocante atraso nas obras e nos investimentos necessários na rede viária ou no saneamento básico. Da carência de condições sociais para que as crianças não tenham de abandonar precocemente as escolas porque o rendimento das famílias não chega para o seu sustento».

Porém, em contraste com esta realidade, nas apertadas estradas desta região circula um elevado número de Ferraris e de outros carros de luxo, símbolos do modelo de desenvolvimento que tem sido orientação do Governo do PS, como antes foi do Governo do PSD, e que, como denunciou Carvalhas, «possibilita aos bancos 270 milhões de contos de lucros num ano e fartas isenções fiscais, enquanto cada vez importamos mais o que precisamos de comer, a nossa agricultura definha e as indústrias, assentes na mão-de-obra barata e com pés de barro, estão à mercê do capital e dos mercados internacionais».

Solidários nas lutas

Pedindo o apoio à CDU, Carlos Carvalhas lembrou que «os trabalhadores do Vale do Sousa não encontram o PCP e a CDU apenas nas campanhas eleitorais. Sabem que nos encontram sempre, solidários e presentes, à porta das fábricas, nas suas lutas, nas horas boas e nas horas más, todo o ano».

«Os agricultores do Vale do Sousa sabem que nós não precisamos de mungir uma vaca em frente às câmaras da televisão em época de eleições para provar que estamos com eles, porque todo o ano, com eles aqui, com eles nas feiras, com eles em Bruxelas ou na Assembleia da República, todo o ano lutamos contra a Política Agrícola Comum, a célebre PAC, que foi votada e apoiada pelo PSD, pelo PS e pelo CDS/PP, mas que agora, em época de eleições, todos procuram sacudir a água do capote e chorar as negras consequências».

«Os pequenos empresários do Vale do Sousa e do País sabem que podem contar connosco sempre e sempre na sua luta para que haja em Portugal uma política e um Governo que, em vez de estar sempre de olhos postos nos grandes grupos económicos e a ajudar o grande capital financeiro a sugar a economia produtiva, apostem decididamente no apoio à modernização e desenvolvimento das pequenas e médias empresas».

«Os jovens do Vale do Sousa devem saber que podem contar sempre e sempre com o PCP e a CDU no seu combate para aqui construir um futuro melhor, realizarem os seus desafios e esperanças, mas lutando pelo desenvolvimento e pelo progresso a sério desta região e do País na base da valorização e dignificação do trabalho, de mais e melhor educação e formação, e não na

base do trabalho precário, pouco qualificado e mal pago».

Nem todos são iguais

Mais adiante, o dirigente comunista salientou que «os portugueses e o País não estão condenados à fatalidade de escolher entre duas faces da mesma moeda, entre dois partidos, PS e PSD» e que «nem os partidos são todos iguais, por muito que isso custe aos que gostariam de reduzir a política a um espectáculo mediático e as pessoas a meros espectadores resignados e passivos de um concurso de modelos, em que as ideias e as políticas não contam, porque todos pensariam o mesmo».

«Esses, os que querem degradar o debate das propostas políticas ao nível da oferta do "bacalhau a pataco", são os mesmos que pregam a resignação das pessoas à fatalidade das desigualdades e das injustiças, em nome da competitividade, do mercado e do lucro».

«Mas, por muito que isso custe aos que gostariam de meter todos os partidos no mesmo saco, podemos convictamente afirmar que o PCP e a CDU são a diferença que conta nestas eleições», afirmou Carvalhas.

Explicando as propostas da Coligação, o secretário-geral do PCP defendeu «uma nova política de desenvolvimento e progresso baseada numa mais justa distribuição da riqueza criada, com salários mais justos e mais justiça fiscal e não no agravamento das desigualdades sociais; que dá prioridade ao interesse público e não ao favorecimento dos grandes interesses privados; em que o Estado assegure serviços públicos de qualidade, na saúde, na segurança social, na educação, pois para isso pagam os cidadãos os seus impostos e não na transformação de direitos essenciais em instrumentos de grandes negócios privados; que recusa a lógica perversa dos pacotes laborais e do trabalho precário e aposta na valorização e

dignificação do trabalho e dos trabalhadores, do trabalho qualificado e com direitos como elemento estrutural e decisivo do progresso social e económico de Portugal».

Existe um outro caminho

Para os comunistas «é tempo, nestas eleições, de mudar de rumo a sério» e para isso propõem como alternativa um «outro caminho diferente desta política que tem governado o País, ora com o PS ora com o PSD, com a muleta do PP. Esse caminho é connosco. Com a CDU», disse Carlos Carvalhas.

Num quadro em os partidos de direita estão desacreditados e divididos e não têm qualquer possibilidade de chegarem ao poder, as eleições de 10 de Outubro «são uma oportunidade a não perder para uma viragem à esquerda na política portuguesa».

Desta vez, acrescentou o dirigente comunista, «os muitos portugueses, democratas sinceros que têm ido votar no PS e não na CDU para impedirem a vitória da direita, não têm que temer tal perigo».

Pelo contrário, «desta vez, o grande perigo é que o PS possa ter uma maioria e um poder absoluto (...) que permitiria ao PS ficar com as mãos livres para impor mais leis contra os interesses dos trabalhadores, como as leis do pacote laboral, e governar ainda mais à direita e mais ao lado da grande finança e dos grandes interesses».

«É tempo de o voto dos portugueses dar mais força ao PCP e à CDU, aos que querem devolver dignidade, verdade e sentido de serviço público à política, aos que querem na política mais respeito pelas pessoas, mais respeito por quem trabalha, mais coerência entre palavras e actos, à grande força de esquerda, sempre presente e solidária em todas as horas, o PCP e a CDU!»



COIMBRA Docentes com a CDU

São cerca de três centenas e meia os docentes da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico, Secundário e Superior, oriundos de todos os concelhos do distrito, que apoiam a candidatura da CDU em Coimbra, por considerarem importante eleger por este círculo eleitoral uma voz «diferente, exigente e preocupada» com a Educação. Aliás, no decurso da Semana «Mais CDU, Melhor Educação» que concluiu, no passado dia 24, a CDU registou a «indiferença» do Governo PS face aos principais problemas da Educação e identificou cinco grandes áreas que deverão merecer uma particular atenção, para as quais apresentou um conjunto de medidas. Na opinião da CDU, estas áreas problemáticas são a questão do financiamento; as condições de trabalho, principalmente no 1.º ciclo do ensino básico; os apoios sociais aos estudantes; a formação profissional e a estabilidade do corpo docente. Em nota à imprensa, a CDU de Coimbra critica também o recém-nomeado Governador Civil de Coimbra por ter participado numa caravana de candidatos do PS na Lousã e, em representação deste partido, num debate realizado no Rádio Clube da Lousã.

LEIRIA Os abusos do PS

A Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP, em reunião recentemente realizada, expressou o seu «mais veemente protesto pela utilização abusiva do aparelho do Estado por parte do Partido Socialista com fins eleitorais». Na opinião dos comunistas, trata-se não só de «à boca das urnas» o cabeça de lista do PS programar um conjunto de «visitas e de falsas inaugurações no distrito na sua condição de membro do Governo» mas também o de «só agora se mostrar preocupado com os problemas que há muito deveriam ter sido resolvidos». A título de exemplo, o PCP refere a assinatura do protocolo para a despoluição da Baía de S. Martinho, sem garantia de financiamento, ou o lançamento do concurso da construção da 2.ª fase do porto de Peniche, a poucos dias das eleições.

LOURES Jovens querem desporto

Na semana passada, a Juventude CDU realizou em Bucelas uma iniciativa dedicada ao tema «desporto e Educação», tendo recolhido mais de uma centena de assinaturas de estudantes, professores da Escola Básica Integrada 1, 2, 3 de Bucelas, e da população, exigindo a construção do Pavilhão Gimnodesportivo na Escola. No abaixo-assinado posto a circular, os jovens da CDU consideram que «não faz sentido que uma escola construída em 1993 (em terreno cedido pela Câmara Municipal de Loures) não possua, logo ao nível do projecto, um espaço destinado à futura construção de um gimnodesportivo».

MADEIRA Dualidade de critérios

Infringindo uma decisão da Câmara Municipal do Funchal, de 9 de Julho passado, que proibia a afixação de propaganda eleitoral nos troços das ribeiras do Funchal onde existissem buganvílias e floreiras, o PSD-Madeira colocou diversos materiais de propaganda nas referidas localidades. Com efeito, na sequência da decisão da Câmara, foram retiradas concretamente à CDU diversas placas lá colocadas até essa altura, razão por que não se entende que os então alegados prejuízos para o crescimento das buganvílias tenham desaparecido quando a propaganda pertence ao PSD. Protestando publicamente contra esta dualidade de critérios no tratamento das forças políticas, os eleitos da CDU vão interpelar a Câmara Municipal do Funchal sobre esta sua incoerência e falta de respeito pelas decisões tomadas.

PONTE DE SOR Jornada proveitosa

Os candidatos da CDU por Ponte de Sor visitaram recentemente o novo Centro de Dia de Foros de Arrão, onde tomaram conhecimento pela administração dos êxitos e dificuldades do arranque e funcionamento daquela instituição, encontraram-se com os responsáveis locais do Núcleo de Dadores de Sangue e foram recebidos pela Direcção do Grupo Desportivo da localidade, no momento a desenvolver esforços para a renovação desportiva e cultural da colectividade. A visita terminou com um almoço de confraternização promovido pela Comissão de Freguesia do PCP, em que participaram mais de 300 pessoas e onde intervieram os candidatos José Amante e Joaquim Miranda.



Centenas de aveirenses participaram no mega-almoço realizado no salão dos Bombeiros

Campanha em Aveiro O nosso compromisso é com os trabalhadores

A CDU iniciou no domingo a campanha eleitoral no distrito de Aveiro, com duas grandes iniciativas em que participaram Carlos Carvalhas, Joaquim Almeida cabeça de lista pelo distrito, outros candidatos e várias centenas de activistas e apoiantes da Coligação.

Percorrendo uma rota tradicional da Festa da Senhora da Saúde, Carlos Carvalhas e candidatos por Aveiro começaram por atravessar a Ria entre a Gafanha da Encarnação e a Costa Nova num típico barco mercantel, acompanhado de algumas embarcações de pescadores que lhe fizeram guarda-de-honra.

Várias dezenas de activistas e simpatizantes da CDU integraram a comitiva na Costa Nova onde, alvo de grande receptividade, dialogaram, esclareceram e apelaram ao voto dos milhares de pessoas presentes na festa.

De seguida, a caravana rumou a Aveiro, onde se realizou um mega-almoço com centenas de aveirenses. No final do almoço, servido em ambiente de alegre convívio e grande confiança, a candidata independente proposta pelo PEV, Manuela Caetano, numa breve intervenção, frisou que a grande diferença entre os candidatos da CDU e os restantes está no facto de «eles serem gente de Aveiro e gente de trabalho».

Depois, Joel Vasconcelos, candidato da Juventude da CDU, expressou o empenhamento dos jovens activistas da Coligação na campanha eleitoral, com vista a mudar uma sociedade que promove a inércia e alienação dos jovens em vez da sua intervenção crítica e construtiva.

Muito aplaudido, Joaquim Almeida, cabeça de lista da CDU por Aveiro, enunciou algumas das medidas propostas para o desenvolvimento económico do distrito, referindo a certa altura o facto de a CDU ser a única força política que assume compromissos relativamente ao trabalho e à necessária dignificação dos trabalhadores e que se pronuncia pela defesa e melhoria da Segurança Social pública.

A encerrar as intervenções, Carlos Carvalhas, destacando a

serenidade e verdade que marcaram a pré-campanha da CDU, sublinhou que a CDU prefere não ganhar votos dizendo a verdade do que conquistá-los semeando mentiras.

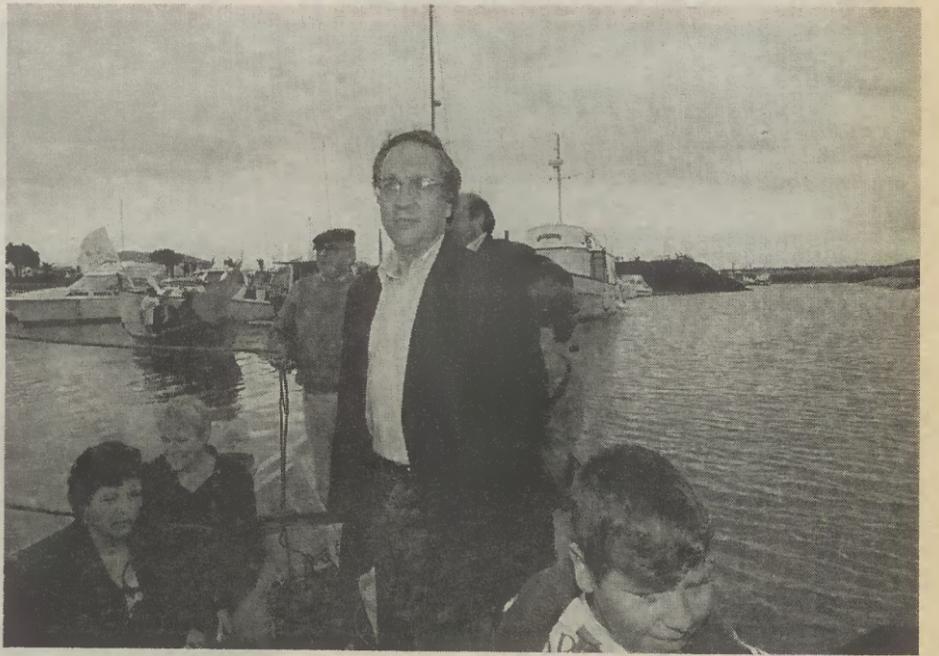
Referiu depois a roda viva de inaugurações em que o PS anda pelo País fora, servindo-se dos dinheiros públicos, e considerou

que nesta «palhaçada eleitoralista», de ofensa às regras democráticas e ao respeito devido aos eleitores, o PS vence o PSD. Mas a partir destas duas semanas de campanha, a CDU considerará qualquer inauguração ou acto público de propaganda governamental como uma inaceitável subversão das regras democráticas e da ética eleitoral.

Afirmando, depois, que António Guterres não tem coragem de pedir claramente uma maioria absoluta e, por isso, se socorre agora do argumento cavaquista da estabilidade, o secretário-geral do PCP

lembra que a estabilidade do PS poderá ser boa para os grupos económicos e para os grandes especuladores, mas não para os mais de um milhão de trabalhadores com contratos a prazo, para os desempregados ou para os reformados com reformas de miséria.

A finalizar, Carvalhas frisou que quanto mais força o povo der à CDU, mais força a CDU dará ao povo. E este só terá voz firme na Assembleia da República se Joaquim Almeida for eleito. Porque o seu compromisso é com os trabalhadores, é com o povo de Aveiro.



Várias embarcações de pescadores acompanham Carlos Carvalhas na travessia da Ria de Aveiro

Reformados merecem mais

Os eleitos da CDU na Assembleia da República honraram os compromissos que tinham assumido com os reformados, pensionistas e idosos, dizem em declaração os candidatos da CDU no distrito do Porto.

Assim, foram apresentadas propostas para actualização das pensões mais degradadas da função pública; para um aumento extraordinário de três mil escudos das pensões mínimas da segurança social; para a reposição da idade da reforma das mulheres nos 62 anos; para a distribuição gratuita de medicamentos prescritos em hospitais e centros de saúde sempre que tal saísse mais barato do que participar a respectiva aquisição em farmácias.

Ao inviabilizar, juntamente com os votos do PSD e do PP, a aprovação destas propostas, o PS finda a legislatura deixando a esmagadora

maioria dos idosos a viver de pensões muito baixas e degradadas, muitos deles subsistindo abaixo do limiar da pobreza.

Face a esta situação, a CDU avança algumas medidas concretas para minorar a sua gravidade e, entre outros compromissos, assume a revisão das aposentações degradadas; a aplicação e pagamento do 14.º mês a todos os reformados e pensionistas que ainda não usufruem desse benefício; a atribuição de pensões de invalidez causada por acidentes de trabalho ou doença profissional, com base na totalidade do vencimento que o trabalhador auferia na altura do acidente; a criação de uma carta sanitária que estabeleça o atendimento prioritário das pessoas idosas e deficientes; o desenvolvimento dos serviços de apoio domiciliário a pessoas idosas, inválidas e acamadas.

Dez presidentes de câmaras de Setúbal apelam ao voto na CDU

Os dez presidentes de câmara do distrito de Setúbal eleitos pela CDU e Octávio Teixeira, cabeça de lista às próximas legislativas, divulgaram na semana passada, em Setúbal, as 10 razões pelas quais apelam ao voto na coligação.

Num documento conjunto, aqueles autarcas afirmam saber «por experiência própria os adiantamentos, entraves e penalizações às populações e ao desenvolvimento do distrito levados a cabo pelas políticas do actual Governo PS» e que a resolução de muitos problemas que continuam a afectar a população e que de pendem do Governo (desemprego, acessibilidades e transportes, ambiente, saúde, segurança, educação...) «passa por dar mais força» aos que

lutam pelo desenvolvimento do distrito, pelo melhoramento da qualidade de vida das populações.

Maria Emília Sousa, presidente da Câmara de Almada, depois historiar o trabalho da CDU no distrito, acusou o Governo de ter desligado os telemóveis e abandonado o tão anunciado diálogo durante a campanha eleitoral. «Digo isto porque, até 1996, tínhamos muitos telemóveis, muitas reuniões, mas a partir daí os telemóveis do Governo deixaram de estar disponíveis

para os autarcas da CDU. Antes disso, falou muito, ouviu pouco e quase nada decidiu.» Entretanto, agora, em período eleitoral, lá vão surgindo os protocolos, ainda que elaborados de maneira atabalhoada.

Maria Emília enalteceu o notável empenho dos deputados comunistas na AR em defesa dos anseios das populações e apelou ao voto na CDU «para não ter que andar mais quatro anos de coração nas mãos».

Um distrito discriminado

Por sua vez, Octávio Teixeira afirmou que os dez presidentes ali presentes constituem o reconhecimento pelas populações do bom trabalho realizado pelos eleitos da CDU, que ao longo dos anos têm dado mostras de «grande honestidade, competência e empenho». É o modo de estar da verdadeira esquerda, «seja no Parlamento, nas autarquias, nos sindicatos ou quaisquer outras instituições».

O cabeça de lista da CDU acusou uma vez mais o Governo de penalizar o distrito de Setúbal, onde a taxa de desemprego alcança o dobro da média nacional. Também não se compreende, por exemplo, por que é que o Governo atrasou quatro anos o início da construção do metro Sul do Tejo,



Octávio Teixeira considera que o Governo tem penalizado o distrito de Setúbal.

nem por que entrava o processo de cofinanciamento das ETAR's projectadas para o distrito. E deu um exemplo: «Dos dezoito pedidos, só um foi enviado para Bruxelas em 1997. E só há dias a Comissão Europeia informou directamente que falta um documento a esse processo.» Octávio Teixeira apontou dois benefícios imediatos do voto na CDU: «Mais peso do Grupo Parlamentar comunista para forçar decisões mais à esquerda e impedir a maioria absoluta do PS.» É que - diz o candidato - se com o PS em maioria relativa, o distrito de Setúbal é um parente menor, se o PS alcançasse a maioria absoluta «deixaria de pertencer à família!».

Alverca Câmara inoperante

Para um maior conhecimento dos problemas da urbanização das Faias de Baixo, em Arcena, os vereadores municipais da CDU, a Presidente de Freguesia de Alverca e outros autarcas da Assembleia Municipal, da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, assim como dirigentes locais da coligação, visitaram a urbanização e contactaram com os moradores.

No local, os autarcas puderam constatar as péssimas condições dos acessos e das zonas envolventes, onde proliferam buracos no pavimento, passeios danificados, grelhas de sumidouros em estado de degradação e zonas de ajardinamento completamente abandonadas.

Entretanto, os esforços desenvolvidos pela Junta de Freguesia de Alverca junto da Câmara Municipal, no sentido de que estes problemas sejam ultrapassados, não tiveram o acolhimento devido, uma vez que, apesar de a Câmara ter notificado em Janeiro o promotor da urbanização para a execução no prazo de 60 dias das obras em falta, ter-se chegado a Setembro sem que a Câmara actuasse, como prometeu, os mecanismos legais que tem ao seu dispor.

Entretanto, a Juventude da CDU acusa o Jumbo de Alverca de não cumprir as leis laborais, designadamente, a que prevê 11 domingos de descanso por ano para cada trabalhador.

Segundo a denúncia dos jovens da CDU, esta grande superfície ultrapassa as cinco horas limite de trabalho contínuo sem descanso para o almoço, não observa as pausas a meio de cada um dos dois períodos de trabalho diário e tem câmaras de filmar em locais de acesso vedado a clientes.

Rectificação

Em resultado da não introdução de uma emenda de revisão tipográfica, na crónica de Vítor Dias publicada na última edição do nosso jornal, atribuiu-se, em forma de citação, a Miguel Portas a afirmação de que o Bloco de Esquerda foi «com a Igreja, a grande força polarizadora de todo o movimento de toda a indignação e protesto que se desenvolveu com Timor», quando, em rigor, o que consta da entrevista daquele candidato à «Capital» é a afirmação de que o BE foi «com a Igreja, uma das grandes forças polarizadoras» do referido movimento.

Feita esta rectificação que, por questões de rigor e seriedade, se impunha, fica também a informação por parte do autor da crónica de que os comentários críticos que emitiu se basearam na afirmação realmente feita por M. Portas e não na citação imperfeita que, por lapso de revisão, foi publicada.

CAMARADAS FALECIDOS

Fernando Afonso Roseiro

Com 76 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Fernando Afonso Roseiro, ex-trabalhador do Arsenal do Alentejo. Membro do PCP desde 1974, estava organizado na Comissão de Freguesia da Trafaria.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP recebe CGTP

Uma delegação do PCP, presidida pelo secretário-geral Carlos Carvalhas e integrando Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e Rosa Rabiais do Secretariado do Comité Central, recebeu na quinta-feira passada uma delegação da CGTP-IN. Esta era constituída por Manuel Carvalho da Silva, coordenador da central sindical, e por Maria do Carmo Tavares, Ulisses Garrido e José Ernesto Cartaxo, membros da Comissão Executiva.



... e Plataforma «Direito de Optar»

Também na segunda-feira passada, uma delegação do PCP, integrando Octávio Teixeira e Fernanda Mateus, membros da Comissão Política, e Noélia Oliveira, da Comissão Junto do Comité Central para os Problemas e o Movimento das Mulheres, recebeu a «Direito de Optar - Plataforma pela Despenalização do Aborto», representada por Duarte Vilar. O encontro, que se realizou a pedido desta organização, visou entregar ao PCP as conclusões do Fórum «Um ano após o referendo - que balanço?», efectuado no passado mês de Junho.



Porquê votar na CDU?

«Porque os candidatos da CDU nos dão a garantia de se batem com trabalho, honestidade e competência pelo desenvolvimento do distrito e pelos interesses das populações»

Rogério de Brito

Presidente da Câmara Municipal de Alcácer

«A garantia de protecção do património cultural e construído e a preservação da cultura e tradições locais»

Miguel Boeiro

Presidente da Câmara Municipal de Alcochete

«Para que não fiquemos de coração nas mãos por mais quatro anos»

Maria Emília de Sousa

Mandatária distrital da CDU

Presidente da Câmara Municipal de Almada

«A capacidade de promover o desenvolvimento económico, sem pôr em causa a qualidade de vida das populações»

Pedro Canário

Presidente da Câmara Municipal do Barreiro

«Para programar o desenvolvimento a pensar nas pessoas, defendendo o ambiente e a cultura»

Fernando Travassos

Presidente da Câmara Municipal de Grândola

«Por um poder mais perto das pessoas e do seu controlo, por uma verdadeira descentralização administrativa»

João Almeida

Presidente da Câmara Municipal da Moita

«Para que as autarquias e as suas associações possam intervir por direito próprio e participar nas políticas de desenvolvimento respeitante aos territórios»

Carlos de Sousa

Presidente da Câmara Municipal de Palmela

«Por novos Centros e Extensões de Saúde em áreas carenciadas e de novos hospitais (Santiago de Cacém, Seixal e Montijo/Alcochete), dando prioridade a medidas para enfrentar as enormes carências em médicos, enfermeiros e outro pessoal especializado»

Ramiro Beja

Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém

«A garantia com provas dadas - na Assembleia da República, no Poder Local, na actividade sindical, nas instituições - de concretização de políticas sociais, culturais e de desenvolvimento económico, que respondam aos problemas concretos da maioria da população portuguesa»

Alfredo Monteiro

Presidente da Câmara Municipal do Seixal

«Pela defesa das pescas, sector de importância nacional e local, e dos interesses dos pescadores e armadores»

Manuel Coelho

Presidente da Câmara Municipal de Sines

PCP-PEV **VotaCDU**

Para que não fique tudo na mesma

No Parlamento CDU porta-voz da Guarda

Na Guarda, a campanha da CDU tem sido marcada em todo o distrito por uma intensa actividade de esclarecimento e contactos com a população e instituições várias.

Entretanto, durante a pré-campanha eleitoral, Luísa Araújo, cabeça de lista e os outros candidatos da CDU prestaram contas do trabalho realizado pelos seus deputados na Assembleia da República, chamando a atenção para a vantagem do reforço da coligação tanto em número de votos como de deputados. É que, apesar de a CDU não ter eleito qualquer deputado pelo distrito da Guarda, foram os seus deputados os que mais problemas levantaram na Assembleia em relação ao distrito e mais propostas fizeram para a sua resolução.

De facto, a alteração de forças verificada entre as duas últimas legislaturas – o PSD que tinha três deputados passou para dois e o PS que tinha um passou para dois – não se traduziu por qualquer melhoria para o distrito, para os trabalhadores e para as populações.

Aliás, este trabalho realizado pelos eleitos da CDU é geralmente reconhecido por amplos sectores da população que, nos contactos e entrevistas com os candidatos, têm apreciado e valorizado esse trabalho. Os trabalhadores do sector têxtil, designadamente da Gartêxtil e da Beiralã, manifestaram o seu particular apreço pelo trabalho desenvolvido, ao qual, no caso da Beiralã, se deveu em parte à vitória conseguida pelos trabalhadores na luta contra a laboração contínua. Os trabalhadores não esquecem, fizeram questão de sublinhar, que é a CDU que tem sido o seu porta-voz na Assembleia da República.

Diversas outras acções de esclarecimento têm ocupado também os activistas da CDU, como sejam as distribuições de propaganda nos mercados de Trancoso, Celorico da Beira, Gouveia ou Guarda. Porém, não fica por aqui o âmbito das suas acções já que os candidatos têm-se desdobrado em contactos com entidades várias, ao longo destas últimas semanas.

Num ciclo de entrevistas que teve início na União dos Sindicatos da Guarda, a CDU encontrou-se, por exemplo, com o director do Parque Arqueológico de Foz Côa, com o director do Procôa, com o presidente da Adega Cooperativa de Foz Côa, com o presidente da Cooperativa dos Olivicultores de Foz Côa, com a Associação dos Agricultores da Guarda, com o Sindicato dos Enfermeiros, com a secção da Ordem dos Médicos da Guarda e com a administração do Hospital Distrital da Guarda.

Nestes encontros, os candidatos da CDU tiveram oportunidade de conhecer mais em pormenor a realidade e os problemas do distrito, designadamente os problemas dos agricultores em relação à segurança social ou às dificuldades de escoamento dos produtos, ou da população em geral no que respeita à falta de médicos.

Os debates são outra vertente do trabalho da CDU. Ainda no sábado, por sua iniciativa, foi possível discutir, com a participação de Rui Godinho, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, «o urbanismo, o ambiente e o desenvolvimento sustentável» e, na passada terça-feira, «as estradas e vias de comunicação».

Açores Candidatos contactam populações

A CDU está a desenvolver na Região Autónoma dos Açores uma campanha eleitoral intensa e generalizada a todas as ilhas, desdobrando-se em contactos com as populações, visitas a serviços de Estado e outras iniciativas.

Na sexta-feira passada, por exemplo, a CDU visitou as instalações da Polícia de Segurança Pública de Angra do Heroísmo, onde foi cordialmente recebida pelo Comando que a informou sobre o trabalho a decorrer nas Ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa e alguma diminuição da criminalidade, embora persistam factores de insegurança, directamente ligados à marginalidade e a fenómenos de exclusão social.

Durante a reunião, surgiu a referência aos Conselhos Municipais de Segurança propostos pelo PCP na Assembleia da República, que poderão vir a ter um importante papel na relação entre as forças de segurança e os cidadãos.

Também no passado fim de semana, o primeiro candidato Mário Abrantes, as candidatas Alzira Luís e Alfredina Alves e o coordenador do PCP/Açores José Decq Mota participaram numa caravana que percorreu todas as freguesias da ilha do Pico.

Dentre as várias iniciativas, destacam-se, ainda, a visita efectuada por Mário Abrantes à Universidade dos Açores, onde defendeu a necessidade de um maior investimento para os pólos universitários existentes em Ponta Delgada, Angra e Horta, e uma importante reunião de candidatos com a direcção da Associação de Jovens Agricultores de São Miguel sobre problemas da agricultura e pecuária.



Depois do encontro no Centro de Segurança Social, Carlos Carvalho e Joaquim Miranda visitaram a Escola Superior de Educação



Carlos Carvalho em Portalegre Eleitoralismo não resolve pobreza

A pobreza não tem diminuído no distrito de Portalegre, afirmou Carlos Carvalho na segunda-feira, dia que dedicou por inteiro àquele distrito, onde visitou várias entidades, terminando à noite num comício em Campo Maior.

O secretário-geral do PCP, que esteve acompanhado por Joaquim Miranda, eurodeputado e cabeça de lista da CDU pelo círculo de Portalegre, abordou os temas da segurança social, da educação e o emprego, considerando que a inserção social das sete mil famílias abrangidas no distrito pelo Rendimento Mínimo Nacional «tem sido muito lenta».

Depois de se ter visitado o Centro Regional de Segurança Social, a Escola superior de Educação e a União de Sindicatos de Portalegre, Carlos Carvalho participou à noite, no comício-festa realizado no jardim de Campo Maior, que foi aberto com uma actuação do grupo Meninos da Avó.

O dirigente comunista voltou a falar das inaugurações e primeiras pedras realizadas com fins eleitorais por membros do Governo que também são candidatos às eleições, para concluir que, nesta matéria, entre eles e os membros dos governos cavaquistas não existem diferenças.

Como exemplos, lembrou que Miranda Calha,

secretário de Estado do Desporto e cabeça de lista do PS em Portalegre, visitou no passado dia 19 de Setembro o distrito de Portalegre, onde entregou medalhas de mérito a diversas colectividades e lançou a primeira pedra para o novo Estádio Municipal de Ponte de Sor. Depois em Elvas assinou o contrato-programa da pista de atletismo; em Tolosa visitou o local do novo campo de futebol; em Fronteira, assinou o contrato-programa de construção do tanque de Aprendizagem de vale de Maceiras.

Nesse mesmo dia, esteve na cerimónia de lançamento da primeira pedra dos edifícios de Apoios Gerais

e de Formação Profissional das instalações da APPACDM. Dois dias depois visitou a CM de Portalegre para entregar medalha de mérito desportivo a um clube desportivo. Três dias depois visitou em Arronches infra-estruturas desportivas - campos de ténis, o futuro campo de futebol; e nas freguesias de Esperan-

ça e Mosteiros lançou a primeira pedra dos futuros polidesportivos.

Como sublinhou Carlos Carvalho trataram-se apenas de «promessas, projectos, primeiras pedras em campanha eleitoral. Qual é a diferença entre este membro do governo e os membros dos Governos cavaquistas?», perguntou.



Com jovens de Portalegre e, em baixo, o comício em Campo Maior



Montemor-o-Novo Homenagem a Casquinha e Caravela

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo e da Comissão de Freguesia de Santiago do Escoural realizou-se uma romagem ao cemitério do Escoural para recordar e homenagear, no 20.º aniversário do seu assassinato, os trabalhadores agrícolas António Maria Casquinha e José Geraldo (Caravela), caídos sob balas traiçoeiras quando lutavam em defesa da Reforma Agrária.

Lino de Carvalho, antigo dirigente da Reforma Agrária, deputado do PCP e cabeça de lista da CDU pelo Distrito de Évora às próximas eleições legislativas, convidado para usar da palavra na romagem agora realizada, lem-

brou o crime e recordou que, 20 anos depois, os assassinatos continuam impunes.

O cabeça de lista da CDU lembrou que as mortes ocorreram em defesa «da mais bela conquista, da mais exaltante transformação que o 25 de Abril proporcionou, a Reforma Agrária». Destruída a Reforma Agrária nada de idêntico, que promovesse o aproveitamento das terras e gerasse emprego, foi construído em seu lugar. E, por isso, continua a faltar no Alentejo «uma agricultura nova, moderna e competitiva». Lino de Carvalho afirmou que esta «continua a ser uma questão central para garantir o desenvolvimento do

Alentejo. O que passa pela mudança do que se produz, pela organização associativa e comercial, pela formação de jovens trabalhadores agrícolas e jovens agricultores e, sobretudo, por uma reestruturação fundiária que, democratizando o acesso à terra, permita criar explorações agrícolas eficazes, que aproveitem a terra e impulsionem uma nova dinâmica no sector». «É a isto tudo que chamamos a nova Reforma Agrária», disse Lino de Carvalho que criticou o Governo do PS e, em particular, o Ministro da Agricultura e cabeça de lista do PS por Évora, por falta de vontade política de afrontar esta questão promovendo, em

contrapartida a consolidação da «grande propriedade fundiária». Alqueva e a Barragem dos Minutos foram recordados como alavancas que deveriam ser utilizadas para proporcionar uma nova reestruturação fundiária no Alentejo.

Por isso o cabeça de lista da CDU apelou ao voto na CDU nas próximas eleições legislativas de modo a impedir que o PS venha a obter uma qualquer maioria absoluta e a reforçar, á esquerda, a força do PCP e do Partido Ecológico Os Verdes. Essa seria também a melhor homenagem que, vinte anos depois, se poderia prestar a Casquinha e Caravela, finalizou Lino de Carvalho.

TRABALHADORES

Contas para um voto consciente

Dirigentes da construção optam pela CDU

No dia 10 de Outubro, os dirigentes da federação e dos sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção «vão votar na coligação que sempre esteve ao seu lado e que tem nas suas listas de candidatura muitos dirigentes da CGTP-IN».

No comunicado do Conselho Nacional da federação, divulgado sexta-feira e dirigido aos trabalhadores do sector, apela-se a que estes tomem idêntica opção de voto, para defenderem os seus interesses, apoiando «os que sempre estiveram ao seu lado na luta por melhores condições de vida e de trabalho».

O comunicado começa por registar que, antes das eleições, «todos os partidos vêm pedir o voto aos trabalhadores», mas estes devem escolher «conscientes».

A federação recorda que, nos últimos 4 anos, a política do PS e do Governo conduziu ao aumento da precariedade do emprego e do trabalho clandestino no sector. No saldo da governação de António Guterres não ainda contabilizados os «salários de miséria» (75 contos, representando quatro vezes menos do que na Holanda ou na Bélgica), o pacote laboral, a destruição de empresas e o

desemprego de milhares de trabalhadores. Permitiu ainda «que na construção civil e obras públicas morressem pelo menos 780 trabalhadores, sem que os culpados fossem condenados».

Quando teve maioria na AR e foi Governo, o PSD fez «o mesmo ou semelhante», e «por isso foi penalizado pelo povo nas últimas eleições».

O CDS-PP «é o partido do patronato, contando nas suas fileiras com o engenheiro Nogueira Simões», dirigente da CIP e da AECOPS (associação patronal do sector de construção e obras públicas). No comunicado lembra-se ainda que o PP sempre esteve ao lado dos governos, quer do PSD, quer do PS, «quando quiseram tomar medidas contra os trabalhadores».

A «Plataforma de Esquerda» (sic) tem como objectivo «roubar deputados à esquerda, para que o PS e a direita continuem a governar».

Quanto à CDU, «apresentou projectos de lei para defesa dos trabalhadores» e lutou contra o pacote laboral, contra as privatizações, pela redução do horário de trabalho, contra a flexibilização e polivalência, por um Serviço Nacional de Saúde para todos, pelo direito à habitação para todos, contra o trabalho precário e clandestino, por um ensino eficaz a que os filhos dos trabalhadores tenham acesso.

«Perante o conhecimento do passado dos partidos políticos, os trabalhadores devem votar nos que sempre estiveram a seu lado na luta por melhores condições de vida e de trabalho», conclui o comunicado.

Pesca desafia

O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte desafiou os candidatos e as forças políticas que se apresentam às eleições de 10 de Outubro a que se pronunciem sobre o que preconizam para «seis dos muitos problemas» vividos no sector.

Destaca-se a alteração do regime jurídico de trabalho na pesca, «o único sector sem salário-base

mínimo» e onde ainda não está devidamente regulamentado o valor do subsídio de Natal. Para acabar com a dependência da «sorte da pesca», o sindicato propugna também a alteração da lei sobre o Fundo de Compensação Salarial, contemplando situações que ficaram excluídas num recente decreto-lei.

Quer também saber se os candidatos e partidos pensam alterar a fórmula de cálculo dos descontos para a Segurança Social (aplicando os 10 por cento do regime especial apenas à pequena pesca

artesanal). Deixa também interrogações sobre medidas efectivas de apoio às pescas nacionais, tais como o fim da política de abates e o investimento na frota para aumentar a capacidade de produção, e a atribuição do «combustível subsidiado» às embarcações de boca aberta e aos tractores da arte xávega. Esta medida, recorda o sindicato, foi prometida pelo ex-secretário de Estado das Pescas, «mas agora o Governo refugia-se em desculpas, com regulamentos da Comunidade Europeia, para não cumprir o que pro-

meteu, o que é uma injustiça, pois trata-se de dar as mesmas oportunidades que dão às pescas industriais, que já pagam o gasóleo a cerca de 44 escudos o litro».

A carta-aberta do sindicato aos candidatos começa por lembrar a greve dos pescadores do arrasto costeiro, que se prolongou por 3 meses, com um governo que «não interveio como prometeu e se colocou, assim, ao lado dos armadores, chegando ao desplane de enviar a polícia de choque para acabar com os piquetes de greve».



Os professores concentraram-se no Largo do Rato e desfilaram depois até à sede do Conselho de Ministros, onde fizeram ouvir os seus protestos

Portucel pode parar

Voltam hoje a reunir-se à mesa os representantes sindicais e a administração da Portucel. Na agenda continua a estar a negociação para a revisão dos acordos de empresas do Grupo Portucel, na sequência da reunião realizada faz hoje oito dias, em que as partes informaram das suas posições sobre as matérias em discussão.

A administração, que fez saber que a sua proposta está próxima dos limites da sua posição final, insiste no aumento de 3,2 por cento dos salários e cláusulas económicas, com efeitos desde 1 de Setembro, contra os 4,5 por cento exigidos pelos trabalhadores, que defendem igualmente um aumento mínimo de 6500 escudos.

Quanto às férias, a administração quer 25 dias de férias e tolerância de ponto no dia 24 de Dezembro, condicionados à alteração na escala horária e gozo

de férias na laboração contínua. Os trabalhadores, pela sua parte, reclamam 25 dias de férias e a equiparação a feriado do dia 24 de Dezembro, exigindo, simultaneamente, a redução do horário de trabalho e o alargamento do prémio de risco.

Questões não menos importantes, apontadas numa nota do Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, são ainda a não aceitação da retirada ou diminuição de direitos e regalias em vigor, bem como o respeito pelo direito à contratação e negociação colectiva.

Estas posições foram já sufragadas em plenários realizados em Setúbal, Viana do Castelo, Leiria, Albarraque e Guilhabreu, no decorrer dos quais as estruturas sindicais foram mandatadas para avançarem com greves a partir de Outubro, de acordo com a especificidade organizativa das respectivas unidades fabris.

Greve no grupo Siemens contra a deslocalização

Os trabalhadores do grupo Siemens estiveram ontem em greve, em defesa do emprego e contra a transferência de actividades da multinacional para outros países. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, que convocou a paralisação nas fábricas de Évora, Sabugo, Corroios e Seixal (Indelma), anunciou também uma concentração junto à sede da Siemens, em Alfragide.

Com esta jornada de luta, abrangendo um universo de três mil trabalhadores, o SIESI/CGTP pretendeu «reforçar a exigência de que o Governo, através dos ministérios da Economia e do Emprego, suspenda a atribuição de quaisquer incentivos ou a adjudicação de obras públicas à multinacional, até que seja garantida a manutenção

do emprego e a continuidade das suas actividades em Portugal».

O sindicato, na nota distribuída segunda-feira, refere que «só no decurso deste ano», já foram eliminados mais de 400 postos de trabalho nas empresas do grupo Siemens instaladas em Portugal. «A concretizar-se a deslocalização, para a Lituânia, da fabricação de cablagens para os automóveis Renault, desde sempre produzidas na Indelma, seriam eliminados, a curto prazo, mais de 700 empregos», denuncia o SIESI.

«Vai o Governo intervir para impedir tal acção», pergunta a célula do PCP na Indelma, num comunicado em que manifesta a solidariedade dos comunistas com os trabalhadores «em

tempo de eleições e fora do tempo de eleições».

O PCP acusa o Governo e o PS de quererem «mostrar-nos o filme de cabeça para baixo», contestando vivamente afirmações de Jorge Coelho, contidas na carta que o ministro e chefe-de-lista em Setúbal enviou para casa dos eleitores. Ao fim das bandeiras negras da fome e aos muitos problemas que Jorge Coelho diz já estarem resolvidos, o comunicado da célula da Indelma contrapõe a redução de 869 postos de trabalho na Lisnave, de mais 150 na Torralta e de outros 650 na Sodía (ex-Renault de Setúbal, que encerrou), bem como a perspectiva de eliminação de cerca de um milhar de postos de trabalho na Siderurgia.

Governo insiste nas «promessas e bolos»

O secretário de Estado da Administração Educativa disse segunda-feira à Agência Lusa que o Governo conta atribuir, ainda durante o corrente ano lectivo, o subsídio de desemprego a professores e educadores. Esta foi uma das principais reivindicações que estiveram na origem da manifestação de professores contratados, promovida dia 22 pela Fenprof.

Segundo Oliveira Martins, está decidido que «o subsídio é para aplicar ainda durante este ano lectivo, só falta definir os termos da posição das

organizações sindicais», o que constituirá apenas «um pro forma» que não porá em causa a decisão». Questão de somenos para o secretário de Estado será também, certamente, o número de professores desempregados, que para Oliveira Martins serão apenas «um quarto» dos mais de 20 mil referidos pelos sindicatos.

Na manifestação – tal como noutras acções levadas a cabo pelos professores e educadores contratados com vínculo precário durante anos e anos sucessivos e que, entre o final

de um ano lectivo e o início do seguinte, ficam sem emprego –, além da exigência de subsídio de desemprego em condições idênticas às que estão previstas para os restantes trabalhadores, a Fenprof e os docentes exigiram também a vinculação após dois contratos, como preceitua a lei geral.

O Governo responde com novas promessas, parecendo convicto de que se mantém válido o princípio de que, «com papas e bolos, se enganam os tolos». Mesmo com «papas» de 1995...

Bancários em França criam frente unitária

Responsáveis sindicais dos bancos portugueses com baldões abertos em França decidiram elaborar uma plataforma comum de reivindicações, a partir das propostas que vão ser apresentadas a cada instituição.

A reunião, no dia 17 de Setembro, juntou sindicalistas da CGT, CFDT e SNB, representantes de trabalhadores do Banco Mello, Banque Franco-Portugaise (grupo CGD), Caixa Geral de Depósitos, Banco Pinto e Sotto Mayor e Banco Popular Comercial (Nova Rede/Atlântico) – que contam ainda com o apoio de um responsável sindical do Banco Português de Investimento, impedido de participar na reu-

nião. Constataram haver problemas comuns e analisaram reivindicações actuais, como a redução dos horários e a contratação colectiva.

Para a elaboração das reivindicações comuns, os sindicalistas apelam à participação dos assalariados da banca.

Foi feito um convite a «todos os representantes do pessoal de todos os sindicatos», para que se juntem à «frente unida da banca portuguesa em França», cuja próxima reunião ficou marcada para dia 20 de Outubro, na comissão de trabalhadores do Banque Franco-Portugaise, em Paris (Boulevard Haussman, 50).

TRABALHADORES

Manifestação da Administração Local

Cartão vermelho para Guterres

Um grande cartão vermelho foi entregue no dia 23, na sede do Conselho de Ministros, por trabalhadores das autarquias de todo o País, que aproveitaram a reunião semanal do Governo para lembrar as promessas e compromissos que não foram honrados pelos governantes do PS.

Na concentração, promovida pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, participaram cerca de 4500 pessoas, segundo disse ao «Avante!» um dirigente do STML.

Os sindicatos, nos documentos distribuídos à comunicação social e entregues na sede do Governo, ao cuidado do primeiro-ministro, classificam o mandato político que agora termina como «francamente negativo» e alertam para o facto de se viver um momento «em que se reno-



vam promessas nunca cumpridas».

Entre outras medidas «que há muito vêm sendo propostas pelos sindicatos no sentido de uma efectiva valorização e dignificação dos trabalhadores da Admi-

nistração Local», o STAL e o STML apontam algumas que podem e devem ser concretizadas antes das eleições legislativas:

- um aumento mínimo de 5 mil escudos para cada trabalhador,
- a imediata regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco,
- a uniformização da mudança trienal de escalão,
- e uma valorização de 10 pontos para todos os trabalhadores prejudicados com a revisão do regime de carreiras.

Greve nos impostos

Reagindo à última proposta do Governo sobre a reestruturação de carreiras na Administração Fiscal - diploma que deverá ir hoje a Conselho de Ministros -, a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública reafirmou que se mantém as razões que levaram à greve, em Junho, e apelou a nova paralisação. A greve de hoje tem por objectivo protestar contra o que a FNSFP considera como destruição da carreira profissional dos trabalhadores dos impostos.

A proposta do Governo, na versão final, foi dada a conhecer sexta-feira à federação, que con-



Informáticos

«Face à determinação dos trabalhadores informáticos de prosseguir a luta por uma justa reestruturação da carreira, o Governo enviou aos sindicatos uma nova proposta, em tudo idêntica à que enviara em Junho, com a diferença que passa de um aumento médio de 3,1 para 4,6 por cento na grelha salarial», informou a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, salientando que o executivo de Jorge Coelho e António Guterres «continua a recusar a necessária e esperada reestruturação das carreiras».

Esta repetida atitude do Governo é de novo considerada «provocatória», adiantou a Frente Comum que, «caso na reunião convocada para 29 de Setembro o Governo mantenha

a provocação, os sindicatos prosseguirão o ciclo de greves, nomeadamente nos sectores envolvidos no apuramento dos resultados das eleições (informática da Justiça), bem como no Ministério das Finanças», o que poderá afectar a celeridade do apuramento dos resultados de 10 de Outubro.

Na proposta sindical exige-se a reforma da grelha salarial e da estrutura de carreiras (que já tem 20 anos e está «completamente desadequada»), a integração nas carreiras de informática de todos os quadros que desempenham funções de informáticos, o tratamento justo dos trabalhadores de registo de dados e planeamento de trabalhos na transição para outras carreiras, e a reformulação dos regimes de aposentação e de trabalho por turnos.



Justiça

Um grupo de trabalhadores despedidos pela Lisnave em 1985 acompanhou os elementos da comissão representativa que, antontem, se deslocaram ao gabinete do ministro Ferro Rodrigues, para mais uma vez exigirem do Governo uma medida de excepção, de modo a corrigir a injustiça que atingiu 166 pessoas e suas famílias. Os trabalhadores foram despedidos por não aceitarem rescindir os contratos com a empresa, como denunciaram na semana passada, em conferência de imprensa.

Greve dos enfermeiros com forte adesão

Teve uma adesão média de 80 por cento a greve de dia 22, contra a intenção do Governo de não considerar a enfermagem como profissão de risco. Segundo o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que corrige números divulgados pela Agência Lusa, os níveis de paralisação nos hospitais e centros de saúde, nos turnos da manhã e da tarde, evidenciam «a capacidade de reacção dos enfermeiros perante situações que podem pôr em causa a profissão na sua globalidade e os direitos dos enfermeiros».

O SEP e os enfermeiros não aceitam que o Governo, através do Ministério da Saúde, «não considere a profissão de enfermagem como profissão de risco, ainda que tenha aprovado o Regulamento do Exercício Pro-

fissional dos Enfermeiros, onde vem expresso o especial risco a que os enfermeiros estão sujeitos, decorrente da natureza do seu desempenho».

Também contestam que, «tendo por base critérios falaciosos», o Governo «gradue a penosidade em função do local de trabalho/serviço, e não em função da natureza do desempenho dos enfermeiros», preparando-se para «compensar apenas alguns enfermeiros e, simultaneamente, não atribuir qualquer compensação, porque faz depender a sua atribuição da vontade dos conselhos de administração e do exercício contínuo nos serviços».

Esperando as decisões do Conselho de Ministros convocado para hoje, o SEP reafirma a exigência de negociação do

diploma sobre risco e penosidade, com o objectivo de o submeter a uma «profunda alteração».

Brasil

No comunicado em que saúda os enfermeiros portugueses pela forte adesão à greve, o SEP expressa o seu «mais profundo repúdio» pelo assassinato de Edma Rodrigues Valadão (presidente do sindicato brasileiro) e Marques Octávio (presidente da secção do Rio de Janeiro da Associação de Enfermagem), «pelo facto de terem denunciado a existência de corrupção na Directoria dos Conselhos Regionais e Federais de Enfermagem, no Rio de Janeiro». Aos colegas brasileiros o SEP expressa a sua solidariedade.

Pessoal dos EFFAs paralisa e protesta

Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas levaram a cabo greves, concentrações e manifestações de protesto, que tiveram por destinatário principal o chefe do Governo.

No dia 24, informou o sindicato do sector, estiveram em greve, com uma adesão de 85 por cento, os trabalhadores dos estabelecimentos fabris do Exército. O STEFFAs/CGTP informou que, no dia da greve, cerca de 500 trabalhadores dos EFE concentraram-se frente ao Estado Maior do Exército e junto à residência oficial do primeiro-ministro; a António Guterres foi deixada uma carta, manifestando estranheza por nada ter sido feito para encontrar respostas positivas para as reivindica-

ções «mais do que conhecidas» do Governo, designadamente no que toca à revalorização dos salários e das carreiras.

Na sexta-feira paralisaram também, uma hora por turno, os trabalhadores das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em protesto contra a retirada de direitos. A greve teve uma adesão de 60 por cento.

Com uma adesão de 95 por cento e uma muito participada deslocação à residência oficial do primeiro-ministro, estiveram em greve na segunda-feira, dia 27, os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, em luta para que seja assinado o despacho que consagra a revalorização de carreiras do pessoal civil.



Cerca de mil trabalhadores do Arsenal do Alfeite foram segunda-feira à residência do primeiro-ministro

Habitar – 2.^a mostra de urbanismo e habitação

Mudanças qualificadoras percorrem Loures

Ao visitante foi proporcionada uma abundante informação em mais de 120 painéis e maquetas reveladora da aposta municipal na produção de um meio urbano de qualidade

A Habitar – 2.^a mostra de urbanismo e habitação voltou a abrir as suas portas em Loures. Foram quatro dias em que os visitantes, que afluíram ao Pavilhão Paz e Amizade em considerável número, não obstante as partidas do tempo, tiveram ensejo de conhecer de modo pormenorizado tudo o que nesta frente da intervenção municipal está a ser feito ou está projectado.

Com o seu perfil misto, agrupando a presença institucional com a de agentes económicos e entidades que intervêm no território, esta iniciativa da Câmara de Loures, de características absolutamente singulares no País, voltou a evidenciar o seu enorme potencial, quer no plano da divulgação do trabalho municipal, quer na área da concertação e melhoria de procedimentos entre a autarquia e os particulares, quer ainda no aprofundamento do processo de participação pública.

Através dos mais de 120 painéis e maquetas que compunham a exposição institucional, desenvolvida ao longo de um arrojado projecto que modelou

de forma inovadora boa parte do espaço exterior do pavilhão, foi possível ficar a conhecer, designadamente, as grandes linhas de orientação que dão corpo ao projecto de desenvolvimento liderado pelo Município, enquanto entidade gestora do território, com vista à produção de um espaço urbano de qualidade e à melhoria do bem estar das populações.

Dessas «mudanças qualificadoras» falou o Presidente da Câmara de Loures, Adão Barata, no acto oficial que marcou a abertura do certame, pondo em destaque o facto de as mesmas constituírem um «desafio permanente» que marca o quotidiano da acção municipal, seja

na área do planeamento, da gestão urbanística ou da requalificação ambiental.

Mas a Habitar, para as cerca de quatro dezenas de expositores que encheram o interior do Pavilhão Paz e Amizade constituiu-se ainda num espaço gerador de novas dinâmicas e oportunidades. Foi-o para as empresas, pela possibilidade de exporem os seus produtos e serviços, mas também para os visitantes, com acesso a informação mais alargada sobre as condições de oferta no mercado de habitação



Florestação

Impedir a erosão dos solos, melhorar a qualidade do ar e

regularizar o ciclo da água com a redução das cheias são os objectivos da florestação que a Câmara de Loures está a promover.

Até ao fim do Outono serão

plantados pinheiro manso, cipreste, carvalho e freixo em cerca de 85 hectares de terreno no concelho, totalizando cerca de 210 hectares a área florestada desde 1993, altura em que existiam em Loures cerca de 900 hectares de floresta.

Os contactos com os proprietários que a câmara e a Zona Agrária de Loures têm vindo a fazer, pretendem mostrar a importância da florestação para a recuperação dos solos e do ambiente, de par das vantagens económicas futuras.

Alguns hectares de floresta podem significar, dentro de 30 ou 40 anos, vantagens na utilização da madeira, na produção e comércio do pinhão, na criação de emprego ligados à manutenção da floresta.

A câmara tem apoiado os proprietários que pretendem florestar os seus terrenos, elaborando projectos que integram candidaturas a fundos comunitários através do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP).

Agricultores de Setúbal exigem apoios e mais justiça

Em véspera de eleições, e num momento em que se assiste a «novas promessas de quem não cumpriu as promessas anteriores», a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal lembra, em comunicado à comunicação social, que, ainda hoje, «os pequenos e médios agricultores e as organizações representativas foram e são alvo de discriminação».

Os agricultores destacam, em particular, a «situação de profunda crise na agricultura familiar e lembram a forma injusta

como são aplicados os dinheiros públicos, em que «5% dos grandes proprietários recebem 95% das ajudas públicas, enquanto os restantes 95% dos agricultores recebem apenas 5% das ajudas».

A Associação de Agricultores de Setúbal propõe concretamente que o Governo deve aplicar a «modulação», ou seja, a redução até 20% das «ajudas directas» aos grandes proprietários e grandes produtores. Uma medida que «se coloca ainda com maior exigência» face às ameaças da

Comissão Europeia em reduzir as verbas que o Governo português disse serem destinadas ao desenvolvimento rural.

No que respeita à situação específica do distrito, a Associação de Agricultores de Setúbal refere os enormes prejuízos resultantes do vírus do bronzeamento do tomateiro.

No presente ano a queda de produção originada pelo vírus é superior à de 1997, «representando mais de 60% de quebra», afirma-se no comunicado que publi-

ca que «é necessário resposta para a situação presente e indispensável perspectivar o futuro».

A associação propõe ao Governo que, simultaneamente, seja implementada «uma solução técnica para o problema» e que, «dado o tipo de explorações esmagadoramente do tipo familiar, os produtores sejam compensados, por adesão ao programa fitossanitário e ambiental».

Produtores de leite contra baixa de preços

A Confederação Nacional da Agricultura – CNA, não aceita qualquer redução de preço do leite à produção, reclamando antes uma subida.

Na sequência do anúncio, por parte da Associação Nacional dos Industriais de Lactínios (ANIL), de uma proposta de abaixamento do preço do leite à produção, a CNA contesta frontalmente tal proposta e lembra que o sector do leite representa, na produção, 14,8% da produção final agrícola portuguesa e «é a base da economia de 34 579 famílias».

Em comunicado à imprensa, a direcção da CNA sublinha que «desde a Reforma da PAC/92 até agora desapareceram 24 409 produtores de leite».

Em defesa do sector do leite, a Confederação exige a implementação de um laboratório inter-profissional, com representação das organizações da lavoura, dos compradores e do Estado; medidas de apoio aos produtores de leite e a regularização da quota de leite em Portugal.

Desporto feminino em debate

Um debate sobre o tema «Dirigir: O sexo dos anjos» e uma conferência de Lilian Halls French, representante oficial da ministra da Juventude e dos Desportos de França, encerraram, sábado passado, o Congresso «Mulheres no Desporto: sem limites, sem barreiras», uma iniciativa organizada pela Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto, com o apoio do pelouro do desporto da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Na sessão de encerramento do congresso, em que foram oradores convidados Vicente de Moura, presidente do Comité Olímpico português, Rita Magrinho, vereadora do pelouro do Desporto da CML, e Odete Santos, presidente da direcção da Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto, foi aprovada a «Declaração de Lisboa 99».

A Declaração, dirigida a todos que de alguma forma têm responsabilidades ou poder para influenciar «o desenvolvimento desportivo nacional», começa por afirmar «o papel determinante da educação física e do

desporto escolar na formação das raparigas».

De entre as propostas concretas apresentadas no documento, destaca-se, nomeadamente, a criação de um grupo de trabalho nacional «com a tarefa de elaborar um diagnóstico credível sobre a situação das mulheres no desporto que permita, a curto prazo, a execução de um plano nacional que promova a igualdade de oportunidades nas políticas desportivas».

Propõe-se ainda que a produção de trabalhos de investigação na área seja encorajada através de financiamentos públicos, tal como o desenvolvimento de «medidas específicas em favor do desporto feminino».

A declaração dirige-se igualmente às autarquias e aos profissionais da comunicação social, no sentido de promover e dar visibilidade ao desporto feminino.

As situações de discriminação e de incumprimento de decisões nesta área, são lembradas, quer ao Conselho Superior de Desporto, quer ao Comité Olímpico de Portugal, para que sejam tomadas medidas adequadas.

Pela cidadania contra a pobreza

Surgiu em Portugal uma nova associação, em defesa da democracia, contra «a prepotência de capitais» - a ATTAC.

A criação da ATTAC – Plataforma Portuguesa (Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para Ajuda dos Cidadãos), foi anunciada no passado dia 23, em conferência de imprensa realizada na sede do Sindicato dos Jornalistas, em Lisboa.

Esta iniciativa surge na sequência de movimentos de cidadãos que têm vindo a ser lançados em outros países, e em primeiro lugar em França, desde 3 de Junho de 1998, com o objectivo de promover a discussão pública em torno da aplicação de uma taxa sobre os movimentos especulativos de capitais (*taxa Tobin*, do nome do seu proponente, James Tobin, prémio Nobel da economia).

Em Portugal, são primeiros subscritores da ATTAC, a edição portuguesa do «Le Monde Diplomatique», o Sindicato dos Jornalistas, a FENPROF (Federação Nacional dos Professores), a Associação Abril, a AMPECS (Associação das Micro e Pequenas Empresas do Centro e Sul) e o MCE (Movimento Católico dos Estudantes).

No texto da Plataforma, divulgado na conferência de imprensa, *Pela cidadania, contra a pobreza*, a ATTAC define como objectivo da sua criação, «reconquistar o espaço perdido pelas democracias face à esfera financeira, marcada pela prepotência dos capitais, dos seus proveitos e da especulação sobre as moedas».

O texto sublinha a urgência de «aplicar mecanismos que corrijam o escândalo da pobreza e da exclusão mundiais, quando a absoluta liberdade de circulação de capitais ameaça as democracias» e realça que a introdução da *Taxa Tobin* «poderia gerar, anualmente, o dobro do montante necessário para combater a pobreza em menos de cinco anos».

«O desafio é claro», defendem os subscritores da ATTAC – Plataforma Portuguesa. Está em causa «devolver aos cidadãos a dignidade e dar voz e vez àqueles que não a têm, diminuindo o fosso entre Estados ricos e pobres, e entre os ricos e os pobres de cada Estado, reclamando o direito de caminhar para uma sociedade mais justa e democrática».

TIMOR

Indonésia lava as mãos de responsabilidades

Desolação, terror, morte e destruição é tudo o que a Indonésia deixa em Timor-Leste

A encenação levada a cabo pelas tropas indonésias, que no início da semana convocaram uma conferência de imprensa para anunciar ao mundo a «transferência oficial» da segurança de Timor-Leste para a Interfet, é o exemplo acabado da credibilidade que merece o regime de Jacarta. Depois de ter desrespeitado todos os compromissos assumidos, a Indonésia prepara-se agora para «lavar as mãos» de toda a responsabilidade, deixando atrás de si um território destruído, onde continuam à solta as milícias que criou e armou contra o povo timorense.

No mesmo dia em que a Unamet descobriu mais duas valas comuns em Becora, arredores de Díli; em que foi conhecido o massacre de sete religiosos em Baucau; em que representantes humanitários testemunharam a natureza premeditada, sistemática e organizada da destruição que varreu o território, sobrevoando as regiões de Gleno, Hatolia, Atsabe, Maubisse, Ainaro, Cass, Hato Hodu e Hatobuilico; nesse mesmo dia, repete-se, o comandante militar indonésio em Timor-Leste, Kiki Syahna-

kri, anunciava que a segurança passava a ser da responsabilidade da Interfet.

A alegada transferência é na verdade mais uma manobra e um exemplo da duplicidade de Jacarta, já que no território permanece um número indeterminado de soldados indonésios, muito oportunamente no controlo de pontos chave como as comunicações, o porto e o aeroporto de Díli, curiosamente situados dentro do chamado perímetro de segurança da Interfet. Porquê então o anún-

cio? Para lançar a confusão, primeiro, e para rejeitar qualquer responsabilidade nos próximos acontecimentos.

O futuro imediato é imprevisível. A acreditar nas declarações do chefe da coligação que agrupa as milícias, Armindo Soares Mariano, à Agência Efe, cerca de 50 000 homens estão preparados para tudo, na parte ocidental da ilha de Timor, se forem «provocados» pela Interfet. Embora reconhecendo que a força multinacional está melhor armada que os pró-integracionistas, Armindo Soares sublinha o facto de as forças da Interfet nem sequer poderem «dizer quem é amigo ou inimigo». «Como nos vão parar?», pergunta, e acrescenta: «Eu andei por lá e eles não me reconheceram.»

Neste contexto, e apesar da calorosa recepção dispensada a Xanana Gusmão em Nova Iorque pela secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright, importa reter o novo apelo de Bill Clinton à Indonésia para que se responsabilizem pela situação em Timor-Leste, dado o «papel muito importante» que o país pode desempenhar «no futuro da Ásia».

«Os dirigentes indonésios - disse o presidente dos EUA - devem demonstrar que são responsáveis e os Estados Unidos e outros países devem apresentar respostas apropriadas.» Que respostas são essas, e a que questões, não se sabe; o que se sabe é que Clinton deseja que a Indonésia recupere «o mais cedo possível a estabilidade e uma política mais humana», pois as relações entre os dois países «serão determinadas pela conduta (indonésia)».

Situação catastrófica

Difícil será a recuperação de Timor-Leste, cuja situação é classificada por analistas econó-

micos como «catastrófica». Destruído pelos indonésios, sem quadros e sem infra-estruturas, o território vai estar durante bastante tempo totalmente dependente da comunidade internacional para a sua sobrevivência. Resta saber qual o preço que terá de pagar por isso.

Segundo dados do Banco Mundial, divulgados pela Lusa, a Indonésia subsidiava a maior parte do orçamento de Timor-Leste. No último ano fiscal terá pago 85 por cento do orçamento de cerca de 116 milhões de dólares de Timor-Leste. Esse dinheiro, mais o necessário à reconstrução, terá agora que ser financiado por doadores. De acordo com a mesma fonte, Timor-Leste recebia mais dinheiro *per capita* do governo indonésio do que qualquer outra província do país, o que não impedia que o mesmo rendimento fosse menos de metade do que no resto da Indonésia.

Antes da destruição iniciada pelas forças indonésias em retirada, apenas 27 por cento das casas tinham electricidade, quando no resto da Indonésia uma média de 78 por cento das habitações possuem electricidade. Mais de metade da população é analfabeta.

A seu favor, Timor-Leste tem as riquezas do seu subsolo, sobretudo petróleo e gás natural, para além de estudos indicarem a possibilidade de grandes reservas de ouro, mármore e manganês. O que também justifica o interesse do Banco



Mundial, cuja reunião de ontem era dedicada a Timor-Leste, e a relutância que este e outros organismos internacionais, a par de muitos países que se afir-

mam preocupados com os povos, tiveram até há pouco tempo em pressionar a Indonésia a abrir mão da «27ª província» que nunca teve.

Solidariedade renovada

As iniciativas de solidariedade com Timor prosseguem em todo o País. Associações, sindicatos, colectividades, câmaras municipais e juntas de freguesia continuam a expressar o seu apoio à causa maubere, promovendo acções e incentivando a população a contribuir para a reconstrução do território.

Entre numerosas iniciativas, de referir a instalação de duas linhas telefónicas no Espaço Por Timor por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Procura-se que os timorenses residentes em Portugal comuniquem gratuitamente com os seus familiares. As despesas de utilização serão suportadas pela autarquia e o serviço está disponível de segunda-feira a sábado, das 13 às 14 horas. A recepção de mensagens do estrangeiro é também possível, através dos telefones 397 71 41 e 396 15 46 da rede de Lisboa.

A Câmara Municipal de Elvas decidiu atribuir os nomes de Xanana Gusmão, de José-Ramos Horta e do Bispo de Díli, D. Ximenes Belo, a três ruas de novos loteamentos da cidade. O município entregou ainda uma verba à Associação Nacional de Municípios Portugueses com destino à causa timorense.

Entretanto, a Câmara Municipal da Moita aprovou por unanimidade a abertura de duas conta bancárias, destinadas à recolha de donativos para a reconstrução de Timor. O objectivo é «levar ainda mais longe a capacidade de transformar em actos concretos a nossa fraternidade e a nossa solidariedade para com o povo» timorense.

Os donativos podem ser entregues nas colectividades e juntas de freguesia do concelho ou depositadas nas contas «C.M. Moita - Timor Precisa de Nós» da Caixa Geral de Depósitos e da Nova Rede.

A Assembleia de Freguesia de Pedrogão do Alentejo decidiu que o valor da senha de presença da sua última reunião fosse doada para a causa de Timor.

Por seu lado, a Assembleia Metropolitana de Lisboa, reunida na segunda-feira, reprova a «hipocrisia de grande parte da comunidade internacional, cuja passividade deu espaço e tempo aos militares criminosos para deportarem em massa, chacinarem e devastarem, aumentando o caudal de humilhação, sofrimento e morte do povo timorense».

A Assembleia manifesta ainda o seu «alto apreço ao pessoal da ONU e em particular aos jornalistas que ficaram até ao fim, que resistiram, arriscando a vida para cumprirem as suas missões» e que «contaram a barbárie» que se abateu sobre o território.

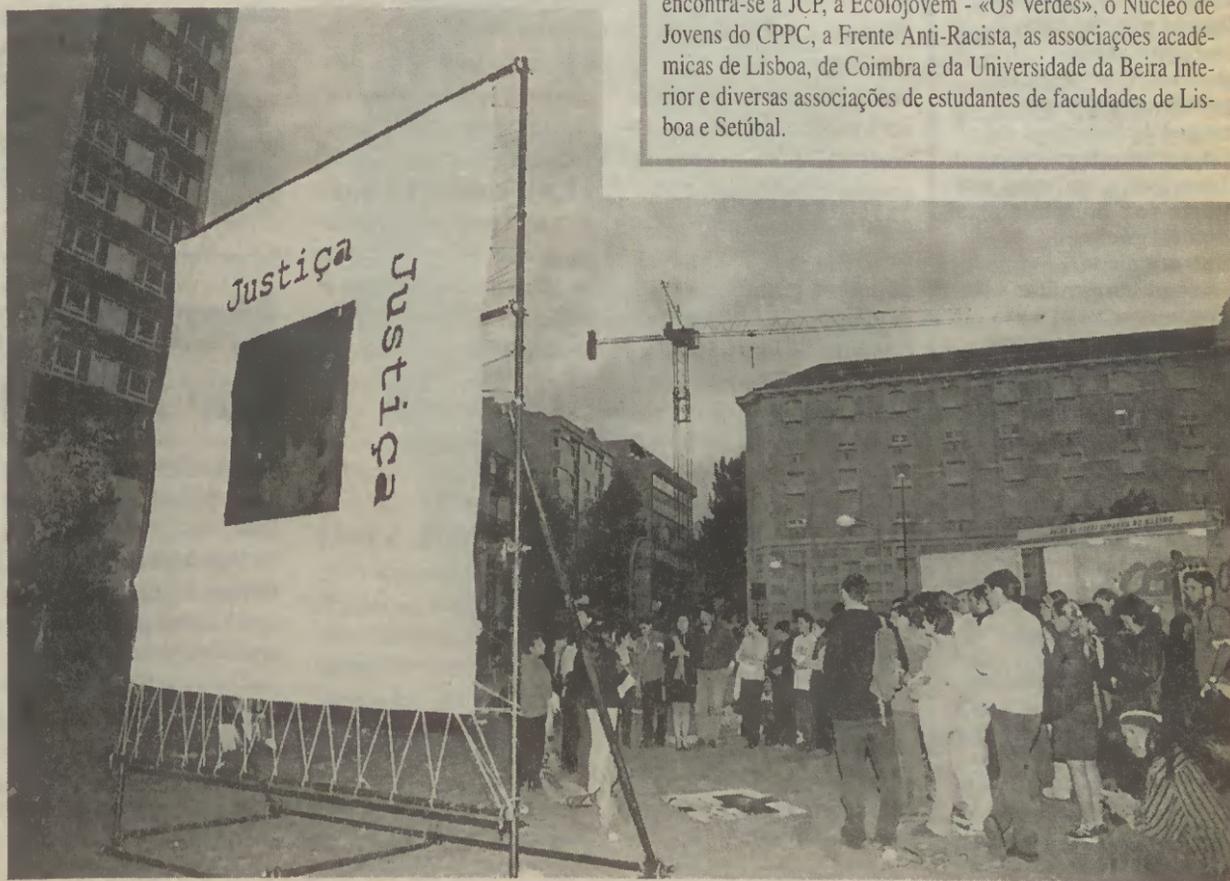
Mas não só em Portugal são levadas a cabo acções de solidariedade com Timor. O Banco Bandeirantes, pertencente ao Grupo Caixa Geral de Depósitos e sediado na cidade brasileira de S. Paulo, abriu uma conta que envolve as suas subsidiárias em todo o mundo.

Justiça e injustiça

Várias associações juvenis organizaram uma concentração de solidariedade com o povo de Timor, na quinta-feira. Na iniciativa foi erguida uma estrutura que pretende homenagear os timorenses e a resistência contra a ocupação e as acções indonésias.

Os participantes exigem a abertura de corredores humanitários, a libertação imediata dos presos políticos timorenses, o julgamento dos responsáveis pela violação dos direitos humanos e o desmantelamento dos campos de concentração em Timor Ocidental.

Entre outras organizações que promoveram a concentração, encontra-se a JCP, a Ecolojovem - «Os Verdes», o Núcleo de Jovens do CPPC, a Frente Anti-Racista, as associações académicas de Lisboa, de Coimbra e da Universidade da Beira Interior e diversas associações de estudantes de faculdades de Lisboa e Setúbal.



40 mortes devido a minas no Kosovo

O Centro de Coordenação Internacional de Minas revelou que 40 pessoas morreram no Kosovo em explosões de minas abandonadas desde a entrada das forças da ONU, a 12 de Junho. A organização adiantou ainda que outras 192 pessoas ficaram feridas em 232 explosões de minas desde essa data.

Motins em prisões turcas

Menos de um mês depois de o presidente turco vetar uma amnistia a 11 mil presos (na sua maioria de carácter político), um número desconhecido de detidos pertencentes a movimentos de esquerda amotinaram-se em seis penitenciárias, no domingo. Os revoltosos, quase todos membros do Partido e Frente Revolucionária de Libertação Popular, fizeram reféns 66 guardas. O movimento terá sido iniciado numa prisão de Ancara, depois dos guardas terem entrado nos dormitórios para procurar armas e objectos cortantes e proceder à transferência de detidos para outras prisões. No total, registaram-se 10 mortos e 20 feridos.

Coreia do Norte suspende provas de mísseis

O governo de Pyongyang anunciou, na semana passada, a suspensão das provas de lançamento de mísseis de longo alcance. «A Coreia do Norte não lançará nenhum míssil enquanto prossigam positivamente as negociações para criar uma atmosfera mais favorável», afirmou um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros. «Acreditamos que este gesto contribui para criar uma atmosfera positiva para a saída negociada sobre os assuntos em litígio entre os dois países», acrescentou.

Negociações à vista na Colômbia

O governo colombiano e os guerrilheiros das FARC deverão anunciar durante esta semana o reinício das conversações de paz, interrompidas no mês de Julho. Nesse

FMI O presente envenenado para o Terceiro Mundo

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, reunidos esta semana em Washington na sua Assembleia Anual Conjunta, anunciaram o «perdão» de 100 000 milhões de dólares da dívida de cerca de quatro dezenas de países dos mais pobres do mundo. Responsáveis por uma dívida brutal que se tornou impagável, os ricos do mundo vestem uma vez mais a pele de cordeiro para continuarem a exploração de que se alimentam.

Segundo Gordon Brown, presidente do Comité Provisório do FMI e ministro do Tesouro britânico, «os mais ricos uniram-se aos mais terrivelmente pobres para os ajudarem na sua dívida insustentável e para que todos possam entrar no próximo século com uma vida melhor».

As belas palavras de Brown escondem uma hipocrisia sem limites. Na verdade, se os países mais pobres do mundo estão estrangulados por uma dívida insustentável, isso deve-se justamente à política usurária dos mais ricos, que recebem em dividendos das dívidas muitas vezes mais do que aquilo que

emprestam, para além de forçaram os países devedores a seguirem políticas que nada têm a ver com as necessidades nacionais de desenvolvimento mas que são particularmente vantajosas para o grande capital. E é porque a dívida se tornou insustentável, ou seja, impossível de pagar, que é necessário aliviar um pouco a pressão, para que os devedores continuem a poder pagar e a gerar mais lucros para os credores.

Esta realidade foi sublinhada, ainda que indirectamente, pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que no domingo criticou os dirigentes do mundo

financeiro por «não prestarem a mesma atenção à criação de postos de trabalho que à liberalização do comércio ou aos fluxos de capitais», que na sua opinião deviam ser «meios para alcançar um fim, não um fim em si mesmos».

Defendendo que é necessário atingir o objectivo de que «cada pessoa que deseje trabalhar tenha a oportunidade de fazê-lo», Kofi Annan lembrou que «nos países pobres há 450 milhões de jovens que não só não têm trabalho, como nem sequer têm meios para ir à escola», e que nos próprios países ricos, «os números não são menos dramáticos, já que há 20 milhões de jovens desempregados».

Mudar de política

Na sua intervenção, o secretário-geral da ONU destacou o elevado nível de desemprego na Europa, fez notar que na Rússia a falta de emprego é generaliza-

da, recordou que no Sudeste Asiático a última crise financeira provocou a destruição de 25 milhões de postos de trabalho, e acusou os programas de ajustamentos estruturais, os processos de reestruturação empresariais e os processos de privatização realizados na América Latina de terem aumentado o nível de desemprego.

«Não é só de crescimento que se necessita, mas de crescimento que crie trabalho. O que se necessita são grandes alterações políticas acompanhadas pela vontade para sustentá-las», sublinhou Kofi Annan. É neste contexto que se compreende a iniciativa do Oxfam, um grupo internacional que agrupa onze organizações não governamentais, de oferecer aos jornalistas que em Washington acompanham os trabalhos da Assembleia uma caixa de caramelos onde se lê «FMI - o remédio amargo para o Terceiro Mundo. Não expor demasiado à realidade... Muito perigo-

so para crianças em idade escolar. Os efeitos secundários incluem escolas vazias, aumento de pobreza e futuros interrompidos». De referir, como curiosidade, que o anunciado «perdão» de 100 000 milhões de dólares deve ser usado pelos «países beneficiários» para reduzir os níveis de pobreza das respectivas populações. Sendo as dívidas «insustentáveis», o que se exige é uma missão impossível, como muito bem sabem o FMI e o Banco Mundial. Mas o «perdão» abre caminho para um novo plano de «redução da dívida», segundo o qual o FMI poderá vigiar os esforços dos países que recebem os seus empréstimos de forma a proporcionar aos mercados informação transparente e exacta sobre as principais estatísticas económicas dessas nações, entre as quais se incluiria as reservas financeiras. Tudo em nome dos pobres, evidentemente.

Trabalhadores da Michelin em luta contra despedimentos

O grupo francês Michelin prepara-se para despedir 7500 trabalhadores das suas empresas na Europa, no momento em que anuncia um aumento de 17% nos lucros. Contra esta ofensiva global do patronato, as organizações sindicais dos diferentes países envolvidos preparam uma resposta conjunta.

A semana passada, Bernard Thibault, secretário geral da CGT, anunciou que os responsáveis das confederações sindicais europeias iam coordenar esforços para levar a cabo iniciativas conjuntas em todas as empresas do grupo, numa tentativa de evitar, como sucedeu no passado, serem confrontados com factos consumados. Nesse âmbito, a Federação Europeia dos Mineiros, da Química e da Energia (EMCEF) criou já um grupo de trabalho informal integrando delegados de todos os países abrangidos pela ameaça de despedimentos (França, Espanha, Itália, Alemanha e Inglaterra).

«Nós pretendemos evitar a todo o custo um segundo Vilvorde», disse Franco Bisegna, secretário geral da organização, citado por «L'Humanité». «Aquando da luta da Renault-Vilvorde, houve uma grande manifestação, mas no fim não fomos capazes de evitar o encerramento das instalações e o plano social para os assalariados. Na Michelin, temos hoje alguma experiência que nos deverá permitir coordenar verdadeiramente as acções à escala europeia. Eventualmente,

vamos procurar as respostas nas legislações nacionais que são bastante diferentes. Nas instalações em França, no contexto da redução do tempo de trabalho, talvez possamos conseguir alguma coisa interessante. Mas o que é fundamental para nós, neste momento, é não cair nas divisões internas entre trabalhadores europeus do grupo. Actualmente, o papel da nossa Federação é conseguir uma resposta sindical a nível europeu. E ainda que seja sempre difícil mobilizar a nível europeu, estejam certos de que, se for necessário manifestarmos-nos contra os projectos da Michelin, nós desceremos à rua.»

Comité europeu em formação

Apesar da direcção da Michelin sempre ter procurado evitar por todos os meios a criação de um comité de empresa a nível europeu, esta instância supranacional (consagrada numa directiva europeia) está agora em vias de concretização.

«Os comités de empresas europeus têm, pelo menos, uma virtude», diz Jacques Khellif,

secretário geral da Federação CFDT da Química e vice-secretário geral da Federação Europeia deste sector. «Eles põem o dedo na dimensão europeia das questões sociais. Para a Michelin, será um formidável ponto de encontro entre os europeus que estão no mesmo barco, que têm a mesma experiência na indústria, mas que vivem em sistemas de relações sociais diferentes. Na Michelin, o facto de não ter havido até agora um comité de empresa europeu enfraqueceu a acção sindical. Hoje, os trabalhadores e os sindicalistas devem conseguir inscrever naturalmente as suas acções num quadro europeu. Quando formos para a batalha, vamos pensar também nos outros. Esse combate não está ganho, mas progredimos bastante nesse sen-

tido. Já ninguém ousa defender actualmente uma posição do tipo: «Suprimam os empregos que quiserem em casa dos vizinhos, mas deixem-nos em paz!». Acabou, esta atitude de pensar apenas em si mesmo. A recente fusão entre a Hoechst e Rhône-Poulenc foi interessante desse ponto de vista. A história é interessante: é uma fusão, a nova empresa procura sinergias e quer suprimir postos de trabalho... Pois bem! Desde o início quisemos trabalhar com os alemães para coordenar todas as nossas acções. Divulgámos documentos em francês na face e em alemão no verso. Todas as análises e reivindicações foram elaboradas em conjunto. É este tipo de comportamento sindical que, porque inquieta o patronato, pesa na rela-



ção de forças. Na Michelin, nada está ainda ganho, longe disso. Mas uma coisa é certa: não ganharemos sem ter em consideração a dimensão europeia.»

Na manifestação do passado dia 22 em Clermont-Ferrand, a maior realizada nos últimos dez anos, os trabalhadores alemães da Michelin fizeram-se representar através de Dieter Lattwein, Raymond Ott e Klaus Lex, respectivamente presidente e membros do comité de empresa da Michelin em Homburg. A sua mensagem foi clara: «Quanto mais estivermos unidos, mais a nossa luta será eficaz.»

Manifestação em Berna por aumentos salariais

Cerca de 18 mil trabalhadores da construção civil, indústria, hotelaria e do sector das vendas manifestaram-se em Berna por melhores salários, numa iniciativa promovida no sábado pela União de Sindicatos Suíços. Na linha da frente encontravam-se muitas centenas de portugueses, entre os quais apoiantes da CDU.

Os sindicatos reivindicam um aumento dos salários em 200 francos para todos os trabalhadores e manifestaram-se contra existência de ordenados inferiores a 3 mil francos mensais, prática corrente nos sectores de venda, hotelaria e agricultura.

Um aumento de 200 francos mensais constituiria um passo em frente para se recuperar o poder de

compra perdido nos últimos anos e devolver a força aos contratos colectivos de trabalho, que a maioria do patronato pretende debilitar cada vez mais, favorecendo as negociações individuais entre patrão e empregado.

Numa resolução aprovada na manifestação, os trabalhadores decidiram continuar com as acções de protesto, caso os patrões recusem discutir as propostas sindicais.

Os manifestantes apelaram ainda aos deputados que aceitem as medidas de acompanhamento para a livre circulação de pessoas e os acordos bilaterais entre a Suíça e a União Europeia, em votação no Parlamento Europeu no dia 8.

Kosovo

Peritos espanhóis negam genocídio em Istok

«Não havia nenhuma vala comum... Afinal os sérvios não são tão maus como os pintaram.» As irónicas palavras são do magistrado Emilio Pérez Pujol no final de uma missão de peritos da polícia científica e de magistrados civis espanhóis a Istok, no norte do Kosovo, para investigação dos alegados massacres ali cometidos. No regresso a Espanha, a semana passada, a equipa confirmou a existência de crimes de guerra, mas não de genocídio.

A missão espanhola, que deverá agora apresentar um relatório com as conclusões das suas investigações ao Tribunal Penal Internacional de Haia, partiu de Madrid no início de Agosto preparada para o pior. «Disseram-nos que íamos para a pior zona do Kosovo, que nos preparássemos para efectuar mais de 2 000 autópsias, que teríamos trabalho até finais de Novembro; o resultado é bem diferente: só encontramos 187 e já estamos de regresso», declarou o inspetor-chefe Juan López Pala-

fox, responsável da secção de Antropologia da Polícia Científica, citado pelo diário «El País» da passada quinta-feira.

Também o magistrado Pujol, director do Instituto Anatómico Forense de Cartagena, sublinhou as contradições quanto ao número de vítimas que têm vindo a ser referidos pelos «aliados»: «Vou lendo os dados da ONU, que começaram com 44 000 mortos, a seguir baixaram para 22 000 e agora vão em 11 000. Estou curioso de ver afinal quantos houve realmente...!»



Com base na sua experiência no Ruanda, os dois peritos não hesitam em afirmar que, pelo menos no sector sob responsabilidade do destacamento espanhol, não se pode falar de genocídio. Segundo López

Palafox, «na ex-Jugoslávia foram cometidos crimes, alguns sem dúvida horríveis, mas derivados de uma guerra; no Ruanda vimos 450 corpos de mulheres e crianças, uns sobre os outros, numa igreja, todos com o crânio aberto». No Kosovo, pelo contrário, encontraram muitos cadáveres isolados: «Dá a sensação de que os sérvios davam opção às famílias para abandonarem o lugar. Se algum membro do clã, por qualquer razão, decidia ficar, era depois encontrado morto, com um tiro ou de qualquer outra forma.»

Os peritos revelaram ainda que os 187 cadáveres encontrados e analisados em nove aldeias estavam enterrados em cam-

Os números sobre as vítimas no Kosovo continuam por apurar, mas tudo aponta para que, apesar de dramáticos, sejam bastante inferiores ao que tem sido levemente divulgado

pas individuais, na sua maioria orientadas para Meca, segundo as tradições muçulmanas, e sem sinais de tortura.

Entre outras coisas, a missão espanhola foi encarregada de apurar o que sucedeu na prisão de Istok, onde se registaram mais de 100 mortos após de um bombardeamento da NATO nos finais de Maio. Segundo os peritos, é evidente que os corpos que apresentam estilhaços de bombas foram mortos pelos «aliados», enquanto outros parecem ter sido alvo de tiros dos soldados sérvios. A hipótese considerada mais plausível pelos investigadores é a de que, após os bombardeamentos, os presos sobreviventes tentaram fugir, tendo então sido atingidos pelos guardas prisionais.

sentido, realizaram-se reuniões entre as duas partes, onde, segundo um delegado do governo, «se conseguiu avançar construtivamente em vários aspectos cruciais para as negociações». O maior obstáculo é a «comissão internacional de acompanhamento», que as FARC consideram «desnecessária e inconveniente» caso tenha a função de verificação e o governo defende ter um papel fundamental.

Mobilização geral na Tchetchénia

O Conselho de Segurança Nacional da Tchetchénia decretou segunda-feira a mobilização geral da população contra a «nova agressão russa». Acusando as forças russas de terem morto 420 pessoas e ferido mais de mil desde o início de Setembro, o primeiro-ministro tchetcheno explicou que esta medida foi tomada devido aos ataques da aviação russa e das ameaças de invasão por parte de Moscovo.

Por outro lado, o Kremlin anunciou que os bombardeamentos vão continuar e recusou a hipótese de participar nas negociações de paz pedidas por Grozni para «evitar uma nova guerra». «Os ataques da aviação russa continuarão até que seja liquidado o último bandido», disse o ministro da Defesa, referindo-se aos radicais islamitas que lutam pela independência do Daguestão.

Ajuda humanitária saqueada na Albânia

As autoridades de Bari, no Sul da Itália, estão a investigar a responsabilidade de membros da Protecção Civil e da polícia italiana no saque, na Albânia, de ajudas destinadas ao Kosovo.

A decisão de instaurar o processo foi tomada após a divulgação, pela revista «Panorama», de um vídeo gravado a 9 de Julho por um voluntário da «missão Arco Íris» em que se vê

distintamente polícias e militares albaneses a saquearem os contentores com ajuda humanitária, perante a passividade das forças de segurança italianas. O vídeo, já na posse das autoridades como prova da acusação, mostra os albaneses a retirarem dos contentores toda a espécie de equipamentos destinados aos campos de refugiados. Presume-se que o destino do roubo seja o mercado negro.

Estados Unidos

Polícias ameaçam defensores de Abu-Jamal

As empresas e as individualidades que se batem contra a execução de Mumia Abu-Jamal - jornalista negro norte-americano condenado à morte em 1982 num polémico julgamento em Filadélfia, em que apesar de todas as provas em contrário foi dado como responsável pela morte de um polícia - estão desde há uns dias na lista negra da polícia dos EUA.

O recente congresso da «Ordem Fraternal da Polícia» (FOP), a mais poderosa organização de policiais norte-americanos que agrupo 280 mil oficiais, decidiu lançar um «boicote nacional contra as empresas e indivíduos» apoiantes de Abu-Jamal. Nesse sentido, foi elaborada uma lista «em actualização permanente» de quantos «apoiam ou prestam assis-

tência à campanha pela libertação» de Mumia. Segundo a FOP, «esta é uma questão entre o bem e o mal (...) e nós não descansaremos até que Abu-Jamal arda no inferno».

A divulgação deste verdadeiro index, fazendo lembrar a sinistra época do maccarthismo e da sua caça às bruxas, é ainda acompanhada de um apelo a «sanções económicas» contra os visados.

Do inventário do ódio elaborado pela FOP constam escritores de várias nacionalidades, artistas e realizadores de cinema, modelos, grupos musicais e cantores, dois prémios Nobel, intelectuais de renome, políticos, organizações profissionais... Particularmente simbólica é a inclusão na lista da Fundação Rosenberg para a educação de crianças, dirigida por Robert Meeropol, um dos filhos de Ethel e Julius Rosenberg, os cientistas nucleares americanos executados em 19 de Junho de 1953 por espionagem a favor da União Soviética, o que se provou ser mentira.



Mumia Abu-Jamal

As ameaças e intimidações implícitas na ignóbil campanha lançada pela FOP não mereciam qualquer comentário das autoridades norte-americanas.

Como curiosidade, vale a

pena referir que a outra «grande» questão do congresso da FOP foi a luta contra as tentativas de Washington, bem modestas, aliás, de controlar a venda livre de armas de fogo.

Recorde de execuções

O número de execuções em prisões norte-americanas atingiu o seu recorde este ano. Embora 1999 ainda não tenha terminado, nos primeiros nove meses a pena de morte foi aplicada a 76 reclusos, ultrapassando os valores de 1997, ano em que até agora tinha havido mais execuções, num total de 74.

Nos EUA, cerca de 1,9 milhões de pessoas estão na prisão, isto é, uma em cada 149 habitantes. Um quarto dos presos no mundo inteiro estão em penitenciárias norte-americanas. A pena capital voltou a ser adoptada pelos Estados Unidos em 1976 e 35 por cento dos detidos executados são negros, apesar dos afro-americanos constituírem apenas 12 por cento da população.

Indonésios contra lei de segurança

A lei de segurança, aprovada pela Assembleia Consultiva Popular indonésia na quinta-feira, foi suspensa devido às manifestações de milhares de estudantes, militantes da oposição e membros de organizações não-governamentais em Jacarta. Esta lei concedia ao presidente a autoridade de declarar o estado de emergência e automaticamente transferir os seus poderes para o exército, atribuindo-lhe a possibilidade de recorrer a todas as medidas consideradas necessárias para fazer face «às ameaças contra a segurança do Estado». Nas manifestações verificaram-se confrontos entre os populares e as forças das autoridades, tendo morrido seis pessoas.

Eles apoiam a CDU



Milhares de personalidades de todas as áreas da vida política, económica, social e cultural do país continuam a manifestar o seu apoio à CDU e às suas propostas para um Portugal mais desenvolvido, justo e fraterno. Na semana passada, demos notícia do lançamento do Manifesto da Insubmissão, já subscrito por 1200 intelectuais. Neste número prosseguimos a divulgação de alguns dos apoiantes da CDU, representativos de vários sectores de actividade, que estão com este projecto de transformação de vida que a CDU protagoniza.



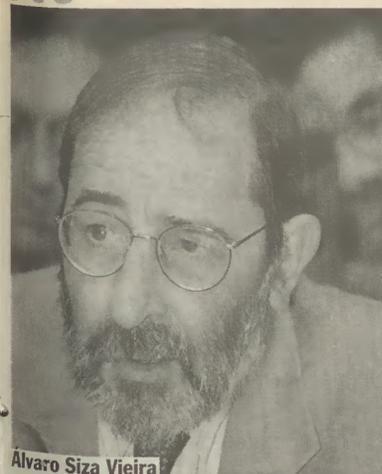
José Manuel Mendes



José Saramago



Irene Cruz



Alvaro Siza Vieira



Manuel Carvalho da Silva

Adrião Cunha, gestor
 Albertina Dias, atleta
 Alberto Vilaça, advogado
 Albino Mendo, arquitecto
 Alcino Soutinho, arquitecto
 Alexandre Manuel Baiona de Andrade, industrial
 Álvaro Salazar, maestro/professor
 Álvaro Siza Vieira, arquitecto
 Ana Allen Gomes, psicóloga
 Ana Fonseca, jornalista
 Andreia Soutinho, arquitecta
 António Avelãs Nunes, professor universitário
 António Borges Coelho, professor universitário
 António Carlos Silva, arqueólogo
 António Dourado, professor universitário
 António Galhordas, médico
 António Morais, Sociólogo, quadro superior do Parque Natural de Montesinho
 António Rama, actor
 Augusto Fitas, universitário
 Bernardino Pereira, treinador de atletismo
 Canto e Castro, actor
 Carlos Alberto Moniz, cantor, compositor

Carlos do Carmo, cantor
 Carmen Santos, actriz
 Cassiano Reboredo, técnico do meio ambiente
 César Príncipe, jornalista
 David Lopes Ramos, jornalista
 Edite Sombreiro, locutora
 Emílio Peres, médico
 Esmeralda Serrano, realizadora da RTP2
 Estrela Novais, actriz, encenadora
 Fernanda Alves, actriz
 Fernanda Lapa, actriz/encenadora
 Fernando Bessa, antropólogo e assistente universitário
 Fernando Pilão, advogado
 Francisco Allen Gomes, psiquiatra
 Francisco Ceia, cantor autor
 Gastão Cruz, escritor
 Hélder Teixeira, engenheiro agrícola
 Helena Morgado, professora universitária
 Henrique Barreto Nunes, bibliotecário na Biblioteca Pública de Braga
 Inês Fontinha, directora de «O Ninho»
 Irene Cruz, actriz
 Isabel Medina, actriz
 Isabel Pinto, advogada
 Isaura Borges Coelho, enfermeira
 Ivone Ralha, pintora
 Jaime Isidoro, artista plástico
 Janita Salomé, músico
 João Sarabando, patologista clínico
 João Torres, dirigente da CGTP
 Joaquim Manuel Figueiredo Silva Melo, inspector superior do M. da Educação
 Joaquim Miguel, médico
 Jorge Alarcão, professor universitário
 Jorge Araújo, editor
 Jorge Baldaia, empresário
 Jorge Filipe Campinos Landerset Cadima, professor universitário
 Jorge Silva, actor
 Jorge Veiga, professor universitário
 José Barata Moura, professor universitário, reitor da Universidade de Lisboa
 José Luís Borges Coelho, maestro/professor
 José Manuel Mendes, presidente da Associação Portuguesa de Escritores
 José Manuel Palmilha, médico pediatra
 José Miguel Jara, estudante do ensino superior
 José Morgado, professor catedrático
 José Pedro Muacho Caldeirão, presidente da CURPI
 José Peixoto, professor, encenador, actor
 José Saramago, escritor

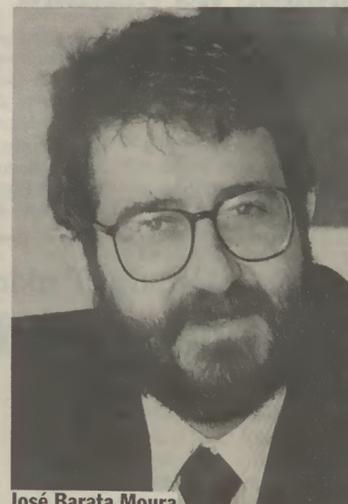
Leandro Vale, director artístico do «Teatro em Movimento»
 Luís Alberto, actor
 Luís Carlos Boavida Amaro, designer gráfico
 Luís Francisco Rebelo, dramaturgo
 Luís Filipe Costa, realizador de cinema e TV
 Luís Ralha, designer e pintor
 Manuel Carlos Silva, sociólogo, professor da Universidade do Minho
 Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN
 Manuel Ferreira Granja, professor
 Manuel Freire, cantor, compositor
 Manuel Jorge Veiga, enfermeiro
 Manuela Bronze, artista plástica
 Maria Artur Botequilha, professora
 Maria Helena Dá Mesquita, professora e crítica de teatro
 Maria Helena Mira Mateus, professora universitária
 Maria Lúcia Lepecki, professora universitária
 Maria Odete Filipe, metalúrgica, Conselho Nacional da CGTP-IN
 Maria Rosa Colaço, escritora
 Maria Velho da Costa, escritora
 Mariana Canotilho, estudante universitária
 Mário de Carvalho, escritor
 Mário Ventura Henriques, escritor
 Morais Cabral, director bancário
 Nuno Miguel Serafim Pereira, atleta
 Orlando Costa, escritor
 Papiniano Carlos, escritor
 Paulo Coelho, engenheiro técnico-agrário
 Paulo Matos, guarda redes do Vitória de Barcelinhos e da selecção nacional de hóquei em patins
 Pompílio Ferreira, treinador de atletismo
 Raquel Freire, cineasta
 Ricardo Stricker, empresário
 Roberto Mileu, engenheiro técnico agrário
 Rosa Coutinho, almirante
 Saúl J. Rodrigues, agricultor
 Serafim Vieira, empregado escrivão
 Silva Dias, arquitecto
 Teresa Villaverde Cabral, realizadora de cinema
 Urbano Tavares Rodrigues, escritor
 Vasco Gonçalves, general
 Viale Moutinho, jornalista, escritor



Teresa Villaverde Cabral



Albertina Dias



José Barata Moura



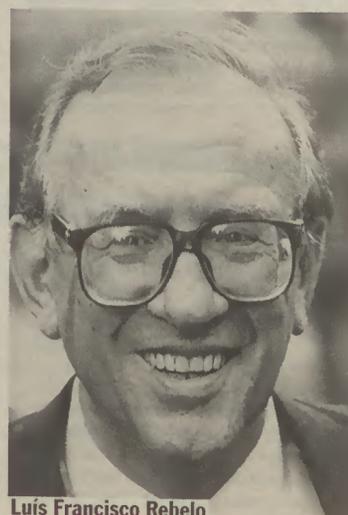
António Borges Coelho



Maria Velho da Costa



Rosa Coutinho



Luís Francisco Rebelo



Vasco Gonçalves



Carlos do Carmo

Programa eleitoral do PCP

Cultura

Um terreno de resistência

A política cultural que o PCP defende é indissociável das dimensões política, económica e social da democracia e contribui para o desenvolvimento de formas de vida mais livres, mais justas e mais fraternas.

A Cultura é entendida pelos comunistas não como um instrumento elitista ou um terreno de privilégios e desvirtuação da memória colectiva mas como factor de transformação da vida, como espaço de sensibilização e de defesa das identidades e aspirações mais fundas do povo português e, sempre, na perspectiva dialéctica do desenvolvimento multilateral dos indivíduos.

Daí que a Cultura se assuma hoje como mais um terreno de resistência face aos valores do mercado capitalista e da globalização que visam a desvirtuação das identidades nacionais e exija da parte do Estado uma função interventiva de apoio ao exercício produtivo, de defesa e conservação dos bens culturais, de estímulo à liberdade e diversidade criativas contra a massificação redutora.

A crescente desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais exprime-se na Cultura com a tentativa de submeter a sua lógica à lógica do mercado, embora este, só por si, não garanta o desenvolvimento e democratização da produção e da fruição, a elevação e diversificação das aptenências culturais.

O PCP valoriza as intenções e princípios proclamados pelo Ministério da Cultura e reconhece a importância nacional do êxito de grandes iniciativas como a criação do Parque Arqueológico de Foz Côa, a Feira de Frankfurt ou o apoio à Expo-98. Porém, o Ministério da Cultura estiolou entre guerras de frações do PS pelo poder, esqueceu as linhas de reabilitação cultural que tinha assumido e foi conduzido ao favorecimento e à irresponsabilidade.

Para o PCP, o Estado democrático não pode substituir-se nem tutelar de forma dirigida a criação, a produção e a fruição dos agentes culturais mas é um factor fundamental de reforço da democracia cultural. Mas o papel do Ministério da Cultura só se pode legitimar se for esteio da confiança entre parceiros e de reforço de um intervencionismo consequente em áreas como a preservação do Património edificado, o inventário dos bens móveis, os Museus (estatais, autárquicos e privados), a política do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, o Teatro e as Artes do Espectáculo ou a Animação dos Bens Culturais.

O PCP defende um projecto de política cultural e ambiental onde a dignidade dos trabalhadores e do povo português seja salvaguardada em interligação com a liberdade do acto criativo nas suas variadas formas de expressão (o teatro, a música, o bailado, a dança, o cinema, as artes plásticas, a literatura, a história da arte, o estudo das estações arqueológicas e dos monumentos, a produção integrada, etc.).

Entretanto, a complexidade e a dimensão das questões em causa e a diversidade de agentes e intervenientes directos e indi-

rectos na área cultural exigem uma actuação e uma orientação políticas que promovam os espaços de efectiva concertação e articulação de recursos, acções, meios e estratégias.

Assim, o PCP define como objectivos estratégicos essenciais

- o apoio à reabilitação do património cultural;
- o apoio à formação e profissionalização dos agentes culturais;
- a defesa de maior equilíbrio entre as instâncias central, regional e local na perspectiva do acesso das populações à criação e recepção dos bens culturais;
- o apoio à afirmação do português como língua internacional e a promoção da criação cultural portuguesa no mundo;
- a defesa de uma reforma do ensino artístico e da componente de desenvolvimento da criatividade artística e da formação do interesse cultural no decurso da escolaridade obrigatória;
- a defesa de um Ministério da Cultura inter-activo e dotado de um maior orçamento.

Património

Para a área específica do estudo, salvaguarda e reabilitação do Património Histórico-Cultural, Arqueológico e Artístico português, o PCP propõe sete medidas urgentes:

- consolidação da «gestão integrada» de monumentos, edifícios e bens;
- elaboração de um Pacto Patrimonial entre o Estado e as entidades que detêm bens patrimoniais;
- concretização do Inventário de Bens Patrimoniais nacionais;
- viabilização consensual e regulamentação da Lei-Quadro do Património Cultural;
- maior eficácia do poder decisório do Estado em matéria executiva, no que toca às intervenções em centros históricos e monumentos classificados;
- regulamentação legislativa para a normalização da actividade antiqúaria;
- reforço do poder de intervenção a nível do património inorgânico (oralidade, teatro popular, romarias, festividades populares, etc.), ameaçado de desaparecimento à míngua de registos de documentação antropológica e de instrumentos de controlo;
- apoio à formação de quadros técnicos na área da conservação preventiva e do restauro.

Actividade literária

Para o incentivo da criação literária, o PCP aponta a concessão de bolsas; o apoio à edição de obras de novos autores; medidas encorajadoras de novos prémios literários; definição dos

critérios legais de protecção dos autores em situação económica difícil; estudo urgente dos efeitos dos direitos autorais sobre textos na Internet;

Para o incremento e consolidação dos hábitos de leitura, reclama maior cooperação entre a administração central e as autarquias, com vista à cobertura de todos os concelhos do país pela rede de bibliotecas públicas, aceleração da implantação da rede de bibliotecas escolares e formação de quadros dinamizadores do interesse pela leitura.

Para o incentivo à edição e circulação do livro, considera necessário prosseguir a política do preço fixo do livro; reduzir a taxa do IVA na venda de livros; desonerar as ofertas de livros feitas por editores ou livreiros às entidades sem fins lucrativos; incentivar o estabelecimento de livrarias nas localidades do interior; estimular iniciativas locais de dinamização do livro e da leitura.

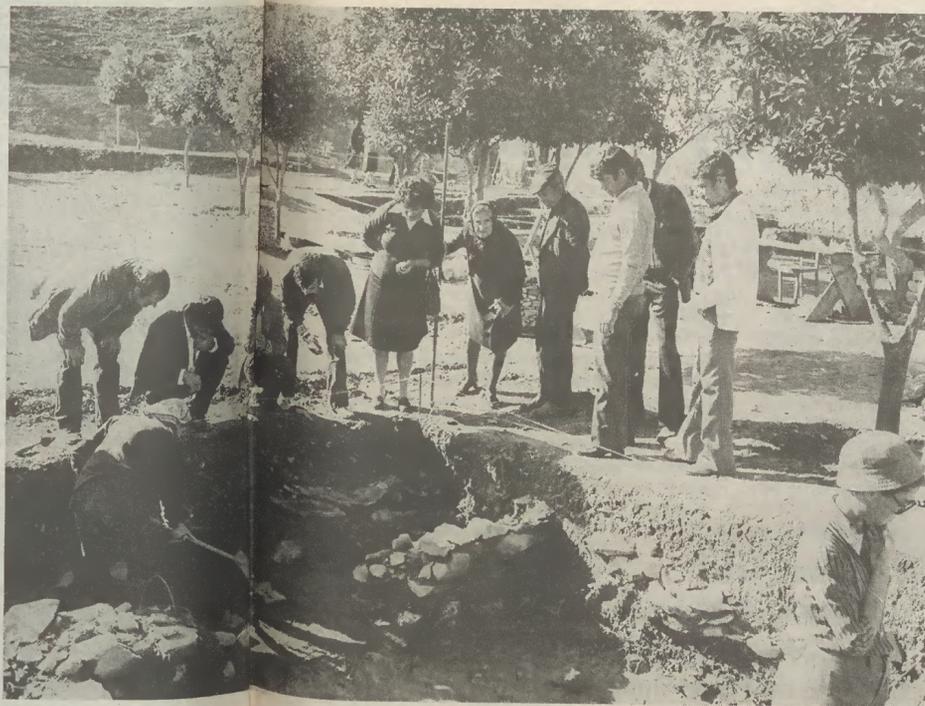
Artes plásticas e design

Nesta área, o PCP propõe o apoio à criação e aos projectos de investigação disciplinar, técnica e estética, nomeadamente através da concessão e actualização de bolsas de longa duração e de acordos de cooperação internacional e de incentivos e comparticipação financeira em projectos de instalação e equipamento de «ateliers» e oficinas.

E, ainda, o apoio à divulgação, com a atribuição de subsídios a jovens criadores; o apoio a projectos de itinerância, nomeadamente de exposições colectivas; o incentivo à criação de uma rede nacional de galerias.

Artes do espectáculo

Em relação às artes do espectáculo – teatro, música, dança e bailado – o PCP apresenta como vectores estratégicos a dotação do País com uma rede nacional de salas de espectáculos dotadas de capacidade de programação, técnicas e de acolhimento das diversas artes e a reestruturação do ensino artístico e a criação de



uma linha de apoio a projectos que cruzem formas de expressão artística diversas.

Para a música e cultura musical, defende a criação e protecção de uma rede nacional de Orquestras e de uma Companhia Portuguesa de Ópera no Teatro Nacional de S. Carlos; a constituição de centros de formação musical e apoio material, técnico e financeiro às escolas de música e bandas; a definição de uma política fiscal adequada na aquisição de bens de produção para os artistas; o apoio à produção e divulgação de música contemporânea erudita e de raiz popular e de obras de autores portugueses de todas as épocas.

Quanto ao teatro, urge elaborar uma lei de bases que estabeleça o sector público de actividade e defina objectivos, meios e funcionamentos dos Teatros Nacionais e a dotação do País com uma rede de salas de espectáculos que acolham jovens companhias ou jovens criadores e a rentabilização dos espaços existentes, a elaboração do estatuto profissional de Teatro; a promoção do trabalho regular de dramaturgos; a maior interligação entre os ministérios da Cultura e da Educação no âmbito do Teatro para a infância e juventude; a criação de uma Companhia Nacional de Revista à Portuguesa, a ser instalada no Parque Mayer.

Finalmente, no que respeita à dança e bailado, o PCP defende o reforço da dotação orçamental global para a dança; a revisão do processo e regulamento do concurso para atribuição de apoios a projectos; a reestruturação da Companhia Nacional de Bailado, com estatuto e orçamento próprios; legislação sobre o estatuto profissional do profissional de dança e bailado como de desgaste rápido.

Produção e difusão do cinema e do audiovisual

Neste campo, é necessário proteger o Cinema Português e Europeu e introduzir factores de reequilíbrio no panorama da distribuição e da exibição, designadamente através de um sistema de quotas; a reformulação da actuação do Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia; a extensão das actividades da Cinemateca Portuguesa/Museu de Cinema a todo o País; o apoio a Cine-Clubes; o reforço do programa «Cinema nas Escolas»; o favorecimento de empreendimentos conjuntos de produtores cinematográficos e operadores televisivos, designadamente a RTP no campo da ficção.

Toxicoddependência

Enfrentar o flagelo

A toxicoddependência tem raízes numa sociedade baseada na exploração, no lucro, no sucesso sem princípios e no consumismo e atinge, em Portugal, de forma dramática dezenas de milhares de toxicoddependentes e famílias.

Verifica-se a expansão de drogas já conhecidas e de novas drogas; aumentam o tráfico, o branqueamento de capitais e a corrupção; geram-se graves problemas de saúde pública com a expansão da SIDA, da tuberculose e das hepatites; multiplicam-se os problemas de degradação humana e de criminalidade. Fenómenos que põem em causa a soberania e independência dos Estados e comprometem a própria democracia.

A acção do PS, apesar de algumas medidas tomadas por pressão popular e na sequência de múltiplas iniciativas do PCP, tem sido claramente insuficiente e sobretudo marcada por uma preocupação propagandística.

Continua a não haver um estudo nacional sobre a incidência da toxicoddependência; a rede pública de atendimento, tratamento e reinserção social, hoje alargada ao território nacional, apresenta grandes insuficiências nas zonas mais populosas; continua a haver um elevado tempo de espera para primeiras consultas e as comunidades terapêuticas da rede pública contam apenas com 34 lugares.

Entretanto, a proposta que o PCP apresentou na Assembleia da República em 1996, para eliminação da pena de prisão em casos de simples consumo de droga e tratamento dos toxicoddependentes, foi rejeitada pelos votos do PSD e CDS-PP, a que se juntaram os votos da quase totalidade dos deputados do PS.

A situação nas prisões atingiu uma dimensão limite, o combate ao tráfico de droga continua com uma dotação insuficiente de meios e a prevenção e combate ao branqueamento de capitais, apesar da legislação que o penaliza, não teve até hoje expressão significativa.

O PCP não contemporiza, porém, com uma sociedade que perspectiva o ser humano alienado, dominado e destruído pela droga e, face à situação existente em Portugal, propõe algumas medidas para enfrentar o problema:

- um plano nacional de prevenção da toxicoddependência e luta contra a droga, devidamente coordenado;
- a realização continuada de um estudo nacional e sistematizado, que permita o conhecimento real da situação;
- a adopção de novas medidas de prevenção primária e a sua coordenação e avaliação, designadamente no meio escolar;
- o alargamento da rede pública, com a criação de novos Centros de Atendimento de Toxicoddependentes (CAT) e o aumento de lugares das unidades de desabilitação. A formação de médicos e a articulação dos centros de saúde com os serviços do SPTT, para o aproveitamento das potencialidades existentes;

- a adopção de uma estratégia de redução dos perigos de contracção da SIDA, da tuberculose ou das hepatites e que, no plano da sociedade, permita baixar o nível da criminalidade. A concretização de programas prioritários de intervenção nos guetos de toxicoddependência, com a responsabilização dos serviços qualificados do Estado em coordenação com o poder local e as populações;

- o desenvolvimento dos programas de reinserção social a nível nacional e a concretização, com acompanhamento, de oportunidades de formação profissional e emprego (prioritariamente nos serviços do Estado);
- a despenalização do consumo de droga e a utilização mais alargada de penas alternativas à prisão para situações de pequenos delitos associados à toxicoddependência, com responsabilização do Estado e acompanhamento da entidade que vier a estabelecer o contacto com os consumidores;

- a adopção de um plano em meio prisional que permita até ao final de 2000 o tratamento dos toxicoddependentes que o desejem;
- a criação de um Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais que alargue a aplicação das normas sobre a prevenção, criminalização e repressão do branqueamento de capitais e reforce a cooperação internacional.

O PCP desenvolveu ao longo dos últimos anos uma intensa e qualificada acção, expressa designadamente: na proposta, no âmbito da revisão da Lei da Droga, da exclusão de penas de prisão por consumo de droga; no projecto de lei sobre a rede pública de centros de atendimento de toxicoddependentes e de comunidades terapêuticas; no projecto de lei sobre as condições de financiamento público de projectos de investimento respeitantes a equipamentos destinados ao tratamento de toxicoddependentes; nos projectos lei de criação de um Programa Nacional de Combate ao Branqueamento de Capitais e de aperfeiçoamento da legislação existente; no projecto de lei sobre os princípios gerais da política nacional de prevenção primária da toxicoddependência, sobre medidas de intervenção em situações de risco e sobre medidas de reinserção social e laboral de toxicoddependentes em recuperação; na realização de iniciativas públicas de debate sobre toxicoddependência, o tráfico de drogas e o branqueamento de capitais.

Desta acção resultou a adopção de algumas das medidas mais positivas deste período: a criação e alargamento da rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção de toxicoddependentes (embora numa perspectiva mais redutora das responsabilidades do Estado do que havia proposto o PCP); o estabelecimento de critérios para regular o financiamento público de propostas de investimento respeitantes a equipamentos destinados à prevenção secundária de toxicoddependentes; a obrigação, inscrita na «Lei da Droga», de o Governo apresentar à Assembleia da República um Relatório sobre a situação do país em matéria de toxicoddependência e tráfico de droga.

Comunicação social

Travar a concentração

A publicação de alguns diplomas legais de conteúdo positivo, como a Lei de Imprensa e o Estatuto dos Jornalistas, não chegou para melhorar o panorama geral da comunicação social.

A intensificação do processo de concentração da propriedade dos meios de comunicação acentuou a fragilização das condições de exercício da profissão de jornalista e de outras actividades inerentes ao universo mediático.

A informação televisiva, na luta pelas audiências e captação de receitas publicitárias, disseminou a espectacularização da informação, contribuindo para um menor rigor na certificação dos factos e criando um modelo informativo deontologicamente criticável mas que se impôs como padrão aos restantes meios de comunicação social.

No serviço público de televisão, em vez de uma reestruturação séria da empresa, assistiu-se a uma instabilidade de chefias quase permanente, à falta de uma estratégia coerente, a tentativas

de pseudo-reestruturações sectoriais para esconder (mal) os objectivos de privatização dos sectores mais rentáveis.

Não houve uma política consequente de apoio à imprensa regional e às rádios locais.

Ou seja, apesar do serviço de profissionais mais qualificados e preocupados com o exercício dos seus direitos e deveres, os valores mercantilistas adoptados pelos detentores reais do poder sobre os media têm vindo a contaminar os conceitos jornalísticos e os princípios deontológicos, justificando uma intervenção prioritária na área da comunicação social.

Rigor e isenção

O PCP considera fundamental a inversão desta situação para a estabilidade e reforço da democracia e define algumas linhas de actuação e medidas concretas que pretende levar à prática no âmbito da sua actividade.

Assim, o pluralismo de expressão, como elemento estruturante do regime político, implica a existência de um serviço público de rádio e

televisão, assente numa informação rigorosa e isenta e numa programação generalista de qualidade, que valorize e potencie o património cultural português e os seus criadores e intérpretes.

A gestão deste serviço público independente face ao poder político passa pela existência de «conselhos de opinião» com poderes de fiscalização, pela nomeação para as administrações de elementos propostos pelos trabalhadores e por «conselhos de redacção» com meios de actuação que reforcem a vida democrática das redacções.

Os operadores privados de televisão e rádio devem respeitar os condicionamentos do quadro legal vigente e as rádios locais e imprensa regional devem ser objecto de legislação que reconheça a sua importância social e cultural e lhes assegure a viabilização.

Por fim, o PCP defende a publicação da legislação antimonopolista prevista na Constituição para travar as contradições entre as características pluralistas do regime democrático e a concentração da propriedade dos meios de comunicação social.

Como medidas específicas, o PCP aponta, entre outras:

- uma reestruturação da RTP que mantenha os dois canais existentes e os serviços internacionais e abraja as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- uma regulamentação da Lei da Televisão que enquadre as questões colocadas pela criação de televisões regionais;
- um Estatuto da RDP que garanta a sua independência e pluralismo;
- a reformulação do quadro legal das rádios locais para impedir a sua concentração e a perda das suas características;
- a reorganização do sistema de apoios à imprensa regional;
- a assunção pelo Estado das suas responsabilidades em relação ao reforço do papel da LUSA como elemento do sistema de apoios públicos à comunicação social e elo essencial no relacionamento entre os países de língua portuguesa;
- o reforço dos direitos dos jornalistas, designadamente através da regulamentação dos direitos de autor sobre a respectiva criação intelectual.

A Sociedade da informação

Ao conceito de sociedade da informação há que associar os impactos que decorrem do crescente emprego das novas tecnologias da comunicação e da informação. Entre eles, as grandes modificações nas condições que determinam a divisão internacional do trabalho, as alterações no conteúdo do trabalho e na organização dos processos empresariais, as novas qualificações requeridas para os postos de trabalho, a expansão do teletrabalho e a crescente importância do comércio electrónico.

Entretanto, o enfraquecimento do papel dos meios de comunicação de massa e a alteração do modo de intervenção dos indivíduos e das organizações na formação da opinião pública, facilitam novas formas de exercício dos poderes dominantes mas também abrem novas possibilidades à participação democrática dos cidadãos.

São mudanças que colocam problemas específicos aos sistemas educativo e de ciência e tecnologia em relação aos quais o Governo apresenta um balanço particularmente modesto, não obstante a criação da Missão para a Sociedade da Informação e a elaboração de um Livro Verde. Não foram resolvidos os problemas estruturantes que permitem ultrapassar a info-exclusão de uma parte significativa da população e verificam-se deficiências quer no combate a eventuais perigos para a privacidade e a liberdade dos indi-

víduos, quer ao alargamento do fosso das desigualdades, em particular devido às diferenças educativas.

Porém, pelas inegáveis oportunidades de desenvolvimento económico, social e cultural que a sociedade da informação proporciona, impõe-se uma política de desenvolvimento que assegure a omnipresença dos pontos de acesso à comunicação e à informação e o real abaixamento dos custos de acesso.

Para atingir estes objectivos, o PCP defende sete orientações fundamentais:

- desenvolvimento das respostas adequadas aos desafios da universalidade de acesso; avaliação permanente dos impactes da prática do teletrabalho e defesa dos direitos e garantias dos trabalhadores afectados; avaliação permanente dos impactes das actividades de comércio electrónico, em particular do sistema monetário, em face da criação de dinheiro electrónico; promoção da participação das pessoas e das organizações na definição das suas necessidades em serviços e aplicações; generalização do armazenamento, transporte e processamento digital da informação, de forma a facilitar-lhes o acesso universal; coordenação entre os acessos aos meios (existentes e novos) de informação; criação de um Conselho Nacional para a Sociedade da Informação.

PS

Uma campanha sem princípios

JORGE PIRES

Membro da Comissão Política

TAL COMO JÁ TINHA ACONTECIDO nas eleições autárquicas de 97, o PS usa e abusa, nesta campanha eleitoral, do aparelho de Estado, para tirar dividendos eleitorais.

Em 97 denunciámos a transformação dos governos civis em comissões eleitorais do PS, a partir das quais foram distribuídos muitos milhares de contos, cujo único critério para a atribuição dessas verbas era saber se com esse subsídio se podiam comprar mais alguns votos. Denunciámos o namoro que foi feito a dirigentes do movimento associativo, para que estes integrassem as listas do PS a troco de subsídios para as respectivas colectividades, mesmo que não tivessem sido pedidos. Denunciámos, igualmente, a correria de ministros e secretários de Estado pelo País, fazendo promessas que na maioria dos casos não passaram disso mesmo. O escândalo assumiu tal dimensão que o próprio PR veio pedir contenção. Hoje, a situação não só se repete, como nalguns aspectos se agravou, nomeadamente, com a intensificação da promiscuidade entre as funções governativas e partidárias dos membros do Governo, incluindo o próprio Primeiro Ministro.

É uma vergonha o que se está a passar. Nunca como com este Governo do PS se tinha ido tão longe no aproveitamento ilegítimo de instrumentos que estão, ou deviam estar, ao serviço do País e dos portugueses e não, como está a acontecer, ao serviço do partido do Governo com fins eleitorais.

Gastam-se milhares de contos em edições luxuosas para divulgar a obra do Governo, onde se mistura trabalho realizado com projectos que não se sabe se terão concretização no futuro ou, como aconteceu com uma edição da responsabilidade de um governo civil, com trabalho realizado pelas autarquias. No plano dos princípios e da lei é gravíssimo assistirmos à intervenção em actos públicos de alguns presidentes de câmara, nessa mesma qualidade, actos públicos que os beneficiam claramente enquanto candidatos nas listas do PS, como aconteceu por exemplo com Fernandó Gomes, do Porto, na recepção ao Bispo de Díli, ou Mesquita Machado, em Braga, com várias inaugurações, ou à instrumentalização duma corporação de bombeiros prestigiada, que circulou pelas ruas do Montijo com um conjunto de viaturas transportando faixas nas quais se podia ler «Jorge Coelho prometeu e cumpriu. A nossa Câmara também. O Montijo está de parabéns». Resta lembrar que a Câmara do Montijo tem presidência PS.

Estes são alguns dos muitos exemplos que podíamos aqui destacar e que ilustram bem a falta de pudor deste Governo e do partido que o suporta.

No entanto, há uma situação que, pelo facto de envolver um dos principais dirigentes do PS que, simultaneamente, é considerado um dos ministros mais próximos de Guterres, merece destaque particular porque evidencia em toda a sua dimensão uma postura de quem está ávido de poder absoluto e que, por isso, não olha a meios para atingir esse objectivo, mesmo que eles ponham em causa princípios elementares de ética política. Refiro-me a uma carta que o cabeça de lista do PS pelo círculo eleitoral de Setúbal, Jorge Coelho, enviou aos eleitores do distrito, missiva onde consegue reunir tudo aquilo que de pior pode caracterizar a intervenção dum político.

Demagogia, mentira, aproveitamento do trabalho de outros, jogar com sentimentos dos eleitores que vivem situações difíceis - como a que vivem os cerca de 40 000 desempregados que oficialmente existem no Distrito juntamente com as suas famílias e, pior ainda, procura pretensiosamente dar uma imagem dele próprio que não corresponde à realidade.

Questionado pela comunicação social sobre as acusações de que foi alvo por parte da DORS, limitou-se a dizer que o PCP levou muito tempo a reagir e que era importante para nós a existência dum exército de insatisfeitos, referindo-se naturalmente às acusações de que foi alvo sobre a verdadeira dimensão do desemprego no distrito de Setúbal e às responsabilidades do Governo do PS nesta matéria, responsabilidades que se estendem a governos anteriores do seu partido.

Uma das marcas que o actual ministro da Administração Interna deixa na passagem pelo actual Governo, é ter feito muitas promessas que depois não foram cumpridas. Que o digam os agentes das forças de segurança, ou os trabalhadores da administração pública.

Na carta que distribuiu aos eleitores refere, em determinada altura, que, e passo a citar, «Muitos problemas já foram resolvidos (ex.: a Lishave, Torralta, etc.), o que contribuiu para a criação de 15 000 postos de trabalho e a diminuição de 27% do desemprego.» Não podia ter feito afirmação mais revoltante que esta, sabendo-se que, por exemplo, nestas duas empresas mencionadas na sua carta perde-

ram o seu posto de trabalho mais de 1000 trabalhadores durante a legislatura que agora termina. Acreditamos que as outras que não são explicitadas fossem a SODIA ex- Renault que encerrou

com o despedimento de mais de 600 trabalhadores, a NORPORTE que neste momento se encontra parada com um futuro bastante incerto para as cerca de 450 trabalhadoras ou a H.R. Teixeira Ramalho, que com 400 trabalhadores se encontra encerrada neste momento. Mas brevemente pode usar outros exemplos, como aqueles que resultam dos anunciados encerramentos da SN-Serviços, daquilo que resta da Adubos de Portugal, no Barreiro, ou, mais recentemente, do encerramento dum sector da Indelma com cerca de 700 trabalhadores, tudo num total de mais de 2000 trabalhadores.

Para além da indignação e da revolta que as afirmações de Jorge Coelho suscitam, elas encerram em si toda a demagogia que tem sido feita por este Governo sobre a redução do desemprego no nosso país. Tendo como exemplo a situação do distrito de Setúbal, é possível demonstrar que não só o desemprego real é bastante superior ao que os números oficiais referem, como a maioria dos postos de trabalho criados são ocupados por trabalhadores com vínculos precários às empresas.

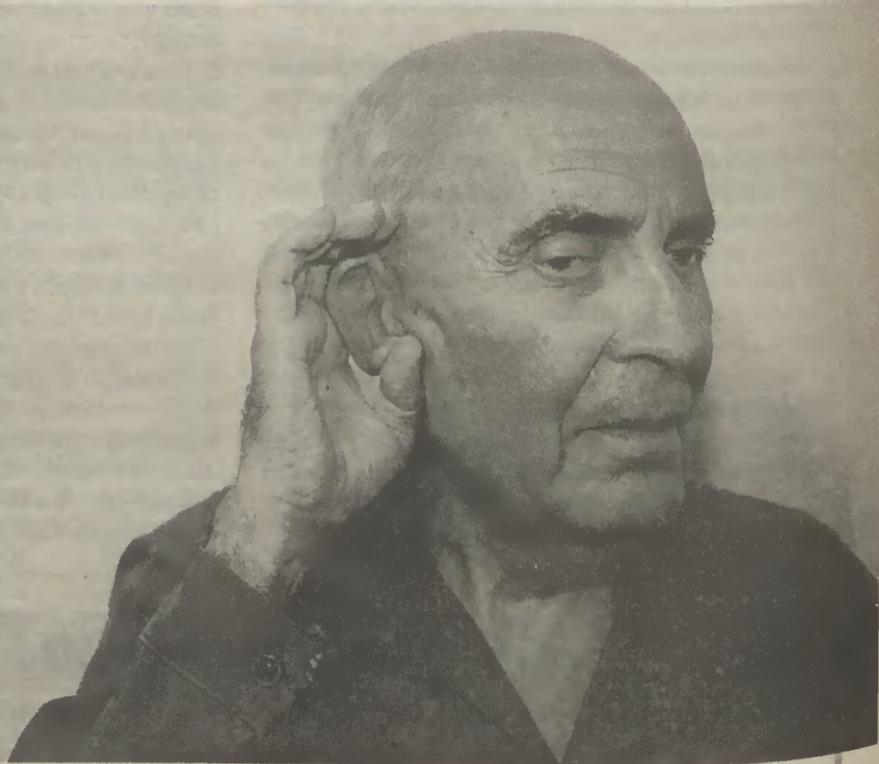
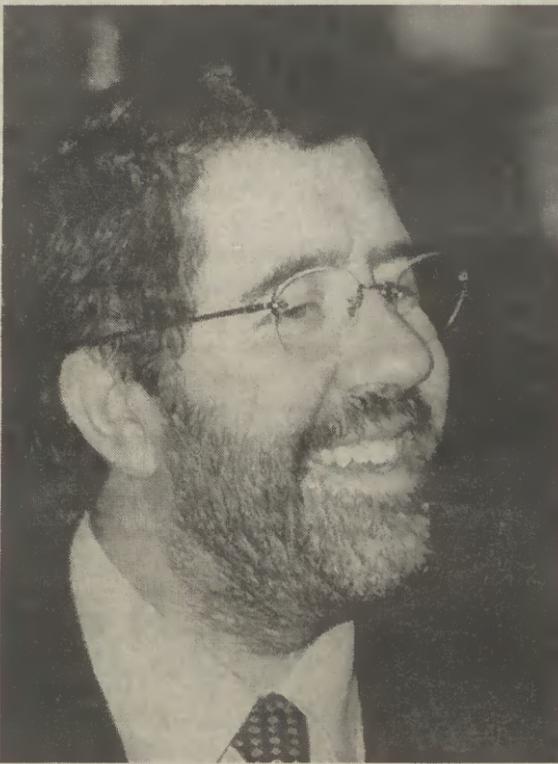
Partindo dos números do IEFP, a taxa de desemprego é o dobro da média nacional, fruto da política de direita deste e de anteriores governos do PS e do PSD.

Logo que tomou posse e depois de ter criticado as manobras estatísticas do governo anterior, bloqueou durante meses a publicação dos números e transformou milhares de desempregados em ocupados temporários. Desta

Governo faz sobre esta matéria procure sempre ir mais longe do que o outro, como aconteceu entre Jorge Coelho e Paulo Pedrosa. Um escreveu que o desemprego diminuiu 27%, o outro disse, poucos dias depois, que tinha diminuído em 31%. Como disse o nosso camarada Otávio Teixeira, em Azeitão, se isto continua assim, quando chegar o dia das eleições acabou o desemprego no distrito de Setúbal. Significativo é o facto de ambos os governantes serem candidatos pelas listas do PS no Distrito de Setúbal.

Mas não foi só com as questões do desemprego que o Ministro Jorge Coelho procurou iludir os eleitores na carta que lhes enviou. Em determinada altura pode ler-se, e passo de novo a citar, «Com um investimento já garantido de muitas dezenas de milhões de contos, é possível finalmente construir as ETAR's de Almada, Barreiro, Moita, Seixal e Setúbal». Das duas uma. Ou está a mentir, o que é mais provável porque não é conhecida nenhuma decisão neste sentido, ou então confirma tudo o que tem sido dito sobre a utilização do aparelho de Estado a favor dos interesses eleitorais do partido do Governo, ao anunciar uma decisão institucional através duma iniciativa partidária. Como o cabeça de lista do PS bem sabe, a Península de Setúbal tem sido profundamente discriminada no que concerne ao acesso de fundos comunitários para resolver os problemas de tratamento de águas residuais, entre outras coisas. Enquanto que no resto do País foram garantidos meios financeiros substanciais para a resolução destes problemas, através da criação de Sistemas Multimunicipais, na Península de Setúbal há neste momento uma única grande ETAR - Sesimbra - em construção com financiamento dos Fundos Comunitários, apesar das can-

É uma vergonha o que se está a passar. Nunca como com este Governo do PS se tinha ido tão longe no aproveitamento ilegítimo de instrumentos que estão, ou deviam estar, ao serviço do País e dos portugueses.



forma conseguiu apresentar, relativamente ao ano anterior, um corte de 5500 desempregados. A limpeza dos ficheiros tem sido, aliás, o método mais eficaz para diminuir o desemprego nas estatísticas do IEFP. Dum momento para o outro, e não sendo visível a criação de emprego, o número de desempregados reduz significativamente, como aconteceu, por exemplo, em Santiago do Cacém entre Outubro e Novembro de 1998, em que desapareceram 539 desempregados. Mas a prova mais evidente que o problema do desemprego não está a ser resolvido é que se mantém o seu carácter estrutural como os próprios números oficiais o evidenciam.

Se considerarmos os números publicados referentes ao mês de Junho deste ano, podemos verificar que o emprego de longa duração se mantém muito elevado, cerca de 45%, o desemprego das mulheres está nos 60% e os desempregados com mais de 55 anos são 19%. De referir ainda que a taxa de desemprego entre os jovens é superior a 17%. Também é significativo o facto de que a maioria dos postos de trabalho criados, como já referi, foram ocupados por trabalhadores com vínculos precários. O exemplo que melhor ilustra esta situação, pela dimensão da empresa, é o da Lear Cooperation, o maior investimento em número de postos de trabalho realizado nestes últimos quatro anos no distrito de Setúbal, em que mais de 99% dos trabalhadores admitidos têm contratos a prazo. Mas a imagem que o Governo procura transmitir de redução contínua e substancial do desemprego leva a que cada intervenção que um membro do

distritos entregues pela AMDS em 1995 ou, mais recentemente, por diversos municípios. As únicas respostas que existem neste momento são para a ETAR's de Setúbal, que está em fase de concurso público, e para uma das ETAR's de Almada, que aguarda resposta de Bruxelas há cerca de um ano. Relativamente a todas as outras, não só não existem respostas, como o Governo tem adiado sucessivamente reuniões pedidas pela AMDS para discutir estes problemas, como aconteceu mais uma vez quando esta carta já estava em distribuição.

As páginas deste «Avante!» seriam claramente insuficientes para denunciar muitas outras situações que por esse País foram mostradas a instrumentalização do poder ao serviço dum partido político, neste caso o PS. Mesmo neste momento em que estou a escrever este artigo, acabo de ouvir, num canal televisivo, que o Primeiro Ministro se deslocou a Rio Maior, numa acção de campanha, e que as crianças duma escola tiveram dispensa das aulas para o irem ver. Como não bastasse, vestiram-lhes umas camisolas do PS e puseram-lhes umas bandeiras nas mãos. A contrapartida foi a oferta dum estojo escolar.

A campanha do PS confirma que de facto Portugal, não só não está em boas mãos, ao contrário do que dizem os cartazes, como faz emergir, de forma mais evidente, a necessidade duma viragem à esquerda na política nacional, dando mais força à CDU na AR e, desta forma, impedir que eles (PS) ponham as mãos em tudo, comprometendo ainda mais a democraticidade de futuros actos eleitorais.

Tempo de barretos

■ José Casanova

Em 1970, na Suíça, António Barreto foi co-autor de uma «carta aberta» dirigida «aos militantes do PCP e revolucionários portugueses». Barreto era, então, membro do PCP e fazia questão de exhibir um espectacular arreganho revolucionário. O alvo da «carta aberta» era, como sempre acontece nestas situações, a direcção do PCP que, segundo a «carta», desprezava importantes ensinamentos de Lénine.

Cheio de fervor revolucionário, Barreto proclamava que «não há várias maneiras de dar a uma revolução um conteúdo anti-imperialista consequente, mas uma só: consiste em assegurar a conquista do Poder pela classe operária e as massas populares, únicas classes que podem ser realmente anti-imperialistas, e em transformar o mais depressa possível, e logo que possível, esse Poder numa ditadura do proletariado». Invocando Lénine — que «afirmara claramente que a vitória da revolução democrática russa teria de ser assegurada pela “ditadura democrática revolucionária do proletariado”» — Barreto destilava revolucionarismo por todos os poros e afirmava-se decidido a exportar a sua revolução para Portugal com carácter de urgência.

Por razões nunca vindas a público, a revolução de Barreto não chegou a chegar. Desconhece-se, mesmo, se chegou a partir. Consta que dois esperançados barretistas a esperaram ansiosamente à mesa de não sei que Café de Lisboa; diz-se que, após uma semana de infrutífera espera e receando atrasos de comboios e de aviões, decidiram passar à acção: pagaram a bica, levantaram-se e, cada um no seu táxi, rumaram a Santa Apolónia e ao Aeropor-

to: inimitável Barreto representar o seu número favorito de anticomunista para todo o serviço. E diga-se desde já que, para quem dava como coisa certa que, em matéria de expressão de anticomunismo, Barreto atingira o grau máximo de abjecção, ficou claro que assim não era. Nem pouco mais ou menos. O que permite supor que, mesmo depois dessas nove imundas páginas, assim não é nem será... Aguardemos, pois.

Seria tarefa desopilante percorrer o barretal texto e demonstrar, com o suporte de exemplos concretos nele encontrados, que o seu autor é um sujeito mentiroso, cobarde, caluniador, insolente, imbecil, parlapatão, provocador, abjecto em suma. Mas a verdade é que seguir tal caminho não nos conduziria a nada de novo: Barreto é Barreto, simplesmente Barreto com todo o significado que isso tem, e tudo indica que o pobre está irremediavelmente condenado à lúgubre pena de ser isso, apenas e só isso, até ao fim dos seus melancólicos dias. Deixemo-lo, pois, entregue ao seu tristíssimo fado e divertamo-nos lendo-o.

No espaço de uma página e tal, Barreto delira em torno dos «silêncios» com que, diz ele, os comunistas portugueses procuram esconder a sua história, «silêncios, aliás, partilhados por muitos outros, mesmo não comunistas». «Ainda hoje, com a estrada livre, há mais “compagnons” do que se pensa» — denuncia o sisudo Barreto — e há nesta sua denúncia uma ameaça iniludível, uma incontida obsessão persecutória... demonstrando que, afinal, a «estrada» não está tão «livre» quanto Barreto anuncia... Mas é partindo desses «silêncios», de «arquivos fechados», de «arqui-

vo vizinho as confidências que lhe fiz...; em quarto lugar, Barreto destapa-nos uma conclusão genial: citando Mário Soares sem dizer que o cita, proclama que «os comunistas lutam pela sua liberdade, não pela liberdade de todos» — conclusão que, quer utilizada por Barreto quer por Soares atinge sempre a soma da dimensão da coerência de ambos; finalmente, a quinta conclusão é assim como que a síntese das quatro anteriores, o que lhe confere o ar de triunfal barretada: os comunistas portugueses foram e são uns malvados sem coração, capazes de fazerem as coisas mais abomináveis — e presumo que, aqui chegado, Barreto constituiria um espectáculo digno de ser visto: imagino-o desgrenhado, esbugalhado, possesso, gesticulante, como que saltando, de supetão e aos berros, de dentro de um romance de Dostoievsky. Há quem diga, no entanto, que o homem tem tratamento.

Paralelamente a este grotesco processo de inteligência, Barreto vai espalhando outras conclusões avulsas, todas elas estribadas nos já célebres barretais rigor e respeito pela verdade. É assim que, referindo-se à «influência do PCP», decreta a melancólica criaturinha que «fora a intelectualidade e, marginalmente, os estudantes universitários, a influência do PCP foi reduzida» e que a resistência antifascista dos comunistas — resultante não de um verdadeiro antifascismo mas de um terrível «sectarismo político» e de uma sinistra «fidelidade à União Soviética» — acabaria por, sempre segundo a preclara visão do inolvidável Barreto, constituir «um obstáculo permanente ao desenvolvimento de uma oposição ao regime salazarista» — razão pela qual este inteligentíssimo Barreto dispara a hipótese de o PCP ter sido «um dos factores de longevidade da ditadura salazarista!» Eis Barreto a,

digamos assim, pensar. Ei-lo dizendo o que lhe vem à pobre cabeça, delirando e produzindo teses em conformidade com o estado a que, pobre dele, chegou.

Neste mar de alucinações passadas a escrito e divulgadas em nove páginas da «Pública», nada escapa à lupa inquisitorial de Barreto. Nem Pacheco Pereira, o autor do livro que deu pretexto a tanta tontaria. Aliás, Barreto não gostou da obra e as referências positivas que lhe faz são mais presentes envenenados do que outra coisa. De facto, Barreto considera o livro insuficientemente anticomunista. De tal forma que, começando por classificá-lo como «um livro sério», logo denuncia o seu «carácter híbrido», a preguiça do autor por «não ter trabalhado mais» — pelo que «o resultado não é bom» e «desta confusão resulta uma trapalhada». Mas pior do que tudo isso: «(Pacheco Pereira) alinha factos e documentos» (...) raramente parando para comentar e interpretar; «Parto do princípio» — ameaça Barreto — «de que decidi reservar-se para o segundo, eventualmente o terceiro volume»;

«se assim for, a falta neste volume, apesar de se sentir, não será tão grave». Avisos deste tipo repetem-se e repetem-se por todo o extenso texto, numa obsessão a exigir urgentes cuidados médicos: «Será que os próximos (volumes) vão cobrir a falta (deste)?»; «Espero, uma vez mais, que Pacheco Pereira, nos próximos volumes...»; «Não me parece que ele possa, até ao fim dos três volumes, escapar a analisar e interpretar a personalidade do seu biografado»; «Muito ficou para dizer e analisar. A ponto de me perguntar se Pacheco Pereira sabe, mas guarda para os próximos volumes. Se não sabe. Ou se deixa as análises para outra altura, pretendendo assim deixar-nos um livro de “factos”, até para se proteger»; «Veremos o que nos trazem os próximos volumes. Só então será possível avaliar melhor esta obra». (!) E para não deixar quaisquer dúvidas sobre o objectivo desta saraivada de ameaças, Barreto vai mesmo ao ponto de ensinar a Pacheco Pereira o método de bem comentar e interpretar os «factos» e de lhe fornecer algumas das conclusões a tirar. Pacheco Pereira já sabe: ou acata as ordens de Barreto, ou...

Neste tempo de barretos tudo pode acontecer.

(1) O «Diário de Notícias» de 27.9 publica uma apreciação de Mário Soares ao livro. Curiosamente, também Soares, suspira pelos «livros já anunciados, que ficamos a aguardar com impaciência, esses sim...». E, felicitando «Pacheco Pereira pelo seu trabalho», Soares insiste em ficar «à espera, impaciente, pelos segundo e terceiro volumes prometidos»...



to: da revolução de Barreto nem sinais. Por descargo de consciência procuraram-na ainda nos «perdidos e achados»: em vão. Finalmente, cansados, revolucionariamente exaustos, voltaram ao Café, sentaram-se, pediram duas bicas e dois copos de água e ali ficaram para sempre. Por seu lado, Barreto — que entretanto se libertara do pesado peso da militância comunista — remeteu-se a um enigmático e crescentemente profundo silêncio.

Finalmente, sete anos depois deste episódio, Barreto irrompeu fulgurante: sem revolução, sem Lénine, sem ditadura do proletariado... assumiu a pasta de Ministro da Agricultura do governo de Mário Soares com a tarefa de, em nome da contra-revolução, liquidar a Reforma Agrária. Biografar esses sete anos da vida de Barreto seria um exercício edificante e esclarecedor: por onde andou, com quem andou e o que fez o «revolucionário suíço» desde que saiu do PCP até ser encarregado de, às ordens da contra-revolução, destruir a Reforma Agrária?

Mas adiante: Barreto cumpriu a tarefa de que foi incumbido e a sua opinião dispõe, hoje, do tempo e do espaço que quiser na comunicação social dominante. Por isso, há umas semanas, a «Pública» do «Público» gastou capa e nove longas páginas com Barreto. O pretexto do alucinado texto foi a publicação do primeiro volume de uma «biografia política» de Álvaro Cunhal, da autoria de Pacheco Pereira. Na realidade, tratou-se de, mais uma vez, o

vos culpados» e de outros divertimentos, que o ilegítimo Barreto se considera «legitimado» para «chegar» a cinco-conclusões-cinco, cujas podem resumir-se assim: em primeiro lugar, «o PCP não é um partido do povo, nem sequer das classes trabalhadoras» — infelizmente, o cruel Barreto deixa-nos mergulhados na mais angustiante incógnita: não nos diz de quem é, afinal, o PCP...; em segundo lugar, conclui Barreto que os comunistas portugueses «têm de se resignar a ler a história feita por outros» e não têm «qualquer autoridade para protestar ou se indignar perante faltas de documentação» — isto porque, garante a real sumidade, os comunistas portugueses escondem a sua história! Porquê?: porque toda ela é feita de «esqueletos», «cadáveres», «gestos» e «actos» de que «se envergonham», «mortos e presos», «traições», coisas de que Barreto garante haver provas... provas que, por falta de espaço, por esquecimento, ou por qualquer outra razão só dele conhecida, não apresenta, assim legitimando a sua condição de Barreto; em terceiro lugar, conclui a lastimável criatura que os comunistas portugueses — pelas suas características «secretistas», «conspirativistas», «clandestinistas» e «ctetristas» — «em qualquer conversa, negociação ou discussão política», «mentem, escondem parte da verdade» e têm «um discurso comigo, outro com o vizinho» — e eu a pensar que nem o vizinho de Barreto lhe iria contar a conversa que tive com ele, nem Barreto iria repetir



I Convenção da Agricultura Duriense

■ José Brinquete

Um falhanço (quase) total ...

Participei no passado fim-de-semana, dias 9 e 10, na I Convenção da Agricultura Duriense, realizada na Casa do Douro e promovida por esta Instituição. A minha participação foi na qualidade de segundo candidato da lista da CDU por Bragança às eleições para a Assembleia da República. Como se sabe, o Distrito tem 4 concelhos integrados na Região Demarcada do Douro. Há mais de 20 anos que me interesse pelas questões do Douro, dado ter participado, desde essa altura (1977), na organização de muitos Encontros das Vindimas, e na realização do Debate «O Douro, a Vinha e o Vinho», promovido pelo PCP (Lamego, em 27/Jul/86). As expectativas em relação a esta iniciativa, só possível 25 anos depois de Abril, eram muito grandes, mas fechado o pano, infelizmente, «a montanha pariu um rato».

No primeiro dia de trabalhos, que abriram logo pela manhã, para espanto de muitos participantes, incluindo eu próprio, a multidão que se juntava à porta da Casa do Douro, não estava ali para participar na Convenção. Tratava-se de pequenos agricultores oriundos de todo o Douro, que procediam à venda do «cartão de benefício», processo que perdura e de duvidosas garantias para a esmagadora maioria dos pequenos produtores durienses.

Claro que a convenção teve alguns aspectos positivos, estou a referir-me:

— ao abaixo-assinado que circulou no sentido de pressionar o Governo para que o mais rápido possível seja criado e instalado o Museu do Douro (lembrar que foi por iniciativa do grupo parlamentar do PCP que se aprovou na Assembleia da República a criação deste Museu);

— à informação prestada por Bianchi de Aguiar, referente ao avanço do processo do Douro Património Mundial, sob a designação de «Alto Douro Vinhateiro»;

— ao convite para uso da palavra, feito aos cabeças de lista às eleições legislativas, pelo círculo de Vila Real, do PCP, PS, PSD e PP, destacando-se sem dúvida a intervenção do professor dr. Virgílio Alves, candidato da CDU por Vila Real, recebendo o apoio manifesto da maior parte da assistência (outra coisa não seria de esperar, pois tem sido dos poucos partidos que através dos seus deputados e da estrutura regional tem dado uma atenção contínua aos problemas do Douro e condenado todas as tentativas de destruição da Casa do Douro);

— ou, uma ou outra intervenção, previamente anunciada, das quais destaque pela sua qualidade e importância as proferidas pelo dr. Fernando Peixoto, membro do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense ou a do eng.º Jorge Dias, director da Spidouro.

No entanto, é necessário reflectir seriamente sobre que convenção ou congresso (até a palavra convenção pode não ter sido ingénua) a Região Demarcada do Douro espera e necessita!

Certamente que o Douro não precisa de uma convenção para que o Governo e os seus comissários políticos insinuem que pretendem fazer desta instituição uma mera correia de transmissão, do Governo rosa.. O Douro não precisa de uma convenção para

comícios mais ou menos institucionais, alegando que pretendem «discutir» os problemas duma importante região, procurando, sempre e sempre, a caça fácil e demagógica do voto.

Na minha modesta opinião, estou convencido de que o Douro, esta imponente região, precisa urgentemente de um congresso ou fórum onde possa haver espaço para a discussão dos verdadeiros problemas do Douro e onde os cerca de 30 mil produtores de vinho do Porto, através das suas organizações possam ter uma palavra a dizer. Foi precisamente o que não aconteceu nesta I Convenção.

A carga excessiva das intervenções académicas foi bastante notada. Eu atrevo-me a perguntar aos distintos e ilustres convidados a palestrar se não têm consciência, até pela sua experiência universitária, de que uma plateia depois de determinado tempo deixa de ter capacidade de atenção e audição para com a mensagem que lhe estão a transmitir. Se assim é, como foi possível em cada painel

haver em média 6 palestras pré-preparadas com um tempo médio de 30/40 minutos.

A responsabilidade deste critério foi em primeiro lugar dos organizadores, mas não deixa de ser também de quem aceita falar com um modelo deste tipo. Ou será que os primeiros queriam impedir que houvesse tempo para um verdadeiro debate, e os segundos não se importam de se ouvir a eles próprios, indepen-

V. Exas. não podem ter um bocadinho mais de paciência para ouvir os outros, o povo, os participantes destas iniciativas? Provavelmente, qualquer dia somos nós, as pessoas, que perdemos a paciência de vos ouvir!

De qualquer maneira, os aspectos mais negativos desta convenção prendem-se com dois factos:

1. Os principais problemas do Douro não estiveram em debate, refiro-me: à distribuição do benefício e ao cadastro; à vergonhosa venda dos «cartões de benefício» frente à Casa do Douro; ao problema das aguardentes (como é possível que um produto de alta qualidade e tão genuíno, nele seja incorporado um terço de produto (aguardente vinícola) exterior à região e ao País; ao aumento da produção e da comercialização (lei do terço); ao combate à falsificação do vinho do Porto nos mercados internacionais (América, Rússia, África do Sul, Espanha, etc.); a uma melhor e mais agressiva campanha de comercialização começando pelo mercado português; e, à questão maior, senão a questão central ou seja, a melhoria das condições de vida das populações do Douro (aquelas que sustentam e fornecem a mão-de-obra e os grandes lucros das casas exportadoras). Assim como, também, não foi feito um balanço mesmo que breve do que foi a execução do PDRITM, do PROZED e do PRODOURO. Ou da controversa legislação do tempo do ministro da Agricultura, de triste memória, de nome Basílio Horta.

2. As conclusões. O facto de o presidente da Casa do Douro ter lido, no final dos trabalhos, um documento a que chamou de conclusões e a mesa não o ter colocado à votação assume grande gravidade. Em democracia o respeito pelos outros é uma das regras mais elementares. Aliás, determinadas «forças políticas» afadigam-se em parecer muito democráticas, mas pelos vistos só quando lhes convém. Como participante que fui de pleno direito, nesta I Convenção da Agricultura Duriense, não posso calar a minha revolta e a minha indignação por este comportamento. Até posso estar de acordo com a maior parte das ditas conclusões. Relativamente a muitas delas é sabido que há muitos anos as defendo e por elas tenho lutado, mas não aceito em nenhuma circunstância a castração das regras democráticas. Os documentos, nomeadamente as conclusões, em iniciativas sérias, são sempre votados.

Finalmente e em resumo direi que, infelizmente, a Casa do Douro mudou de mãos, mas não parece estar em boas mãos. Esta situação exige que nos esforcemos para que eles não ponham as mãos em tudo.

A Região do Douro com uma população de cerca de 250 mil pessoas necessita de uma nova política de desenvolvimento. Política essa que acabe com a vergonha que é o facto de o vinho do Porto dar altos e escandalosos rendimentos às casas exportadoras, sediadas em Vila Nova de Gaia (na maioria multinacionais), e a região que o produz ter os mais baixos índices de desenvolvimento do País e da Europa.

Os durienses, sejam produtores sejam trabalhadores agrícolas, em conjunto com a restante população, terão de no futuro continuar a lutar pela afirmação da sua região e dos seus interesses, o mesmo é dizer pelo desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro.



dentemente de não estarem a ser ouvidos e tornarem-se mesmo chatos e cansativos?

As inúmeras organizações com responsáveis por nomeação governamental (CIRDD, IVP, IVV, etc.), pesam de tal maneira em todo o processo burocrático e na implementação de políticas que parecem prejudicar mais do que beneficiar o sector.

Outro aspecto altamente negativo prende-se com o papel dos membros do Governo nestas iniciativas. No primeiro dia esteve o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, mas só esteve até usar da palavra, depois «pirou-se». No segundo e último dia apareceu o secretário de Estado do Ambiente, mas só apareceu quase no final para usar da palavra. Este é um comportamento já habitual em muitas outras iniciativas para que são convidados os membros deste Governo. Sinceramente, pergunto será que

EM FOCO

Brasileiros desaprovam a política de Fernando Henrique



■ Miguel Urbano Rodrigues

O inverno mais frio dos últimos anos coincidiu com um agravamento da crise brasileira. Enquanto nevava em alguns estados do Sul, o povo expressava o seu descontentamento nas grandes megalópolis (onze cidades ultrapassam o milhão de habitantes) com amplitude crescente. O governo neoliberal de Fernando Henrique não consegue já ocultar uma impopularidade preocupante. Segundo uma sondagem promovida pelo Instituto Vox Populi, o índice de rejeição da política e da pessoa do presidente da República é actualmente de 65% (em Agosto era de 59%). Hoje apenas 12 por cento dos brasileiros apoiam o desempenho de FHC.

Comentando o resultado da sondagem, o jornalista Elio Gaspari, amigo pessoal de FHC, advertiu na sua coluna da «Folha de S. Paulo» (15.09.99): «Quando se dá a um presidente um índice desses deve-se entender que o país será governado por um rejeitado. Pode ser inevitável, mas é perigoso.»

Fernando Henrique, cada vez mais frágil e isolado, tem consciência da complexidade e gravidade da crise de âmbito nacional provocada pelo fracasso da sua estratégia

O desprestígio do presidente e a recusa da sua política ficaram transparentes no final de Agosto quando trabalhadores vindos de todos os Estados do país convergiram em Brasília na gigantesca Marcha dos 100 mil, encabeçada pelo Movimento dos Sem Terra e apoiada por todos os partidos de esquerda e pela Central Única de Trabalhadores - CUT.

Pela primeira vez soaram apelos à renúncia de FHC.

O descontentamento popular é tão amplo e intenso que muitos políticos da maioria começam a distanciar-se do governo.

Numa tentativa de recuperar a confiança perdida, e de neutralizar o impacto da Marcha dos Sem Terra, o Presidente tornou público, com enorme estrondo mediático, um plano trienal faraónico. As metas propostas foram recebidas com cepticismo generalizado não somente pela ambição como por muitas delas serem incompatíveis com a própria estratégia do Executivo. Entre outras fantasias, FHC anuncia a criação até ao ano 2003 de mais de oito milhões de empregos. O Governo compromete-se, também, a manter um crescimento anual do PIB da ordem dos 4%.

Um balanço sombrio

A «Folha de S. Paulo» — um jornal do sistema — sem hostilizar directamente FHC iluminou o lado ridículo do plano ao chamar a atenção para o péssimo balanço que a economia pode apresentar. Num editorial intitulado «A grande frustração», o matutino de Frias de Oliveira esboça um panorama assustador: «A renda per capita caiu, a carga de impostos subiu, a participação dos rendimentos do trabalho na renda do país declinou, o PIB encolheu(...) a indústria se retraiu(...) Em resumo, os brasileiros estão ficando mais pobres, mas não todos.»

A promessa de oito milhões de novos empregos fez rir e gerou também indignação num momento em que o desemprego continua a aumentar.

É neste contexto de recessão que FHC promete o céu para breve. Vale a pena informar que as autoridades monetárias sentiram há dias a necessidade de informar o país de que a anunciada previsão de um saldo de 10 mil milhões de dólares na balança comercial é inatingível face ao desempenho da economia. Agora admitem que, no máximo, esse saldo será de mil milhões. No final do ano, certamente, tentarão explicar um défice, já encarado como certeza...

Segundo o analista político Jânio de Freitas, «Todo o problema brasileiro actual (e futuro, por certo) sintetiza-se neste facto: Fernando Henrique Cardoso e o governo não tem o que dizer, com honestidade, sobre a situação crítica a que levaram o país.»

Briga de comadres

O novo e mirabolante plano, apesar do ruído publicitário, teria assim sido rapidamente esquecido, tal a sua falta de serie-

dade, se não houvesse provocado uma crise no próprio governo. Talvez estimulado pela meta de 4% de crescimento anual, o ministro do Desenvolvimento, Clovis Carvalho, aproveitou um seminário sobre «Desenvolvimento com Estabilidade», promovido pelo PSDB (o partido criado pelo próprio FHC) para dirigir duras críticas à actual política económica. Preconizando uma revisão estratégica apontada para o crescimento, Clovis Carvalho defendeu o risco «até ao limite da responsabilidade» e, numa alusão transparente ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, acrescentou: «o excesso de cautela, nesta altura, será o outro nome para covardia».

Acontece que Malan é o estratega da política neoliberal e o homem de confiança máxima do FMI, incumbido por este de zelar pelo cumprimento dos acordos impostos ao Brasil.

O escândalo adquiriu logo dimensão nacional. Clovis ainda

vo assustou Fernando Henrique. A tal ponto que aproveitou a cerimónia da posse do novo ministro do Desenvolvimento para fazer perante 500 políticos e empresários ali presentes uma autocrítica inédita. Pediu desculpa ao Congresso.

«Teremos a humildade quando necessário», afirmou, «de dizer errei. Porque não? Avancei de mais. Disse uma palavra mal posta».

Foi desastroso para a imagem do Presidente o efeito provocado pela repetição através dos canais da TV das palavras que preferira na antevéspera, quando, fustigando deputados e senadores, desabafara: «Cabe que se levem quatro ou cinco anos pedindo que se faça o óbvio?» Bem entendido, o óbvio para ele era a aprovação das suas «reformas» neoliberais.

Conforme a imprensa sublinhou, um presidente tem o direito de mudar de opinião relativamente a questões importantes. Mas é inadmissível que no espaço de 24 horas execute uma viragem de 180 graus. O Congresso, tratado como vilão, passou a colaborador responsável.



deu o dito por não dito, derramando elogios sobre Malan e a sua política. Mas foi forçado a pedir a demissão.

O presidente da República saiu mal da barreira. Inicialmente atribuiu pouca importância ao que definiu como divergências de pura retórica entre dois ministros. Quando percebeu o que estava em causa, adoptou um tom patético e livrou-se do ministro que ousara sugerir uma política de desafio ao FMI e a Washington.

Não se haviam ainda dissipado os ecos do choque que evidenciara a fragilidade do Executivo, FHC assumiu uma atitude que o tornou alvo de críticas generalizadas da sua própria gente.

Discursando num congresso de supermercados, atribuiu ao Poder Legislativo a responsabilidade principal pelo atraso na aprovação das chamadas «reformas estruturais», das quais dependeria o êxito da sua estratégia. Afirmou, concretamente, que «o país não aguenta mais a indecisão de quem tem medo de votar». Foi duro nas críticas, proferidas em tom autoritário, de admoestação frontal.

No próprio dia arrependeu-se das palavras proferidas e, em contactos telefónicos com os presidentes da Câmara e do Senado, tentou deitar água na fervura.

A autocrítica de FHC

Foi inútil o esforço. As respostas a FHC, sobretudo a do poderoso presidente do Senado, António Carlos Magalhães, foram demolidoras. O temor de um confronto com o Legislati-

«Só uma pessoa com esse dom especial (de desonestidade intelectual) poderia fazer aquele rosto grave» - transcrevo uma vez mais Jânio de Freitas - «desfechar um ataque público contra o Congresso e, logo depois, dizer por telefone ao presidente do Congresso e do Senado que não atacou o Senado nem o Congresso, logo atacou a Câmara; e ao presidente da Câmara, que não atacou o Congresso nem a Câmara, logo atacou o Senado. E, portanto, fez um ataque, mas não atacou nada nem ninguém». («Folha de S. Paulo», 15.09.99.)

Ao ouvir pela televisão a embrulhada «explicação» do presidente e a sua «humilde» autocrítica, veio-me à memória o espectáculo oferecido por Clinton quando apresentou desculpas ao povo norte-americano pelas suas leviandades sexuais. A falta de senso elementar da dignidade aproxima-os.

O episódio facilita a compreensão do desprestígio que do Amazonas ao Rio Grande do Sul envolve presentemente a pessoa do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O debate entre «monetaristas» e «desenvolvimentistas», ou seja entre os defensores dos Acordos com o FMI e os que, como o ex-ministro Clovis Carvalho, pedem ousadia e combatem o conceito de «estabilidade» de Malan, está apenas do início. A desavença das comadres no arraial do próprio governo de FHC traduz o fracasso do neoliberalismo.

Na realidade, como sublinha Clovis Rossi, também na «Folha», «O que está errado é o modelo político brasileiro, feito para perpetuar a desigualdade em benefício de uns poucos, aliás os mesmos que se revezam no poder até onde a memória alcança.» (15.09.99.)

■ Manoel de Lencastre

O martírio da Polónia

O bombardeamento aéreo das cidades polacas começou a 1 de Setembro de 1939, quando se realizavam, ainda, desesperadas conversações diplomáticas. Mas Hitler tinha pressa, como se verifica pelo conteúdo do seu discurso ao «Reichstag» de que, em separado, transcrevemos a parte que mais interessa. O «Führer», aliás, tivera bons mestres.

Fora Ludendorff quem ensinara: «É um erro julgar-se que a guerra deve começar por uma declaração formal. Feliz é o povo que sabe organizar-se para agir em primeiro lugar. A interdição de bombardear a população civil de Estados inimigos não passa de um generoso mas vão desejo. As exigências da guerra total, assim como o próprio instinto de conservação dos povos, deixarão para trás todos os desejos teóricos e terá lugar a realidade do momento.»

A miséria da Polónia estava escrita com mão firme na agenda nazi. Esquadrilhas de bombardeiros surgiram nos céus. Bombas sobre Bydgoszcz. Todo o distrito de Katowice foi atacado. Em Krakow, os primeiros 40 aviões surgiram às cinco da manhã. A rua Ogrodowa e a Warzawka (artéria central) foram destruídas. O centro da cidade de Lwow foi arrasado. Em Poznan as filas de corpos sem vida, alinhadas nas ruas, e, particularmente, no bairro Lazarski, punham a claro a tragédia das horas históricas que estavam a atravessar-se.



Refugiados polacos lançados à estrada pela invasão nazi

Warszawa (Varsóvia) foi a mártir entre as mártires polacas. O inferno transferiu-se para lá. Perplexos, os polacos assistiram ao prazer de matar gente inocente na ânsia de destruir aquilo a que se chamava «Die Festung Warschau» (A fortaleza de Varsóvia). Mas a fortaleza era toda a histórica capital da Polónia. A Krakowski-Przedmiescie (rua da região de Krakow), que se prolongava até à Nowy-Swiat passou a oferecer um inultrapassável espectáculo de ruínas. O Museu Etnográfico desapareceu. Arcadas foram mutiladas. A Praça do Castelo, no centro histórico de Varsóvia, era um monte de escombros. Nas apocalípticas noites de 25 e 26 de Setembro, as ruas Kopernik, Sewerynow, Swickotrzycka, a Krolenska, tinham praticamente deixado de existir. Os bairros operários foram alvos da ira mais feroz – Grochow, particularmente. Mas também as ruas Krolewska, Trebacka, o Hospital do Espírito Santo, a Ópera de Varsóvia, o palácio do Ministério das Finanças, as residências dos embaixadores dos Estados Unidos e da Suíça, tudo sofria a devastação imposta pelos nazis até que as forças de ocupação surgiram em toda a Polónia.

Conheceu-se, então, o inacreditável capítulo das evacuações e das deportações em massa que fizeram história dentro da própria História das guerras e dos martírios do povo polaco. A seguir aos crimes da «Luftwaffe», surgiram os da «Wehrmacht», os da «SS», da «Gestapo», da máquina infernal que os nazis tinham preparado para atormentar e submeter o mundo. A Polónia estava para conhecer um drama de proporções que, então, mal podiam antecipar-se. Seriam cinco anos de incalculáveis sofrimentos. A alma polaca gemeria atacada por um veneno desconhecido. Humilhada, profundamente ferida, conheceria o desespero. A todas as horas sentia a visita da morte.

Todos contra os comunistas

O que espantava era a impotência, a traição dos governos ocidentais que, tendo declarado a guerra à Alemanha hitleriana, assistiam, sem nada fazer, ao martírio e ao massacre dos polacos. Surpreendentemente, também, o governo dos grandes proprietários que estava em Varsóvia quando os nazis invadiram, tinham concentrado o seu potencial militar nas fronteiras com a URSS, construindo sistemas de fortificações para a guerra contra os comunistas. Viviam na ilusão de que o perigo para o seu país vinha do leste. Não organizou a defesa a ocidente senão com alguns regimentos de cavalaria. Londres e Paris tinham aconselhado aos polacos: «Não acreditem na ajuda dos soviéticos!» Juraram que defenderiam a Polónia. Mas deixaram-na só, vivendo uma sangrenta aventura com os nazis, conhecendo a solidão na derrota, a desolação na morte.

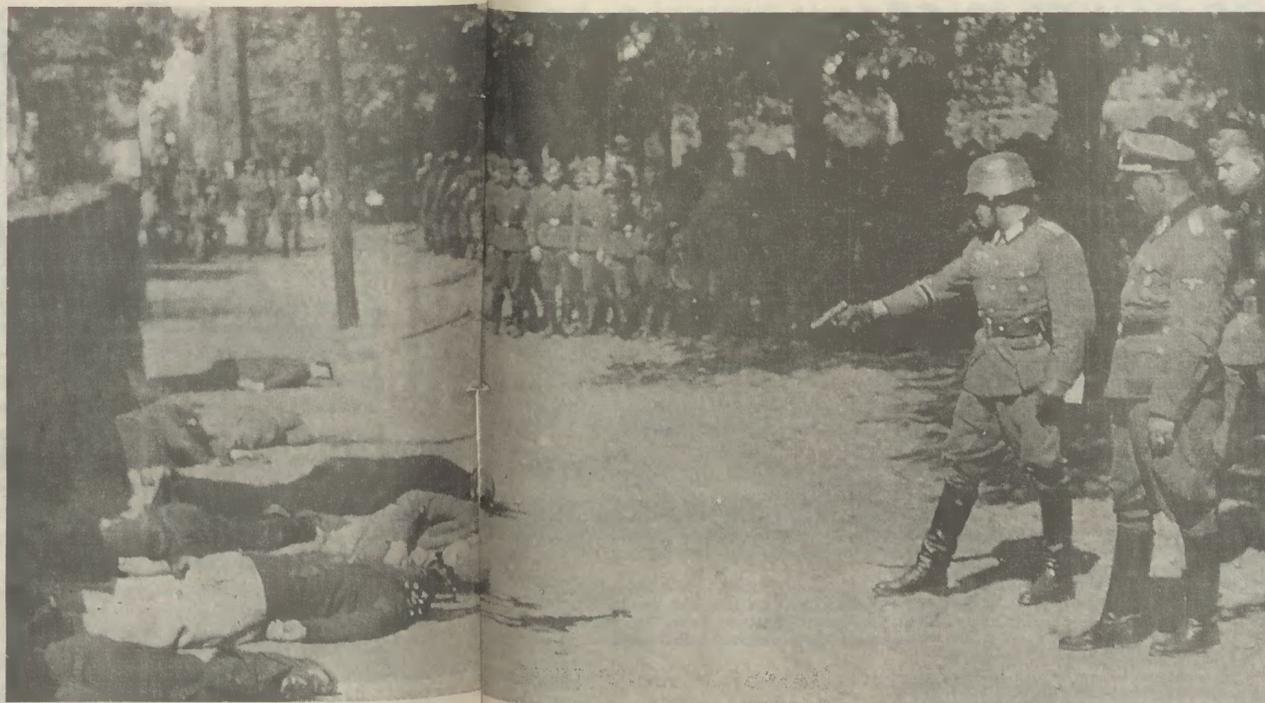
Entretanto, os povos do Ocidente, estupefactos, viam aquilo a que os seus governos cerravam os olhos. A 20 de Março de 1940, o governo francês de Daladier perdia o poder numa Assembleia Nacional de onde os deputados do PCF tinham sido excluídos. A nova equipa governamental, sem maioria, presidia Paul Reynaud, homem conhecido por escândalos de evasão fiscal. Mas o futuro do governo francês era cinzento. Conduziria a França ao «enterro» dentro de poucos meses. Uma das principais personalidades desse governo era o director-geral do Banco da Indochina, um notório hitleriano que aparecia como sub-secretário de estado à presidência

do Conselho, secretário-geral do gabinete de guerra e do Comité Nacional de Guerra.

Isto, enquanto a CGT era desmantelada e se desenrolava no Tribunal Militar o processo contra os deputados comunistas. Todos os partidos da Assembleia Nacional, incluindo o PS, acusavam o PCF de obedecer às ordens de uma potência estrangeira. A atmosfera de anticomunismo e anti-sovietismo, quando os nazis já estavam a preparar a invasão que faria da França uma colónia, era inacreditável. Homens como Thorez, Duclos, Cachin, Frachon, passavam à clandestinidade. Muitos deputados do PCF tinham sido presos. O destino da França seria o da Polónia. A 27 de Março, «L'Humanité» clandestino, escrevia: «Por sermos comunistas, somos perseguidos e presos. Mas ninguém fará quebrar a nossa consciência, a nossa certeza de que o comunismo será, um dia, a organização do mundo.»

Que tristeza, ver naqueles dias tão sombrios serem os comunistas, que amavam a sua Pátria, considerados traidores, enquanto a quinta coluna hitleriana, Laval, Déat, Doriot, e muitos mais, prosseguia impune e livremente, as suas actividades anti-nacionais!

A 10 de Maio, Sir Winston Churchill assumia a chefia do governo britânico. De «sangue, suor e lágrimas», segundo disse, seriam os próximos anos. Mas, lentamente, a consciência dos homens livres da Europa consolidava-se na convicção de que o perigo nazi era, em 1940, uma das mais áspers e revoltantes páginas da História dos povos ocidentais. Para derrotá-lo, havia um só caminho – o que levava ao campo da luta, da luta até à morte para que o amanhã anunciado pelos comunistas pudesse, enfim, conhecer a luz do dia!



Capitalismo, nazismo e anti-sovietismo

Quando as principais potências da época, a Grã-Bretanha e a França, declararam a guerra à Alemanha nazi, o mundo ficou à espera de vê-las fazer alguma coisa para salvar a Polónia. Em vez disso, o país de Copérnico (1473-1543) foi metódica e monotona destruído e desmantelado ante a passividade criminosa daquelas duas potências. Aliás, ambas se encontram ligadas a toda uma história sem limites, de abandonos e traições a países amigos – veja-se como proporcionaram, impávida e serenamente, a vitória das feras franquistas em Espanha. Foi o apaziguamento dos nazis e uma indesmentível admiração pelos métodos e pela força destes que levaram os britânicos e franceses à situação angustiada em que se encontraram em Maio de 1940.

A quem a verdade nua e crua dos incendiários acontecimentos que estavam a desenrolar-se, não escapava, era à URSS e aos seus povos. A criminosa natureza do monstro hitleriano que o capitalismo inventara e permitira desenvolver-se até deixar de poder controlá-lo, já tinha sido claramente exposta. Os países capitalistas, porém, calavam-se. Mas, tal como o resto do mundo, nada tinham visto, ainda. Com efeito, o racismo odioso dos nazis começou a ser denunciado quando a Rádio Moscovo, em Setembro de 1941, anunciou a bárbara exterminação de 33 771 judeus em Babi Yar, pelos «Einsatzgruppen». Em Londres, o «Foreign Office» classificaria esta alarmante revelação como «produto da imaginação eslava» e concluiria que «Babi Yar provava, uma vez mais, serem os judeus pessoas inclinadas a exagerar o efeito das perseguições que sofrem».

Políticos do capitalismo não são democratas

Os povos do Ocidente eram deliberadamente mantidos na ignorância do que estava a passar-se. Mais tarde, os apologistas do capitalismo diriam não existir explicação possível para a dançosa situação descoberta em Auschwitz pelo Exército Vermelho. Contudo, quando a guerra terminou, muitos criminosos nazis puderam escapar à justiça dos povos porque os interesses do imperialismo lhes facilitou a fuga. Outros, milhares deles, continuaram em posições de influência e poder. O banqueiro Herman Abs que realizou lucros colossais à custa do trabalho escravo abundantemente empregue na sua firma «Auschwitz IG Farben» foi encarregado da reorganização do sistema bancário pelas próprias autoridades britânicas de ocupação. Acabou por tornar-se na principal personalidade do «Deutsche Bank» e fez dele aquilo que é hoje (adquiriu o Bankers Trust, ainda há poucos meses um dos maiores Bancos do mundo).

Ao contrário, o capitalismo e os seus serventários nunca deixaram de ignorar a sorte dos 4 milhões de prisioneiros de guerra soviéticos que pereceram em regime de catividade e à fome nos

Discurso de Hitler

no «Reichstag», em 1 de Setembro

«Sou o único homem no mundo capaz de apresentar propostas de paz viáveis aos polacos sobre a questão de Danzig. Nada existe de mais leal e modesto do que as minhas propostas. Mas os polacos responderam-me com actos de terrorismo e mobilização de tropas. A Polónia lançou-se na luta por Danzig. Não cumpriu os seus compromissos para com as minorias étnicas dos seus territórios. Ora, quem poderia dizer-me que os 100 000 franceses que vivem no Sarre são oprimidos por nós? Fiz saber ao embaixador da Polónia que se o seu país tomasse novas medidas contra os alemães ou tentasse destruir Danzig pela aplicação de medidas de controlo alfandegário, a Alemanha não ficaria sem agir.



Senhores deputados! Se o «Reich» alemão e os seus chefes tolerassem tais novas medidas, eu, Adolf Hitler, abandonaria a vida política. O meu amor à paz, a minha magnanimidade, não podem ser

tomados por cobardia. Decidi resolver as questões de Danzig e do respectivo corredor. Estou resolvido a lutar até que a Polónia aceite as nossas condições. Evidentemente, não quero dirigir esta luta contra as mulheres e as crianças polacas. Dei ordem aos meus exércitos do ar para que evitem atacar objectivos não-militares. Mas, se o nosso adversário empregar outros métodos, responderemos de maneira a eliminar-lhe a vontade de continuar!»



«Não quero fazer a guerra às mulheres e às crianças», garantia Hitler. Era o anúncio do genocídio

campos de concentração da Alemanha nazi. Se os imperialistas foram capazes de fechar os olhos a tão monstruoso como repugnante crime, porque choram, constantemente, tantas lágrimas de crocodilo pelas vítimas do Holocausto? Obviamente, se tivessem interesse em impedir esse espantoso e bárbaro feito da imaginação alucinante dos nazis e da sua criminosa natureza, podiam muito bem tê-lo conseguido mobilizando forças que permitissem a abertura imediata de uma segunda frente de operações contra a Alemanha hitleriana logo que esta invadiu a URSS, a 22 de Junho de 1941. Mas a política suprema dos dirigentes das nações capitalistas que tão impudicamente se autodesignam como democratas e aos seus países como democracias ocidentais industrializadas era só uma – agitar a Alemanha contra a URSS e conseguir a destruição simultânea de ambas.

Desígnios maquiavélicos

O Exército Vermelho, entretanto, seria a força decisiva que acabaria por destruir a máquina de guerra nazi, tal como colocaria o Japão na posição de vencido quando a guerra no Pacífico chegou ao fim. O criminoso lançamento de bombas atómicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, ordenado pelo presidente americano, Harry Truman, teve objectivos mais dilatados do que o simples aniquilamento dos nipónicos. Estes, como se sabe, já estavam completamente derrotados. Quem tinha libertado a Manchúria e a Coreia?

Já em 1941, o mesmo Truman, então um simples senador, tinha advogado, publicamente, o aniquilamento mútuo da URSS e da Alemanha. Logo que chegou à presidência, por morte de Roosevelt, pôs de parte imediatamente a política democrática e de entendimento entre os povos que este preconizara. Ordenou os preparativos adequados para a realização de um ataque nuclear a toda a URSS com o objectivo de liquidá-la. Curiosamente, também Churchill pensava na utilização da arma atómica contra o país dos soviéticos. Segundo o marechal Alanbrooke, chefe do Estado Maior das Forças Armadas britânicas em 1945: «Sir Winston sonhava com o poder mundial baseado na ameaça das bombas atómicas. Via-se já capaz de eliminar todos os grandes centros industriais da URSS e na posse de meios necessários para ditar ordens a Stalin.»

Fora em Outubro de 1942 que o primeiro-ministro britânico, apercebendo-se de que o Exército Vermelho destruiria Hitler, começara a planear, secretamente, um ataque total dos ocidentais à URSS.

«Mesmo antes da guerra terminara», ele próprio confessou, «telegrafei a Montgomery dando-lhe instruções para manter «stocks» dos armamentos capturados aos nazis com vista a que estes pudessem trabalhar em conjunto conosco se o avanço do Exército Vermelho prosseguisse.»

Sem dúvida, os próprios «leaders» trabalhistas, Clement Attlee e Ernest Bevin manifestaram-se de acordo com as hipóteses de Sir Winston. Era Roosevelt quem propunha que a melhor de todas as políticas seria a de amizade entre os países ocidentais e a URSS. Os monopolistas americanos, porém, forçaram a colocação de Harry Truman, um fanático do anti-sovietismo, no lugar de vice-presidente em vez de Henry Wallace que era tido como progressista. Mas quem jamais sugerira que a URSS faria avançar as suas tropas para além de Berlim? A grande vitória estava conquistada. Nenhum comunista queria ver mais sangue a correr. O que interessava, depois da chegada a Berlim, era a paz e a reconstrução. Mas Sir Winston Churchill possuía uma fértil imaginação. Queria organizar uma cruzada dos países capitalistas contra o socialismo em marcha

Palavras de Stalin

no acto de posse de Jukov como Comandante do Distrito Militar Especial de Kiev (Maio de 1940)

«O governo francês chefiado por Edouard Daladier e o gabinete britânico do primeiro-ministro Neville Chamberlain nunca tiveram a mínima intenção de verem-se envolvidos numa guerra contra Hitler. Continuam a viver na esperança de poderem persuadir os nazis a lançarem-se contra a URSS. Recusaram sempre formar conosco um bloco anti-Hitler porque não queriam impedir o chefe nazi de continuar os seus preparativos para a guerra contra nós. Terão de pagar um preço muito elevado por essa política de tão curtas vistas.»

PONTOS

NATURAIS

■ Mário Castrim

Actualidade

Ei-los!

Os charlatães
voltaram à rua

Rufam tambores
acendem tochas
vomitam flores
de plástico.

Mascaram os uivos
de cantos
as danças escondem
os sabres.

Cândidos olhos
no céu lá onde
cometas de sangue
navegam.

Realidade

Eles vão-te dizer:
«Nós queremos
apenas
o teu bem.
Pensamos nele muito
e mais pensávamos
se
não tivéssemos mais
em que pensar.»

Rufam tambores
enquanto
palitam os dentes.

Para que serve um voto

Há uns senhores
professores
e doutores
que nestas alturas
aparecem sempre.
Assim:

– «Nós é que somos
a esquerda.
Dá-nos o teu voto.
Pode ser que esse voto
enfim
no campo das hipóteses
pode ser que esse voto
não sirva para grande coisa
mas
sempre dá currículo
saber-se que és da esquerda
com o proveito
de se saber
que és da esquerda
mas não comunista
o que em termos de emprego
e de promoções
não é despendendo.

Vota pois em nós
e não percas
qualquer oportunidade
de o dizer publicamente.»

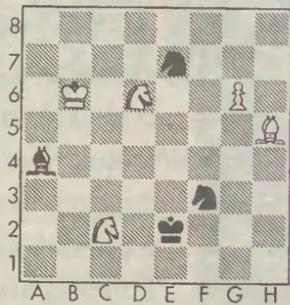
Conclusão

Este é a hora
do recreio
para brincar
à política.

Meninos jogam
ao eixo-ribaldeixo
de bibe
e sem deologia.

Depois do dia dez
cá está
o PCP
para segurar o barco.

XADREZ

DCCXXIV - 30 DE SETEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X35Por: Mark Savielievitch Liburkine
«Chakhmaty v SSSR» - 1933Pr.: [4]: Cs. e7, f3 - B4 - R62
Br.: [5]: Pg6 - Cs. c2, d6 - Bh5 - Rb6

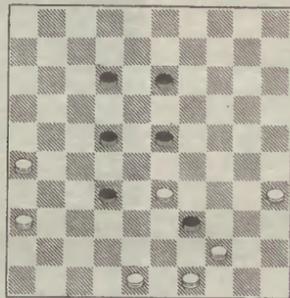
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999X35 [M. S. L.]

1. Cd4+, 2. Cf3, C:g6; 3. Cc4+, 4. B:g6, R:f3; 5. Ra5 e g. l. ..., Rf2; 2. Cf3, C:g6; 3. Cc4+, R63; 4. B:g6, R:f3; 5. Cc5 e g.

A. de M. M.

DAMAS

DCCXXIV - 30 DE SETEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D35Por: M. J. Kuipers [NL]
«De Gelderse Dammer»,
n.º 151, VII, 1938Pr.: [6]: 12-13-22-23-32-39
Br.: [7]: 26-33-35-36-44-48-49

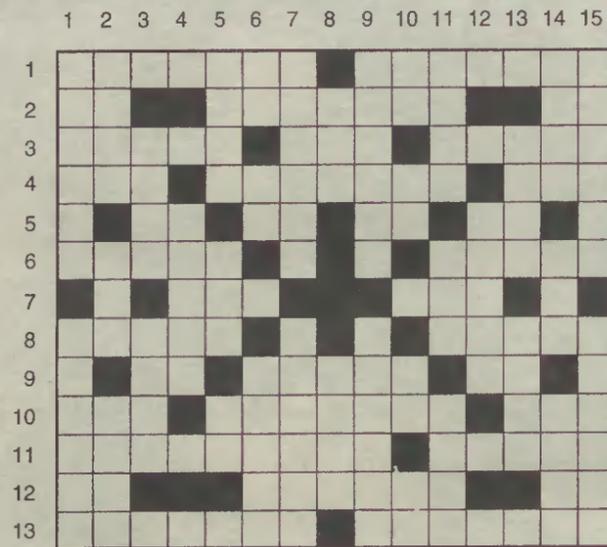
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999D32 [M. J. K.]

1. 33-28, (22x33)*; 2. 3631, (39-50=D); 3. 49-44, (50x39); 4. 35-30, (39x25); 5. 31-27, (32x21); 6. 26x39, (25x43); 7. 48x39+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Enfeitar-se; cadeira magistral. 2 - Avenida (abrev.); severidade (fig.); comparecer. 3 - Vasilha de aduelas com a forma de uma pipa serrada pelo meio (pl.); condimento; interrupção temporária. 4 - Época; reúne em casal; ribeira portuguesa. 5 - Tântalo (s.q.); prefixo que designa direcção, movimento, junção, fim; compaixão; batata. 6 - Ocasão imprevista; acarinham. 7 - Unidade de trabalho em todas as suas formas; unidade de pressão no sistema C.G.S. correspondente à pressão de um dine por centímetro quadrado. 8 - Haste de plantas; antiga medida de secos, correspondente do alqueire (pl.). 9 - Espécie de escumilha; estimara muito; sim (ant.). 9 - Profundo; dedicação; também não. 11 - Porções; fluido aeriforme; porção de fios dobrados. 12 - Suf. de agente; enrubescer, também (arc.). 13 - Substância leve e esponjosa que se encontra no interior de certas árvores, especialmente do sabugueiro (pl.); alíquia para mau fim.

VERTICAIS: 1 - Espécie de clava, guarnecida de puas ou pregos; prostrados. 2 - Fazer concordar; rema para trás; atraso. 3 - Camada gordurosa do leite; gritos (bras.). 4 - Crustáceo asélico de água doce. 5 - Apelido; discurso; carta de jogar. 6 - Modo (fig.); Cálcio (s.q.); antemeridiano (abrev.); Cobalto (s.q.). 7 - Gargalhada; companheiros. 8 - Animação (fig.); má sorte. 9 - Passagem larga entre montes; carvão ou lenha escandescentes exprime a ideia de filiação; Ruténio (s.1.). 11 - Utensílio de cozinha; grande extensão de água salgada; preposição. 12 - Retalho de pano, papel, etc., mais comprido do que largo (pl.). 13 - Trajam; destino. 14 - Escárnio; parte inferior ou pendente de certas peças de vestuário; paraíso terrenal no qual, segundo o Génesis, viveram Adão e Eva. 15 - Lavraram; fruto seco indeiscente e provido de uma ou mais expansões membranosas ou asas.

SOLUÇÃO:

HORIZONTAIS: 1 - Catitar; cátedra. 2 - Av.; rigor; ir. 3 - Tinas; sal; pausa. 4 - Era; acasala; Sor. 5 - Ta; ad; dó; tá. 6 - Acaso; mimam. 7 - Erg; bar. 8 - Caule; rasas. 9 - Ló; amara; si. 10 - Imo; amizade; nem. 11 - Doses; gás; meada. 12 - Or; corar; er. 13 - Sabugos; suborna.

VERTICAIS: 1 - Cateia; caídos. 2 - Avir; cia; mora. 3 - Nata; ulos. 4 - Aselo. 5 - Sá; ore; às. 6 - Ar; Ca; a.m.; Co. 7 - Risada; amigos. 8 - Gás; azar. 9 - Colada; brasas. 10 - Ar; ló; ad; Ru. 11 - Pá; Mar; em. 12 - Tiras. 13 - Usam; sina. 14 - Riso; aba; Éden. 15 - Araram; sâmara.

Legislativas 99

Mais CDU



Tempos de antena da CDU

Hoje:
SIC (19.09)
e TVI (19.12)

Sexta-feira:
SIC (19.06)
e RTP2 (19.27)

Sábado:
SIC (19.09), RTP1
(19.25) e TVI
(19.27)

Domingo:
RTP1 (19.18),
TVI (19.24), SIC
(19.27)
e RTP2 (19.39)

Segunda-feira:
SIC (19.12),
RTP2 (19.36)
e RTP1 (21.45)

Terça-feira:
TVI (19.06)

Quarta-feira:
RTP1 (19.03)
e RTP2 (19.18)

AGENDA

LEGISLATIVAS 99

AÇORES

Hoje - Visita dos candidatos e de Decq Mota à Ilha do Corvo
Sexta-feira, 1
Contactos com as populações em Sta. Cruz das Flores, Ribeira Grande e Ponte da Garça
Sábado e Domingo - Visita de Mário Abrantes às freguesias de Ponta Delgada e de João Costa à Graciosa
Segunda-feira, 4
Visita de Decq Mota e José Leitão à Ilha de S. Jorge e de João Costa e Paulo Valadão à CM de Praia da Vitória; de Mário Abrantes e Cláudio Medeiros à U.S. de S. Miguel e Sta. Maria. Jantar de apoio à candidatura na Horta
Terça-feira, 5
Visita de Mário Abrantes ao porto de pesca de Ponta Delgada.
Visita de Mário Abrantes à Universidade (Polo da Terceira, e à Seg. Social de Angra do Heroísmo. Contacto com as populações em Angra do Heroísmo

AVEIRO

Hoje - Porta-a-porta em Esmoriz (Ovar), às 18h, seguido de caldeirada com pescadores. Visita de candidatos ao Mercado de Murto (09h)
Sábado, 2
Aveiro - Distribuição de propaganda nas freguesias de Vera Cruz (9h) e Cacia (15h). Contactos com a população no mercado de Águeda e na Costa Nova, onde há caldeirada com pescadores às 13h. Feira - Porta-a-porta com candidatos em Fiães (Feira), Oliveira do Bairro, Mercado de Oliveira de Azemeis, Feira de Arrifana (Feira). Espinho - Sessão-comício na praia com os candidatos Cândido Mota, Fausto Neves, Lígia Loureiro (16h)
Domingo, 3
Porta-a-porta de candidatos em Silvalde, S. Paio de Oleiros, Pampilhosa. Almoço em S. Paio de Oleiros (Rest. Telheiro) com Manuela Silva e Ricardo Cardosos. Convívio na Mealhada (Largo da Farmácia), às 16h. Sessão de esclarecimento em Oliveira do Bairro (Salão das Obras Sociais, 21h)

BEJA

Hoje - Aljustrel - Sessão para Reformados no Sind. Mineiro com Rodeia Machado, 15h30. Beja - Sessões para Reformados em Penedo Gordo, 16h00 e em Sta. Vitória, 17h, com Susana Correia. Debate público às 21h30 em Beja (Rádio Voz da Planície) com Rodeia Machado. Serpa - Porta a porta em Vila Nova de S. Bento. Mértola - Porta-a-porta em S. João dos Caldeireiros, 16h, e sessão de esclarecimento em Penilhos, 19h, com Paulo Neto. Vidigueira - Sessão para Reformados em Pedrógão, 16h30, com José Soeiro. Odemira - Porta a porta em Sabóias, Pereiras Gare e Sta. Clara a Velha
Sexta-feira, 1
Visita de Carlos Carvalhas ao distrito
Sábado, 2
Ourique - Sessões para Reformados em Santana da Serra, Junta de Freguesia, 15h30, e em Grandãos, 17h, Esc. Primária. Beja - Porta-a-porta em Quintos, em Salvada (mini-comício às 17h) e Cabeça Gorda (mini-comício às 18h30), com José Soeiro. Alvíto e Cuba: porta-a-porta às 15h, em Aljustrel a partir das 9h. Porta a porta em Santa Clara (Almodovar), Brinches, Mértola, Vidigueira, Odemira, Barrancos. Moura - Apresentação dos candidatos às 17h na Amareleja
Domingo, 3
Porta a porta em Ferreira do Alentejo e Almodovar. Caravanas em Beja e em Mértola, Odemira. Ourique - Sessões para Reformados em Conceição (15h30) e Panóias (17h), com José Soeiro. Castro Verde - Porta a porta e sessão de apresentação dos candidatos, 18h, com Rodeia Machado, Susana Correia, Ana Rita

Litoral Alentejano

Hoje: Em Sines, visitas de candidatos à EDP, Compelmalda, Metalsines, Porto de Pesca, Borealis e porta a porta nos Bairros dos Pescadores e da Cooperativa
Sexta-feira, 1
Sessões de esclarecimento em Roncão (20h30), Carvalhal (21h) e contactos com a população em Sines, Santo André, Santiago do Cacém.
Sábado, 2
Almoço em Melides, sessão de esclarecimento em Cercal (20h30), distribuição de propaganda em Sines, Santiago, Sto. André
Domingo, 3
Sessão e almoço em Ermidas com Odete Santos, almoço em Sines com Octávio Teixeira, que visita a Feira de Alcácer às 18h, sessão de esclarecimento no Arealão (20h)
Segunda-feira, 4
Sessões de esclarecimento em Vale d'Água e em Aldeia do Futuro (às 20h30)
Terça-feira, 5
Sessão de esclarecimento em Relvas Verdes e em Aldeia dos Chãos e porta-a-porta em bairros e lugares de Grândola e Alcácer

BRAGA

Hoje - Visitas de candidatos (com Agostinho Lopes) à Feira de Vizela e empresas deste concelho e à Feira de Póvoa de Lanhoso (9h). Barcelos: acção de propaganda (18h) e Comício (Av. da Liberdade) às 21h, com Agostinho Lopes. Braga - Contactos nas freguesias de Lomar e Bairro do Fujaçal
Sexta-feira, 1
Comício em Vila Nova de Famalicão (parque da Juventude) às 21h. Visita de candidatos à Feira e empresas de Guimarães e a Bairros Sociais de Braga
Sábado, 2
Contactos com a população na Feira de Pico de Regalados de Vila Verde, no Mercado de Braga, ruas centrais de Fafe (de manhã) e na freguesia de Barcelinhos (à tarde). Almoço de candidatos em Fafe; Comício em Fafe (Pç. 25 de Abril) às 15h. Sessões públicas em Oliveira de S. Mateus (Famalicão) às 16h e em Moure (Barcelos) às 21h
Domingo, 3
Caravana automóvel pelos concelhos do Vale do Ave e contactos na freguesia de Ferreiros (de manhã); visita de candidatos às freguesias do norte do conc. de Vila Verde. Comício em Vizela (Jardim Público) às 17h, com Agostinho Lopes
Segunda-feira, 4
Contactos com os trabalhadores de empresas de Braga e de Famalicão (Mabor); visita de Agostinho Lopes à Feira de Vieira do Minho; contactos com a população de Maximinos (Braga)
Terça-feira, 5
Comício em Pevidém com Carlos Carvalhas (21h30)

AGENDA

LEGISLATIVAS 99

Quarta-feira, 6

Agostinho Lopes em empresas e Feira de **Famalicão** (9h), outros candidatos em Amares

CASTELO BRANCO

Sexta-feira, 1

Encontro com Reformados na **Covilhã** (15h30) e com a juventude em **Castelo Branco** (22h). Convívio em **Canhoso** (19h). **Juventude CDU**: autocarro da juventude com animação em Belmonte, Covilhã, Fundão e Castelo Branco; **Encontro da Juventude** em Castelo Branco: música, animação, intervenções

Sábado, 2

Convívios em **Canhoso** (19h), contactos com a população de **Vila do Carvalho** (17h)

Domingo, 3

Contactos com a população em **Casal da Serra** e **Boidobra** (17h), de **Vila de Rei** (9h) e **Alcaide** (16)

Segunda-feira, 4

Sessão de esclarecimento em **Louriçal do Campo** (21h30)

Terça-feira, 5

Almoço na **Barroca Grande** e contactos com a população em **Penamacor** (9h), **S. Jorge da Beira** (16h30), **Casegas** e **Erada** (18h)

ÉVORA

Juventude CDU - Iniciativas várias, que incluem passeio pedestre no dia 3, discoteca no dia 1 em Borba, café-concerto e jantar dia 4 na colectividade Joaquim António de Aguiar

GUARDA

Encontro da Juventude CDU, com uma conversa com **Ruben de Carvalho** sobre o papel da música na sociedade - Sábado, 2, às 22h

LISBOA

Hoje

A partir das 9.00, caravana com **Luís Sá** no concelho de **Cascais**: Feira de Carcavelos, Prisão de Tires, bairro da Cruz Vermelha e bairro social de Alcoitão, Vitrohm, **baixa** de Cascais e Ferreira & Carvalho.

14.30, CT **Vitória**, reunião de bancários reformados.

13.00, na **Voz do Operário**, sessão de esclarecimento, com Manuela Prates.

15.00, reunião com delegados e dirigentes sindicais, na delegação sindical de Mem Martins. Sessões com reformados, nos centros de dia de Prior Velho, Apeiação, Bobadela, Santa Iria de Azóia, Rio de Mouro e Algés.

18.00, debate sobre o **futuro das alfândegas** e a dignificação da instituição aduaneira, na Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa, com Alexandrino Saldanha e Ana Avoila.

18.30, convívio de trabalhadores do **sector público**, no CT **Vitória**, com **José Casanova** e Fernando Ambrosio

21.00, encontro com personalidades de **Cascais**, no Hotel Cidadela, com **Luís Sá** e Carlos Rabaçal. Sessão-debate na Junta de Freguesia da Castanheira (V. F. Xira), com António Andrez.

Acções de propaganda em Odivelas (com Silva Santos), Alformelos, Malveira, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Ameixoeira, nas empresas Madis, Salvasser, Auchan, Artena, Sonalur, Soplacas, UNOR, zona industrial de Frielas, C. Santos, Kodak, Sogopol, Ampal, Anodil, Diversey, Cebi, empresas e serviços de Alvalade, Hospital da Cruz Vermelha, Carris.

Sexta-feira, 1

A partir das 9.00, caravana em **Torres Vedras**. 19.30, jantar concelho no Hotel Império.

15.00, sessões com reformados, nos centros de dia de Camarate, Santo António dos Cavaleiros e Loures.

20.00, jantar-convívio do sector de **empresas e serviços**, no CT **Vitória**, com Arménio Carlos.

21.00, festa-convívio na **Academia de Santo Amaro**, com «Erva de Cheiro» e intervenção de Libério Domingues. Festa popular da CDU em **Loures**. Sessão de esclarecimento na JF da **Penha de França**, com Rita Magrinho.

21.30, sessões de esclarecimento na Associação Desportiva e Cultura de **Carenque** (com António Filipe e António Tremoço), na Casa do Povo de **Vialonga** e na **Azambuja** (com Jerónimo de Sousa).

22.00, **noites de fado** no «Vai Tu» (Elevador da Bica), com intervenção de Rodolfo Caseiro; em Loures, organização da célula da CML/SMAS; no centro de dia do Olival Basto, com intervenção de Silva Santos.

Acções de propaganda em S. Brás, Triana, Carvoeira, Arroios, S. Domingos de Benfica, Santa Iria de Azóia, Odivelas (com Silva Santos), Oeiras, nas empresas Seldex, Novembal, Instituto Superior de Qualidade, CR Alcoitão, Panisol, Sodashoes, Suma, Tropicamar, Impala, Melka/Baixo, Moore, Santos & Ferreira, Colgate, empresas de Mafra, Confeitaria da Ajuda, OGFE, Robbialac (Conde Redondo), Estação de Santa Apolónia.

Sábado, 2

A partir das 9.00, caravana em Oeiras.

13.00, almoços no CT do PCP em **Caneças** (com Silva Santos) e nos **Bombeiros de Algueirão** (com Bernardino Soares e Paula Borges).

15.30, plenário das freguesias de São José e Coração de Jesus, com Carlos Grilo.

16.00, festas CDU junto ao centro de reformados da Damaia e na Venda Nova.

18.00, concerto **rock**, no Jardim do Palácio Anjos, em **Algés**. Intervenção de **Luís Sá**.

19.30, jantar-convívio no CT **Vitória**, com intervenção de António Filipe sobre **imigração e minorias étnicas**.

20.00, jantares em **Alenquer**, com **Luís Sá**, e em **Mafra**, com **António Andrez**. Noites de fado no CT da **Brandoa** e no GD Cova da Moura (**Prazeres**).

21.30, sessão sobre equipamentos de saúde e segurança, em Loures. Festa de **Drum n' Bass**, na Caixa Económica Operária da **Graça**.

Acções de propaganda em Benfica, Carnide, Charneca, Nossa Senhora de Fátima, Lumiar, Marvila, São Domingos de Benfica, Alvalade, Carcavelos, São Domingos de Rana, Triana, Carregado, Azambuja, Odivelas, Olival Basto, Pontinha (com Silva Santos), Ramada (com Ana Paula Assunção), Loures, Camarate (com **Jerónimo de Sousa**), Maceira (com **António Andrez**), zona industrial de Alverca

Domingo, 3

13.00, almoços-convívio no «Sousa» (Mercês), com **Jerónimo de Sousa**; no restaurante do Estoril Praia, com Bernardino Soares e Carlos Rabaçal; no Chiquinho Cruzense (Ajuda), com Alexandrino Saldanha; em Alverca e no Sobralinho.

18.00, café-concerto da juventude, no Olival Basto, com Bernardino Soares.

Acções de propaganda em Alcáideche (na AR Juventude Cabrescalense, com **José Casanova** e Carlos Rabaçal), São Domingos de Rana, Torres Vedras, Brandoa, Lumiar, São Domingos de Benfica, Galinheiras, Feira do Relógio, Parque das Nações, Loures, Santa Iria de Azóia (com **António Andrez**), Pontinha, São João das Lampas,

Segunda-feira, 4

22.00, noite de fado no Largo do Chafariz de Dentro (Alfama), com intervenção de Morais e Castro.

Acções de propaganda em Santo Estêvão (Alenquer), Mina, Arroios, Loures, Algés, Barcarena e Tercena, Sintra, empresas de Alenquer, Oeiras, Amadora e Azambuja, Euronadel, Teklek, Lusálite, Adreta, Lusiteca, Thyssen, Vanleer, Solvay, Stagecoach, Vimca, Porto de Lisboa, Entrepósito e C. Santos, Fábrica Barros, Bruno Janz.

Terça-feira, 5

15.00, festa-convívio no coreto de **Queijas**. 16.00, convívio na JF da **Buraca**. 21.00, debate com **Luís Sá**, na UDCA, em **A-dos-Loucos**, São João dos Montes.

Acções de propaganda na **Venteira**, Amadora, Carcavelos, Cascais, São Domingos de Rana, Alenquer, Carnide, Arroios, Marvila, Praça do Chile (teatro e música), Beato, Loures, Sto. Antão do Tojal, Odivelas, Porto Salvo.

Quarta-feira, 6

21.00, sessão na Casa da Cultura de **Moscavide**, com **Luís Sá**; debate sobre **desporto**, na JF de **Santo Condestável**, com Carlos Rabaçal.

Acções de propaganda em Loures (caravana com **Luís Sá**), Sacavém, Sobralinho, Carnaxide, Carcavelos, Damaia, Venda Nova, zona centro de Lisboa (com Rita Magrinho), em empresas de Alenquer, Azambuja, Amadora, Cascais, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Praça de Alvalade.

PORTO

Sexta-feira, 1

“Acesso à Internet - Uma proposta para a sua democratização” - iniciativa com a participação de **João Amaral**, às 12h. Sessão com Pimenta Dias (J.F.Boelhe, 21h)

Sábado, 2

Jornada de propaganda em **Vila do Conde**, com **João Amaral**, **Honório Novo** e **Romeu Cunha Reis**: arruada e contactos com a população de **Caxinas** (10h), almoço com pescadores às 12h30). **Sobreira** (Paredes): **manhã desportiva e almoço com ferroviários**. Convívio com **metalúrgicos**: Junta do Benfim, 15h. **Debate sobre toxicod dependência** em **Gaia** com **João Amaral** e outros candidatos: 16h, **Vila d'Este**. **Jantar de apoiantes da CDU** em **Pedrouços** (Maia), com **J. Amaral**, **Serafim Nunes**, **A. Neto**: 20h, Rest. Samuel. **Concerto Jovem** em **Sto. Tirso**: 22h, Jardim D. Maria

Domingo, 3

Caravanas no Grande Porto (durante a manhã). **Festa/pic-nic em Campo/Valongo**, com **João Amaral**: a partir das 13h. **Juventude CDU em Gaia** (Freixo, Largo Sandeman): **Cicloturismo** (Marginal do Douro), Declaração sobre o Ambiente. **Festa-convívio em Santo Isidro** (Marco de Canavezes), com **João Amaral** e espectáculo com **Manuel Freire**: às 16h

Segunda-feira, 4

Festa CDU dedicada aos **trabalhadores têxteis** em **Vilarinho** (Sto. Tirso), com **João Amaral** e outros candidatos: 21h30

SANTARÉM

Domingo, 3

Almoço com candidatos e apoiantes na **Portela-Sta. Margarida** (Soc. Recreativa Portelense, 13h), com **Luisa Mesquita**, **Júlia Amorim** e **António Mendes** (Inscrições até dia 30, Tel. 043.736850)

SETÚBAL

Hoje

No concelho de Almada, visita de candidatos ao Centro de Saúde de Almada, às 9h30, depois ao CRSS e ao Hosp. Garcia de Horta. A partir das 15h, contactos com população na Costa da Caparica e em Porto Brandão. Visita de candidatos à Assoc. de Reformados do Barreiro, Lavradio, Sto. André, Palhais (a partir das 14h30)

Debates no concelho de Palmela: com **Octávio Teixeira** no Cine S. João, 21h; com **Duran Clemente** no Pinhal Novo, 21h; com **Odete Santos** na Venda do Alcaide, 21h

Seixal, 15h, com **O. Teixeira**, distribuição de documentos na **Indelma**. Em Setúbal, porta-a porta e contactos com o Comércio de S. Julião, 18h, contactos de **Odete Santos** com a população escolar (das 15 às 19h);

Sexta-feira, 1

Almada, a partir das 8h, com a participação de **Octávio Teixeira**, distribuição de documentos aos utentes da **Ponte 25 de Abril**; 10h, visita aos serviços da CMA. Acções de esclarecimento na **Lisnave**, às 16h15, na Mutela e na Romeira. Sessão de esclarecimento em Vale Cavala, Charneca. No Barreiro, sessão de esclarecimento na SFAL, às 21h, e visita dos candidatos à freguesia do Lavradio. Sessão de esclarecimento em Canha, às 21h. Em Palmela, 21h, **Encontro CDU** no Grupo Desportivo dos Cajados, com **O. Teixeira** e visita de candidatos à freg. de Poceirão. Em Setúbal, sessões de esclarecimento com **Duran Clemente** na GPAG (10h) e com **J. Matias** em S. Sebastião

Sábado, 2

Em Cacilhas, sessão de esclarecimento às 21h e no Laranjeiro lanche-convívio (CT do PCP, 17h). Sessões de esclarecimento nos Reformados do Seixal (9h) e, em Setúbal, no Praiense (Sado) sobre Saúde, com **Joaquim Judas** (21h) e sobre transportes em S. Sebastião, com **V. Merendas**

Domingo, 3

Almoço-convívio no CT da Charneca (13h). Festa CDU na freguesia do Lavradio, às 15h30. Almoço em Sarilhos Pequenos, com V. Merendas. No Seixal, almoço com trabalhadores no Independente Torreense almoço-convívio no CT do PCP. Em setúbal, sessão de esclarecimento sobre pescas na Palhavã (Anunciada), às 17h, e Noite de Fados nos “13” em S. Sebastião, às 21h

Segunda-feira, 4

Sessão de esclarecimento na SRUP, no Pragal (21h) com **Joaquim Matias**. No Barreiro, almoço com trabalhadores no Nicola, com **Odete Santos** (13h). No Montijo, sessão de esclarecimento na AMUT, às 21h30. Sessão de esclarecimento no Alto dos Moinhos, em Corroios (21h30). Em Vila Nogueira de Azeitão, sessão de esclarecimento J. Judas

Terça-feira, 5

Em Almada, **Encontro-convívio de Mulheres** na Incrível Almadense, com **Odete Santos** (16h). Almoço em Palhais. Sessão de esclarecimento no “Estrela Afonso-eirensense”, no Montijo, às 21h30. Almoço no Pavilhão do Chiquinho do Clube D.C.R da Gâmbia. Acções de propaganda eleitoral em todos os concelhos do distrito.

Quarta-feira, 6

Dia da Saúde no concelho do Barreiro: contactos nos Centros de Saúde, visita ao Hospital. Sessão de esclarecimento em Sarilhos Pequenos (21h). Arruada (a partir das 9h) no Seixal, com **Octávio Teixeira** e **Odete Santos**. Arruada com jovens na Baixa de Setúbal.

Juventude CDU em Setúbal - Ao longo de todos os dias da campanha, a juventude CDU de Setúbal promove diversas iniciativas, de que se destaca a Brigada Jovem de propaganda no dia 1 no Barreiro, no dia 3 no Seixal, no dia 4 em Setúbal, no dia 5 em Palmela e no dia 6 em Alcochete e Montijo; o concerto na Coop. Bem Vinda a Liberdade no Faralhão, no dia 1 e o **Festival da Juventude** na SFUAP, em Almada, no dia 5 a partir das 16h.

PCP-PEV



VotaCDU

Para que não fique tudo na mesma

Iniciativas com Carlos Carvalhas

Hoje

10.00 – mercado de **Olhão**. 18.00 – mini-comício no jardim de **Tavira**. 20.00 – jantar-convívio na Coopofa, em **Faro**.

21.30 – comício-festa no cinema **St.º António**, em **Faro**.

Sexta-feira, 1

17.30 – largo da JF de **Vila Nova de S. Bento**. 18.15 – largo da Igreja de **Vale de Vargo**. 19.00 – jardim de **Pias**. 19.30- jantar no Mercado Municipal de **Moura**.

21.30 – comício-festa em **Beja**, no **Largo da Conceição**, junto ao Museu Rainha D. Leonor (ou na Casa da Cultura, se chover) com «Os Meninos da Avó» e intervenções de Rodeia Machado e Susana Fonseca.

Sábado, 2

10.00 – arruada na **Baixa da Banheira**. 11.30 – centro histórico de **Alcochete**. 12.45 – almoço na Sociedade Filarmónica União Agrícola de **Pinhal Novo**. 15.00 – Associação de Reformados da **Arrentela**.

19.00 – jantar da Juventude CDU, no **Barreiro**. 21.00 – comício-festa na **SIRB «Os Penicheiros»**, no **Barreiro**, com «Sete Estrelas» e intervenções de Joaquim Matias, Odete Santos e Octávio Teixeira.

Domingo, 3

15.00 – Feira de Outubro, em **Vila Franca de Xira**.

17.00 – comício-festa no salão da **Música e dos Bombeiros**, em **Alpiarça**, com «Os Meninos da Avó» e intervenções de Susana Gaspar, Francisco Madeira Lopes e Luísa Mesquita.

Segunda, 4

10.00 – **Feira do Silvado** (Odivelas). 19.30 – jantar no «Forno Idanhense», Quinta da Pedra Branca, **Famões**. 21.30 – comício-festa no cinema de **Loures**, com «Os Meninos da Avó» e intervenções de Ana Paula Assunção, João Galdes e Adão Barata.

Terça, 5

15.30 – comício-festa na **Praça General Humberto Delgado**, no **Porto**, com «Os Meninos da Avó» e intervenção também de João Amaral.

19.00 – jantar na Quinta de Santinho, **Viana do Castelo**, com intervenção também de João Duarte. 21.00 – comício-festa na **Praça Francisco Inácio**, em **Pevide**, com intervenção também de Agostinho Lopes.

Quarta, 6

13.00 – almoço no «Café Ramalho», em **Estremoz**. 15.30 – Câmara Municipal de **Vila Viçosa**. 16.15 – **Bencatel**. 16.30 – **Redondo**. 19.00 – jantar no «Pátio Alentejano», Estrada das Alcáçovas, em **Évora**, com intervenção também de Lino de Carvalho.

21.00 – comício-festa no **Cine-Teatro Curvo Semedo**, em **Montemor-o-Novo**, com os «Navegante» e intervenções de Carlos Pinto de Sá, Inês Zuber e Lino de Carvalho.

Quinta, 7

10.00 – arruada no **Barreiro** (Parque Catarina Eufémia - Câmara Municipal). 13.00 – almoço nos **Bombeiros Voluntários do Montijo**. 17.00 – arruada na **baixa de Setúbal** (Praça Bocage). 19.00 – jantar no Desportivo de **Sesimbra**.

21.30 – comício-festa na **SFUAP**, **Cova da Piedade**, **Almada**, com «Sete Estrelas» e intervenções de Maria Emília Sousa, Heloísa Apolónia e Octávio Teixeira.

Sexta, 8

17.30 – arruada na **baixa de Lisboa**, com início no Largo do Chiado.

21.00 – comício-festa no **Coliseu dos Recreios de Lisboa**, com «Os Meninos da Avó» e intervenções de Blasco Hugo Fernandes e Isabel Castro.

TELEVISÃO

Quinta, 30

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 09.15 Malha de Intrigas
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.25 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.50 Consultório
 - 14.50 Nico d' Obra
 - 15.25 Nas Asas do Destino
 - 16.40 Amigo Público
 - 18.00 País, País
 - 18.20 País Regiões
 - 18.45 Futebol: Dinamo Bucareste-Benfica
 - 20.45 Telegenral
 - 21.30 Campanha Eleitoral
 - 22.00 As Lições do Tonecas
 - 22.35 Docas 2
 - 23.45 Pós de Bem Querer
 - 00.45 Diário da Campanha
 - 01.10 24 Horas
 - 02.00 Querida Jane (de Jane Clayton, EUA/1997, com Samantha Mathis, Joseph Gordon-Levitt. Drama. Telefilme)

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.45 Caminho das Estrelas
 - 16.35 Floresta de Galeria
 - 17.30 Terra Nossa
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 19.00 Caderno Diário
 - 19.15 Campanha Eleitoral
 - 19.30 Juvenil

Sexta, 1

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 09.15 Malha de Intrigas
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.25 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.50 Consultório
 - 14.50 Todo o Terreno (Camp. Nac.)
 - 15.25 Nas Asas do Destino
 - 16.40 Amigo Público
 - 18.00 País, País
 - 18.40 País Regiões
 - 19.00 Campanha Eleitoral
 - 19.20 A Lenda da Garça
 - 20.00 Telegenral
 - 21.05 Dragão de Fumo
 - 22.05 Passeio da Fama
 - 23.05 Con Air - Fortaleza Voadora (Longa Metragem)
 - 00.30 Diário da Campanha
 - 00.55 24 Horas
 - 01.45 Páginas Negras de Patricia Highsmith

- RTP 2**
- 14.30 Informação Gestual
 - 15.00 Rugby: País de Gales-Argentina
 - 16.30 O Caminho das Estrelas
 - 17.30 Meia de Música
 - 18.00 Programa Religioso
 - 19.00 Caderno Diário
 - 19.15 Campanha Eleitoral

Sábado, 2

- RTP 1**
- 08.00 Infantil/Juvenil
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Top +
 - 15.00 Máquinas
 - 16.00 Estrada Viva
 - 16.50 Hóquei em Patins: Benfica-Porto
 - 18.30 Que Vida Esta
 - 19.25 Campanha Eleitoral
 - 20.00 Telegenral
 - 21.05 Santa Casa
 - 22.30 Nash Bridges
 - 23.30 Diário da Campanha
 - 23.55 24 Horas
 - 00.35 O Vencedor (de Kenneth Schwenker, EUA/1996, com Vincent D' Onofrio, Rebecca de Mornay, Billy Bob Thornton «Thriller»)
 - 02.15 Quick (de Rick King, EUA/1993, com Teri Polo, Martin Donovan, Jeff Fahey. «Thriller»)

- RTP 2**
- 09.00 Universidade Aberta
 - 12.00 Quem Sai aos Seus
 - 12.35 Juvenil
 - 13.40 Dinheiro Vivo
 - 14.00 Gente da Cidade
 - 15.00 Desporto 2
 - 17.00 Há Festa na Aldeia (Longa Metragem)
 - 18.30 Futebol (Liga Inglesa)
 - 19.30 2001
 - 20.00 Onda Curta (El Caminante, de Debra Smith, G.Bret/1998; Brak, de Garri Bardine, URSS/1987; George and Rosemary, de David Fine e Alison Snowden, Canadá/1987. Curtas Metragens de Animação)

Domingo, 3

- RTP 1**
- 08.00 Infantil / Juvenil
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Liga dos Campeões
 - 14.45 Made in Portugal
 - 16.15 Heróis em Acção
 - 17.10 Star Trek VI: O Continente Desconhecido (de Nicholas Meyer, EUA/1991, com William Shatner, Leonard Nimoy, De Forrest Kelley, David Warner. Ficção científica)
 - 18.30 Destinos de Sofia
 - 19.00 Campanha Eleitoral
 - 19.35 Domingo Desportivo
 - 20.00 Telegenral
 - 21.20 Os Principais
 - 22.40 Jet Set
 - 23.20 Domingo Desportivo
 - 00.35 O Conde de Monte Cristo
 - 01.35 Diário da Campanha
 - 02.00 24 Horas
 - 02.40 Alibi Perfeito (de Eddy Matalon, Can-Fr-G.Bret/1993, com Anthony Higgins, Leslie Hope, F. Murray Abraham. Comédia policial)

- RTP 2**
- 09.00 Programa Religioso
 - 10.30 Missa
 - 11.20 Infantil / Juvenil
 - 13.05 Quem Sai aos Seus
 - 13.30 Saber & Fazer
 - 14.00 Jornal d' África
 - 14.30 Rotações
 - 15.00 Desporto 2
 - 19.30 Campanha Eleitoral
 - 20.05 Bom Bordo

Segunda, 4

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 09.15 Malha de Intrigas
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.25 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.50 Consultório
 - 14.50 Nico d' Obra
 - 15.25 Nas Asas do Destino
 - 16.40 Amigo Público
 - 18.00 País, País
 - 18.40 País Regiões
 - 18.55 Futebol: Belenenses-Porto
 - 19.00 Telegenral
 - 21.45 Campanha Eleitoral
 - 22.20 Nós, os Ricos
 - 22.55 Esquadra de Polícia
 - 24.00 Jogo Falado
 - 02.00 24 Horas
 - 02.50 Gente da Cidade
 - 04.45 Máquinas

- RTP 2**
- 14.30 Informação Gestual
 - 15.00 Mundial de Ciclismo
 - 16.00 Novas Aventuras de Robin Hood
 - 16.45 As Sete Maravilhas do Mundo
 - 17.30 Açores
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Universidade Aberta
 - 19.00 Caderno Diário / Juvenil
 - 19.30 Campanha Eleitoral
 - 20.30 Riscos
 - 21.00 3º Calhou a Contar do Sol
 - 21.30 Remate
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.40 Acontece

Terça, 5

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 09.15 Malha de Intrigas
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.25 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.50 Consultório
 - 14.50 Nico d' Obra
 - 15.25 Nas Asas do Destino
 - 16.40 Amigo Público
 - 18.00 País, País
 - 18.40 País Regiões
 - 19.00 Campanha Eleitoral
 - 19.20 A Lenda da Garça
 - 20.00 Telegenral
 - 21.05 Herman 99
 - 23.00 Jesse
 - 23.30 Liga dos Campeões
 - 00.35 Diário da Campanha
 - 01.00 24 Horas
 - 01.50 Seaquest, Brigada Submarina
 - 02.40 Armadilha Sentimental (de Nicholas Roeg, EUA/1987, com Theresa Russell, Gary Oldman, Christopher Lloyd. Drama)

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.45 Derrick
 - 16.35 As Sete maravilhas do Mundo
 - 17.30 Meia de Música
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.25 Hóquei em Patins: Porto-Barcelos
 - 20.15 Campanha Eleitoral
 - 20.30 Riscos
 - 21.00 3º Calhou a Contar do Sol
 - 21.30 Remate
 - 22.00 Jornal 2

Quarta, 6

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 09.15 Malha de Intrigas
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.25 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.50 Consultório
 - 14.50 Nico d' Obra
 - 15.25 Nas Asas do Destino
 - 16.40 Amigo Público
 - 18.00 País, País
 - 18.40 País Regiões
 - 19.00 Campanha Eleitoral
 - 19.20 A Lenda da Garça
 - 20.00 Telegenral
 - 21.05 Liga dos Campeões (Resumo dos Jogos)
 - 22.15 Assalto ao Arranha-Céus (de John McTiernan, EUA/1988, com Bruce Willis, Alan Rickman, Bonnie Bedelia, Alexander Godunov. Ver Destaque)
 - 00.40 Diário da Campanha
 - 01.05 24 Horas
 - 01.55 Diário de Maria

- RTP 2**
- 14.30 Informação Gestual
 - 15.00 Mundial de Ciclismo
 - 16.00 O Caminho das Estrelas
 - 16.35 As Sete Maravilhas do Mundo
 - 17.30 Ilhas Vivas
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.35 Desporto
 - 19.00 Caderno Diário
 - 19.15 Campanha Eleitoral
 - 20.30 Riscos
 - 21.00 3º Calhou a Contar do Sol



Carlos do Carmo em quase 2 horas de concerto, quarta-feira na SIC



Carmen Dolores - Retrato e memórias da atriz, segunda-feira na RTP2



Futebol: quase todos os dias, para quase todos os adeptos



A SIC retransmite a partir de segunda-feira "Bangkok Hilton", a série que lançou Nicole Kidman

- 20.30 Riscos
- 21.00 3º Calhou a Contar do Sol
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Acontece
- 23.00 Julgamento e Castigo
- 24.00 Documentário
- 01.00 Meia de Música

- 19.30 Tribunal da Ciência
- 19.55 Basquetebol: Iliabum-Benfica
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Acontece
- 23.00 Mente Assassina
- 00.40 Os Planetas
- 01.35 Meia de Música
- 02.05 Amigos

- 20.30 Departamento de Homicídios
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 O Lugar da História
- 23.40 Allô, Allô!
- 00.10 Crimes do Pior
- 00.40 Smith and Jones
- 01.10 Kika (de Pedro Almodovar, Esp/1993, com Victoria Abril, Peter Coyote, Veronica Forqué. Comédia dramática)

- 20.35 Artes e Letras - Bailado: "From a Classical Position"
- 21.00 Jonathan Creek
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Horizontes da Memória
- 23.10 Faenas
- 23.40 Obsessão Selvagem (de Jonathan Kaplan, EUA/1992, com Kurt Russel, Madeleine Stowe, Ray Liotta. «Thriller»)

- SIC**
- 07.00 Circo - Festival Internacional de Massy
 - 08.00 Buéréré
 - 12.00 Nosso Mundo - Histórias de Babuínos
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Bangkok Hilton (Parte 1)
 - 17.00 A Lagoa Azul (de Randal Kleiser, EUA/1980, com Brook Shields, Christopher Atkins. Comédia Romântica)
 - 19.00 Tempo de Antena
 - 19.15 Força de um Desejo
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.50 Clube dos Campeões
 - 21.20 Suave Veneno
 - 22.30 Roda de Milhões
 - 00.40 Boleró (de John Derek, EUA/1984, com Bo Derek, George Kennedy, Olivia d'Abo. Erótico)
 - 02.40 Último Jornal
 - 03.15 O Padrinho (Parte 1) (de Francis Ford Coppola, EUA/1972, com Marlon Brando, Al Pacino, James Caan, Robert Duvall, Diane Keaton. Ver Destaque)
 - 06.15 Portugal Radical

- SIC**
- 08.00 Zip Zap
 - 12.00 BBC - Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.50 Big (de Penny Marshall, EUA/1988, com Tom Hanks, Elizabeth Perkins, John Heard. Comédia)
 - 16.00 Rex, O Cão Polícia
 - 17.00 Mulheres de Armas (de Jonathan Kaplan, EUA/1994, com Andie McDowell, Madeleine Stowe, Drew Barrymore, Mary Stuart Masterson. Comédia/Ação)
 - 19.00 Direito de Antenas
 - 19.30 Jornal da Noite
 - 21.00 Um Sarrilho Chamado Marina
 - 21.30 O Fura-Vidas
 - 22.00 Casos de Polícia
 - 23.10 Intruder, Missão de Alto Risco (de John Milits, EUA/1991, com Danny Glover, Willem Dafoe, Brad Johnson, Rosanna Arquette. Drama de Guerra)
 - 01.30 Último Jornal
 - 02.05 Médicos sem Fronteiras
 - 03.05 Portugal Radical

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 11.00 Programa Religioso
 - 11.50 Missa
 - 13.00 Uma Família Diferente (de Nell Cox, EUA/1999, com Andre Gregory, Jane Krakowski, Lois Smith. Comédia dramática)
 - 15.00 Caras Lindas
 - 17.00 O Segredo das Estrelas
 - 19.00 O Silêncio dos Culpados (de Ezio Greggio, EUA/1993, com Shelley Winters, Joanna Pacula, Dom DeLuise. «Thriller»)
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.40 Causa Justa
 - 22.30 Crimes de Paixão (de John Cosgrove, EUA/1993, com Sally Murphy, Michael O'Neill, Eddie Jones, Dwight Schultz. Drama)
 - 00.30 Amityville - A Vingança (de Tony Randel, EUA, com Stephen Macht, Shawn Weatherly, Megan Ward. Terror)
 - 02.20 Crepúsculo dos Deuses
 - 03.20 A Balada de Hill Street
 - 04.20 Mulher Perigosa

- SIC**
- 08.00 Buéréré
 - 10.00 Sic 10 Horas
 - 12.00 Zázá
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 18.00 Andando nas Nuvens
 - 19.00 Direito de Antena
 - 19.15 A Força de um Desejo
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Malucos do Riso
 - 21.30 Alice & Maravilhas
 - 22.30 Suave Veneno
 - 24.00 Delírio de Mulher (de Robert Ginty, EUA/1993, com Jeff Fahey, Bo Derek, Steven Bauer, Robert Mitchum. «Thriller». Erótico)
 - 02.00 Último Jornal
 - 02.35 Dra. Quinn
 - 03.35 Portugal Radical

- SIC**
- 08.00 Buéréré
 - 10.00 Sic 10 Horas
 - 12.00 Zázá
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 18.00 Andando nas Nuvens
 - 19.00 Campanha Eleitoral
 - 19.15 A Força de um Desejo
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Ponto de Encontro
 - 22.40 Suave Veneno
 - 23.45 Jogo Limpo
 - 02.00 Último Jornal
 - 02.35 Justiça Cega (de Richard Spence, EUA/1994, com Armand Assante, Elizabeth Shue, Adan Baldwin. Western)
 - 04.35 Portugal Radical
 - 05.00 Vibrações

- SIC**
- 08.00 Zip Zap
 - 11.55 O Nosso Mundo
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Os Três Ninjas Atacam (de Charles T. Kanganis, EUA/1994, com Victor Wong, Max Elliott Slade, Sean Fox. Artes Marciais)
 - 16.00 Big Show Sic
 - 19.00 Direito de Antena
 - 19.30 Big Show Sic
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Mundo VIP
 - 22.20 Pequenos e Terríveis
 - 23.30 Força Delta (de Menahem Golan, EUA/1986, com Chuck Norris, Lee Marvin. Acção)
 - 01.45 Afrodísia
 - 02.45 Último Jornal
 - 03.20 Portugal Radical

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.20 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 14.30 Um Cão de Sorte (EUA/1995, com Kirk Cameron, James Avery. Comédia)
 - 16.00 Animação
 - 19.00 Tempo de Antena
 - 19.30 Informação
 - 20.00 Especial Eleições
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.40 Pretender
 - 22.40 Ficheiros Secretos
 - 23.40 Só para Adultos (de Alan Pakula, EUA/1993, com Kevin Kline, Maru Elizabeth Mastrantonio, Kevin Spacey. «Thriller»)
 - 01.40 Will & Grace
 - 02.10 Aventuras no Pacífico
 - 03.05 A Balada de Hill Street
 - 04.10 Mulher Perigosa

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.20 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 14.30 Samantha
 - 15.30 Colégio Brasil
 - 16.00 Animação
 - 19.00 Tempo de Antena
 - 19.30 Informação
 - 20.00 S.O.F. - Força Especial
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.30 Futebol: Setúbal-Roma (Taça UEFA)
 - 23.15 A Bola É Nossa
 - 01.00 Amazônia a Ferro e Fogo (de John Frankenheimer, EUA/1994, com Raul Julia, Sonia Braga, Edward James Olmos. Ver Destaque)
 - 02.50 Aventuras no Pacífico
 - 03.50 Will & Grace
 - 04.20 A Balada de Hill Street
 - 05.20 Mulher Perigosa

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.20 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 14.30 Samantha
 - 15.30 Colégio Brasil
 - 16.00 Animação
 - 19.00 Tempo de Antena
 - 19.30 Informação
 - 20.00 S.O.F. - Força Especial
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.40 Os Reis da Música Nacional
 - 00.30 Quem É Júlia (de Walter Grauman, EUA/1996, com Jameson Parker, Jeffrey DeMunn, Maçon Adams. «Thriller»)
 - 03.10 Will & Grace
 - 03.40 A Balada de Hill Street
 - 04.40 Mulher Perigosa

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.20 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 14.30 O Agente Canino
 - 16.00 Animação
 - 19.00 Tempo de Antena
 - 19.30 Informação
 - 20.00 S.O.F. - Força Especial
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.40 7th Scroll (1º Epis.)
 - 23.15 Revelação Intima (de Bill Corcoran, EUA/1996, com C. Thomas Howell, Nick Mancuso, Lisa Howard. «Thriller»)
 - 01.40 Will & Grace
 - 02.20 Aventuras no Pacífico
 - 03.50 Tal Pai, Tal Filho
 - 04.20 Desporto
 - 04.50 A Balada de Hill Street
 - 05.45 Mulher Perigosa

- SIC**
- 08.00 Buéréré
 - 10.00 Sic 10 Horas
 - 12.00 Zázá
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 18.00 Andando nas Nuvens
 - 19.00 Tempo de Antena
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Jornalistas
 - 22.15 Suave Veneno
 - 23.15 Supermodel of the World
 - 00.45 Musical - Carlos do Carmo
 - 02.30 Último Jornal
 - 03.05 Toda a Verdade
 - 04.05 O Sexo e a Cidade
 - 04.35 Portugal Radical

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.20 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 14.30 Samantha
 - 15.30 Colégio Brasil
 - 16.00 Animação
 - 19.00 Tempo de Antena
 - 19.30 Informação
 - 20.00 S.O.F. - Força Especial
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.15 7th Scroll
 - 23.40 Will & Grace
 - 00.15 O Corvo
 - 01.15 Aventuras no Pacífico
 - 02.15 A Balada de Hill Street
 - 03.15 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Amazónia a Ferro e Fogo

(Quinta-feira, 01.00, TVI)

Realizado para a televisão por cabo norte-americana em 1994, este filme é inédito entre nós no circuito comercial mas tem esta semana, que sabemos, a segunda exibição em televisão. Trata-se da cinematização da vida e da luta da figura lendária de **Chico Mendes**, criminosamente abatido pelos poderosos ao encabeçar a luta pela protecção da Amazónia e dos seus povos desapossados, expulsos, martirizados. Chico Mendes, líder pioneiro dessa luta dos Sem Terra que ainda hoje prossegue, é aqui apaixonadamente interpretado por **Raul Julia**, o grande actor porto-riquenho pouco depois falecido, e a realização é de mestre **John Frankenheimer**.

O Padrinho

(Segunda-feira, 03.15, SIC)

Agora inserido no ciclo "Os Filmes do Século" que a SIC programou para este ano, difícil seria que dele não constasse, e por mais vezes que já tenha passado na televisão. De facto, este filme de **Coppola** representa, no período em que foi realizado - anos 70 -

seja, neste caso, na brutal e impressionante «montagem paralela» entre as cenas da *matança* e do *baptismo* - processo também tentado (falhado) por **Coppola** no terceiro episódio. Com interpretações antológicas de **Marlon Brando** (um documentário recentemente exibido na RTP2 sobre o actor ilustrava a sua consensual genialidade com algumas das cenas deste filme) ou **Al Pacino** e uma fotografia e uma partitura (respectivamente de **Gordon Willis** e **Nino Rota**) absolutamente insuperáveis, *O Padrinho* - que, de facto, só cabe bem na tela grande de uma sala de cinema - é assim, mais uma vez, uma oferta irrecusável.

Um Chá no Deserto

(Terça-feira, 23.05, RTP2)

Bertolucci, irregular, quase sempre megalómano, amante dos grandes espaços em que muitas vezes se perde, deriva desta vez para o deserto, e pelo menos os que têm a memória de "Lawrence da Arábia" sentir-se tentados a não perder esta noite de terça-feira na RTP2. De facto, esta é uma aventura sentimental e morna, de três personagens (dois homens e uma mulher) "em busca de si próprios" no tal espaço imenso que nem pela excelente fotografia de **Vittorio Storaro** é redimido. **Debra Winger** não consegue despertar a sua notável garra interpretativa e só **John Malkovich** evidencia como sempre o seu enorme talento.

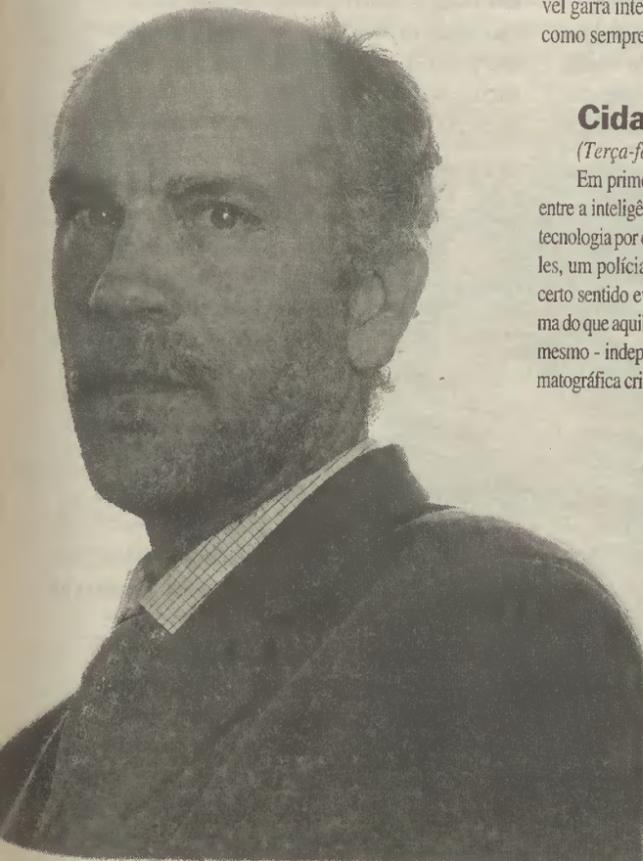
Cidade Sob Pressão

(Terça-feira, 02.05, SIC)

Em primeiro plano neste filme está o verdadeiro duelo entre a inteligência e a sagacidade, por um lado, e o rigor e a tecnologia por outro. Assim se enfrentam, em plena Los Angeles, um polícia obcecado e um assaltante implacável, num certo sentido evidenciando muito mais aquilo que os aproxima do que aquilo que os coloca em campos contrários. Por isso mesmo - independentemente da desenvoltura da acção cinematográfica criada pela encenação e montagem (dir-se-ia que



Marlon Brando, Don Corleone de "O Padrinho"



John Malkovich, protagonista de "Um Chá no Deserto"



Raul Julia (com Sónia Braga) em "Amazónia a Ferro e Fogo"

um dos exemplos mais marcantes do regresso em força aos processos de narração do cinema clássico norte-americano e, mais ainda, ao ressurgimento dos géneros - regresso e ressurgimento que, em termos de rentabilidade económica (e ideológica), foram friamente determinados e calculados pelos grandes estúdios para fazer face à crescente e inquietante afirmação estética de obras que, pela originalidade da sua construção formal e pelo radical inconformismo do seu conteúdo temático, haviam marcado nos anos 60 uma clara ruptura com o *establishment* de Hollywood. Independentemente da constatação deste facto objetivo, é também fora de dúvida que *O Padrinho* e as suas sequelas (pela primeira vez equiparando-se todas elas, em qualidade, peso e originalidade, à sua matriz, em particular a terceira), avultam na obra de **Francis Ford Coppola** e no género em que estruturalmente se filiam como das suas obras mais maduras, impressionantes e sedutoras. Não tanto pela temática, que é já clássica, do *filme negro* (o «subir na vida») do mundo escuro de todos os pequenos negócios e traficâncias; o exercício do «poder», a «hierarquização» e os «códigos de honra» no seio das famílias mafiosas, com os seus particulares esquemas de «fidelidade» e de «sucessão»; a «normalidade» da superioridade do homem sobre a mulher; a «naturalidade» dos ajustes de contas entre bandos rivais, mas, sobretudo, pela fabulosa maestria com que o realizador nos dá, na encenação e montagem, os sinais audiovisuais dessa temática - seja na rigorosa composição dos planos (ocupando geralmente o seu *centro* a figura inabalável do «chefe»), seja na escala e iluminação dos mesmos (*grandes, próximos e americanos*), nas cenas rodadas em interiores, que representam a segurança e o recato sinistros de um «ambiente» que se domina; ou recatadas em exteriores, que representam o «ambiente» inseguro do mundo hostil,

irrepreensíveis) - aquilo que se revela mais interessante no filme é o verdadeiro estudo psicológico das duas personagens, ainda por cima quando elas são interpretadas por dois monstros da arte de representar, como são **Al Pacino** e **Robert De Niro**, designadamente numa cena de antologia, num simples e quase prazenteiro frente-a-frente, à mesa de um café. A não perder.

Assalto ao Arranha-Céus

(Quarta-feira, 22.15, RTP1)

Um pouco ao contrário dos indestrutíveis «heróis solitários» (típicos do militante *reaganismo* cinematográfico), este **John McLane**, simples polícia de Nova Iorque, começa por surgir aos nossos olhos como um pacato «agente da ordem» que não deixa de nos surpreender com a sua aterradora (e aterrada) vulnerabilidade face ao pânico de morte em que involuntariamente se envolve. Tudo começa quando vem a Los Angeles para reacender a chama de um casamento em declínio e celebrar com a mulher e os filhos a véspera de Natal. Mas outras «chamas» o aguardam! Chegado ao arranha-céus onde se realiza a festa anual da empresa em que a mulher trabalha, eis que os convivas (e o nosso herói) são surpreendidos por ataque de um grupo de terroristas que os converte em reféns durante a tentativa de roubarem centenas de milhões de dólares em acções, à guarda de um cofre-forte. É então que **McLane**, fazendo das fraquezas forças, se vê perante a necessidade de resolver, praticamente só e sempre à beira do colapso final, uma tão complexa situação. O que se segue é indescritível, com cenas de acção, violência e destruição como raramente o cinema nos deu, e ainda alguns perfeitos achados (que funcionam como contraponto aos habituais *clichés* deste género de filmes) como a cena de autêntico bailado em que se transforma o duelo final ou as insólitas comunicações de rádio do terrorizado **McLean** com o único ponto de ajuda no exterior... Destaque, ainda, para uma impecável distribuição de actores que adequadamente escolhe o **Bruce Willis** de então para primeira figura de cartaz, brilhantemente acompanhado por um surpreendente **Alan Rickman** (actor britânico da *Royal Shakespeare Company*), na exemplar composição do sinistro cérebro terrorista. Claro que um filme que já passou incontáveis vezes nos nossos *écrans* de televisão não é, propriamente, uma «novidade... Mas os adeptos do género, que porventura ainda não o tenham visto, não podem perdê-lo, tanto mais em contraste com os inúmeros (talvez sejam dezenas, esta semana) *filmes de acção* feitos a metro que infestam a programação televisiva.

Há Festa na Aldeia

(Sábado, 17.00, RTP2)

O que será provavelmente, nesta semana, o único filme inédito em televisão só tardiamente foi revelado ser, nem mais nem menos, *Jour de Fête*, a primeira longa metragem de Jacques Tati, geralmente considerada uma obra prima. Estamos nesse dia de 1948 numa típica e pacata aldeia francesa que se prepara para a sua festa anual e a recepção aos forasteiros. François, o carteiro local, sempre pronto a deitar a mão a todas as lidas mas com alguma propensão para a confusão, gera o caos quando resolve aplicar os métodos de distribuição de correspondência com o auxílio de helicóptero, visto num dos filmes americanos que nesse pós-guerra chegavam em força à Europa. As acrobacias a que para tal se entrega definem desde logo não só aquela personagem, quase muda e sempre perplexa perante o «desastre», mas também a sua versão «urbana» - o Senhor Hulot que Tati criaria em breve em futuras obras-primas, de ironia mordaz na observação da sociedade desse tempo. É claro que o filme era tão insólito, tão inovador (e, sob a capa de simples comédia, tão corrosivo) que Tati se viu sem distribuidor... Rodado a preto e branco, Tati produziu posteriormente uma cópia com vários planos pintados à mão, e em 1995 foi feita uma versão totalmente colorida. Ignora-se com qual delas vamos ser presenteados.

Jacques Tati

A inactualidade duvidosa

No estado em que estão as coisas, telespectador que não queira perder o seu tempo de vida de uma maneira péssima, correr o risco de envenenar a alma, de certo modo até sujar os olhos, tem de ter um trabalho dos diabos para escolher, nas programações diárias, uma nesga de televisão que lhe valha a pena. Não é uma prática muito fácil e, sobretudo, muito praticada: a generalidade das gentes vê o que lhe calha ao carregar o primeiro botão que vem aos dedos e por aí se fica, não apenas passiva mas até agradecida, qualquer que seja o programa que se lhe meteu à cara. E assim, dia após dia, semana após semana, se vão escoando as preciosas horas ditas livres do seu quotidiano, como se não pudessem ter melhor aplicação.

Na verdade, parece nem sequer valer a pena que se tente a escolha, tão equivalentes entre si na mediocridade são as programações de diversos canais. Porém, em rigor não é tanto assim. Mesmo sem recorrermos ao que está longe de estar ao alcance de todos, que são os melhores canais distribuídos pela TV Cabo (que aliás supeito de estar em decadência qualitativa, o que registo de passagem para os devidos efeitos), é possível encontrar nos canais portugueses, designadamente na TV2, canal alegadamente cultural do chamado serviço público, programas compensadores para quem nele invista o seu tempo. Nem sempre, é claro, nem sequer todos os dias. Mas às vezes, e é o que se arranja.

Por exemplo: em (in)certos dias da semana, um pouco antes das onze da noite, são transmitidos por vezes telefilmes interessantes, integrados nas rubricas «Zoom», «Sinais do Tempo» ou «O Lugar da História», segundo uma distribuição que nem sempre obedece a critérios óbvios, mas isso é o menos. Mais importante é prevenir que não poucas vezes uma clara motivação anticomunista percorre a emissão, o que aliás não surpreende porque bem se sabe como continua a ser dever dos *media* ocidentais (e agora são ocidentais todos os *media* entre S. Francisco e Tóquio) não deixar abrandar a sacrossanta cruzada contra o bolchevismo, por mais que este tenha sido declarado defunto. Afora isto, que não é pouco, os programas que nos são trazidos naquelas rubricas merecem o nosso tempo mesmo que não sejam preciosos. Nos tempos que vão correndo, não é mau.

Os ratos e o vírus

Um dia destes, em «O Lugar da História» foi transmitido um telefilme francês que trazia o título original de «La Delation sous l'Occupation», traduzido por apenas «A Delação» numa fórmula tão económica de palavras que permitia a suspeita de que se quis evitar uma chamada de atenção para a presença nazi em França durante a Segunda Guerra Mundial. É que ainda há gente assim, que não gosta de que se lembrem os crimes dos nazis e dos seus cúmplices. Como, por meu lado, me parece que lembrar tais feitos continua a ser um dever cívico fundamental, não quis deixar de ver o telefilme apesar da sua inactualidade. Até porque sei bem

que há inactualidades mais aparentes que reais.

Datado de 98, «La Delation sous l'Occupation» falava-nos sobretudo das denúncias infames, feitas por franceses muito patriotas, muito nacionalistas, muito fascinados pela direita que encontrou em Pétain o seu pretexto e a sua bandeira, que levaram aos campos de extermínio alemães cerca de 70 mil cidadãos tão franceses como eles - mas de sangue judeu. Não me surpreendeu que fosse esse o caminho tomado pelo telefilme: é já de regra que, quando se fala do terror nazi na Europa de 33-45, as vítimas judaicas absorvam todas ou quase todas as referências e as restantes fiquem à beira de serem esquecidas. Também neste caso foi assim. Porém, como «Histoire oblige» e as denúncias abundaram noutros alvos, também ali se falou dos comunistas, dos socialistas, dos gaullistas de diversas tendências, dos resistentes ou para resistentes sem definição ideológica, que a cobardia de gente de direita entregou à Gestapo, directamente ou através da sinistra milícia de Vichy.

E, perante aquilo, fiquei-me a pensar. A perguntar-me se aquele episódio repugnante estará totalmente ultrapassado e obsoleto ou se, quase sessenta anos depois, não poderia repetir-se em França ou em qualquer outro país europeu se, por milagre de Santanás, que na qualidade de arcanjo caído deve ter mantido alguns poderes miraculosos, a direita mais brutal tomasse o poder. Se, então, não assistíramos a que os ratos do direito anónimo e covarde, mordidos pelo vírus do anticomunismo primário que nele tem vindo a ser cuidadosamente mantido e alimentado, não poderiam voltar a fazer o mesmo.

Perguntei-me, e alguma voz em mim respondeu-me que sim.

TVISTO

■ Correia da Fonseca



Uma campanha triste

CRÓNICA

■ Leandro Martins

Ainda a campanha dava os primeiros passos - ou, como diria Guterres, ainda a procissão ia no adro - e já muitos comentadores assinalavam o tom chocho e pouco entusiasmante em que decorriam os debates, a falta de convicção de alguns dos participantes e, sobretudo, a ausência de uma mensagem política forte que mostrasse a diferença entre as diversas forças políticas que concorrem às eleições de 10 de Outubro. É claro que nos referimos aos comentários e não ao empenhamento político dos comentadores, por mais independentes que se apresentem. No fim de contas não se pode pedir a um cidadão, por mais mascarado que esteja, que abdique das suas simpatias... E também nós - aqui e por toda a parte - não deixaremos de assinalar as positivas diferenças que a CDU apresenta, sem arvorar a palavra de apoio e de campanha em «apreciação supra-partidária».

Dizem alguns - e Durão Barroso terá sido o primeiro, chegando ao ponto de pedir o adiamento das eleições ao mesmo tempo que colocava pendões em profusão - que os dramáticos

O certo é que, no final de quatro anos de mandato do PS no Governo, as escolhas a fazer se apresentam de modo muito diferente da que se realizou quando Cavaco saiu derrotado e o PSD foi afastado do executivo. Os equívocos com que estas eleições se embrulham são maiores e envolvem a campanha numa nuvem de poeira demagógica que pretende esconder a essencial concordância entre as políticas defendidas pelos três partidos representantes dos interesses do grande capital.

Se em 1995, o PS de Guterres podia, apesar das advertências, apresentar-se «pela esquerda» contra o cavaquismo moribundo, quatro anos de política de direita, realizada na senda dos governos de Cavaco e aprofundando a mesma política, não só deixam sem grandes argumentos o novo líder do PSD, como dificultam a Guterres outros argumentos que não sejam os do «charme», das promessas e das gabarolices de «obra feita» - sobre os caboucos do cavaquismo -, dos cheques «à boca das urnas» e das inaugurações que são, também, uma visível cópia do modo de fazer política herdado do PSD. Guterres e os seus, ao mesmo tempo que distribuem tostões e prometem milhões, mostram-se como o reverso da mesma moeda falsa que é a política de direita.

Que remédio tem Barroso se não o de acusar Guterres de fazer o mesmo «em pior»? De se zangar apontando-lhe o «pecado» de usar uma linguagem litúrgica - nós diríamos «beata» - pretendendo arrastar às urnas o mesmo eleitorado «conservador»? Que remédio tem o sucessor de Cavaco no PSD (depois do interregno marcelista) se não o de gritar miríficas promessas para tentar desvanecer imagem do seu opositor que tão «brilhantemente», e com o apoio e aplauso do grande capital, seguiu as pisadas do «timoneiro»?

Por tudo isto - e por muito mais certamente - é que a confrontação entre o PS (que pretende continuar a mesma política) e o PSD (que desejaria voltar ao protagonismo dela) não pode deixar de ser uma apagada tristeza, donde estão ausentes a ideologia e os argumentos. Por isso mesmo, a triste imagem de Portas, «à direita», disparando sobre ambos, parece ridícula, brandindo contra Barroso o fel de se sentir rejeitado, e contra Guterres o insulto de o considerar «de esquerda».

Mas se falamos de tristeza, apagada e vil, não queremos dizer que não haverá, do lado direito da campanha, uma grande e encenada animação e que o tom não denuncie algum desespero partidário. Da parte de Guterres, ele não se fica pela seráfica linguagem de sacristia. Entre anúncios de mais milhões, vai ao ponto de rematar à baliza. Apontando à esquerda e chutando à direita, como relatou um jornalista. E mesmo assim... falhando. Barroso lá se vai indignando por ver partilhado o seu campo «sagrado» do catolicismo militante. Portas continua a enfiar um boné por cada representação. E todos já fazem convergir a oratória contra os comunistas.

É que há diferenças que não podem ser completamente escondidas. Até porque a gente não deixa.



acontecimentos em Timor «prejudicaram» o debate político. Assim será, em certa medida, e é verdade que o largo e profundamente sentido consenso que a nível popular mostrou a solidariedade dos portugueses com o povo timorense veio esbater, de algum modo, as «diferenças» que por altura de campanhas eleitorais se evidenciam com maior nitidez. É verdade ainda que o Governo arrecadou, e não perdeu pitada ao fazê-lo, muito do prestígio (que ao povo e ao País pertencem de direito) dessa solidariedade e que Guterres e o PS certamente saem beneficiados, até pelo facto de, entre os mais sinceros apoiantes da libertação de Timor, se haver verificado uma natural reserva em apontar até as mais flagrantes deficiências e insuficiências no decorrer do processo de negociações internacionais em torno da questão do referendo e da intervenção da ONU.

Dito isto, eleger Timor como factor «responsável» pela chateza da campanha é não só uma abusada referência, como um insulto. Insulto aos timorenses que continuam a sofrer e a bater-se abnegadamente pela liberdade e pela independência; insulto aos eleitores portugueses que saberão separar as águas da solidariedade que os une ao povo de Timor e que os dividirá na escolha do próximo dia 10 de Outubro.

ESCAPARATE

TEATRO

«A Boda dos Pequenos Burgueses»
regressa ao Centro Cultural da Malaposta

A partir de amanhã, dia 1 de Outubro, o Teatro Malaposta regressa ao seu espaço residente - Centro Cultural Malaposta, em Olival Basto - com «A Boda dos Pequenos Burgueses». Numa versão do colectivo da Companhia, esta peça de Bertolt Brecht tem tradução de Catarina Pereira e encenação de José Peixoto. Os cenários são de José Manuel Castanheira, os figurinos de Juan Soutullo, a coreografia de Kot Kotecki, o desenho de luz de António Plácido, os vídeos de Pedro Sena Nunes, os adereços de Natércia Costa, a caracterização de Kilo Sarmiento e a imagem gráfica de Armando Vale.

A completar o elenco, as interpretações são asseguradas por Luís Alberto, Elisa Lisboa, Anabela Teixeira, Sofia de Portugal, Jorge Silva, Jorge Estreia, Alexandre Reis, Mário Jacques e Rui Rebelo.

Como salienta uma nota informativa do Grupo, «A Boda dos Pequenos Burgueses», que estará em cena até 15 de Outubro, «parodia até ao absurdo a história de um casal de noivos que constrói o seu próprio mundo, na convicção de que a felicidade dependia exclusivamente de si próprios, como se "lá fora" nada acontecesse. Só que durante a festa de casamento os acontecimentos exteriores não param e esse "mundo" construído pelos noivos com "as suas próprias mãos" vai-se destruindo perante o gozo dos convidados».

«O Príncipezinho»
em Linda-a-Velha

No ano em que comemora o seu 30.º aniversário, o «Intervalo Grupo de Teatro», que vem na continuidade do «1.º Acto», reinterpreta a peça «O Príncipezinho», de Antoine Saint-Exupéry. É já no próximo sábado, dia 2, às 16.00 horas, no Auditório Municipal Lourdes Norberto, em Linda-a-Velha.

Com encenação de Paula Manso, o espectáculo repete-se todos os sábados, à mesma hora, até ao dia 19 de Dezembro. A interpretação estará a cargo de Andrea Fernandes, António Tavares, António Castro, Carla Andrea, Carlos Paiva, Ana Catarina Passos, Cláudia Lauro, Fernando Tavares Marques, Helder Anacleto, Ida Teresa Macara, Rita Cruz e Telma Trigo.

DANÇA

Companhia de Dança de Lisboa
recorda Época dos Descobrimentos

«Cabo da Boa Esperança - 510 anos depois», assim se chama o espectáculo que a Companhia de Dança de Lisboa apresenta hoje, dia 30, às 21.30 horas, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, por iniciativa da Câmara Municipal do Barreiro.

«Por mares nunca dantes navegados» é o lema deste espectáculo, dedicado a Carlos Paredes, que proporciona um reencontro com a história e a arte portuguesa, na sua dimensão mais universalista, que significa também o encontro com outros povos e outras culturas.

«O Cabo da Boa Esperança - 510 anos depois» tem início com a «Saudade da Partida» onde os bailarinos/caravelas se preparam para a partida, ao mesmo tempo que os que ficam se despedem e retomam a vida em terra.

Na segunda parte, com a «Ilha dos Amores/Cabo da Boa Esperança», referenciado é o canto nono de «Os Lusíadas» de Luís de Camões, numa atmosfera em que relevam os mitos e as provações do mar, bem como o encontro com outras gentes.

A coreografia e a encenação são da responsabilidade de Célia Gouvêa, com música de Carlos Paredes, Madredeus e Rodrigo Leão Vox Ensemble. A selecção e montagem da banda sonora é de José Manuel Oliveira e Nuno Tempero.

Os bilhetes do espectáculo podem ser adquiridos na Casa da Cultura, na Galeria Municipal de Arte e na Divisão Sócio-Cultural da Câmara Municipal do Barreiro.

CINEMA

«Buena Vista
Social Club»

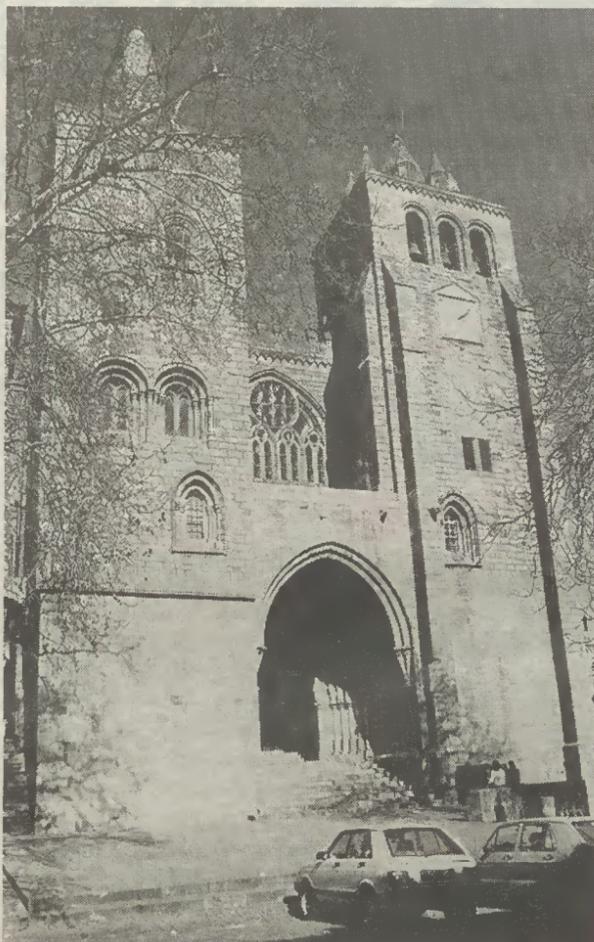
Considerado um grande acontecimento e um êxito de público em todos os países onde tem estreado, continua em exibição o mais recente filme de Win Wenders, «Buena Vista Social Club». Apresentada pela primeira vez no Festival de Berlim, esta longa-metragem regista de forma simples e magistral as gravações de um álbum de Ry Cooder com o músico cubano Ibrahim Ferrer e seus pares que integram a Buena Vista Social Club, bem como dois concertos dados por aquela formação de excelentes músicos cubanos em Amsterdão e Nova Iorque.

BUENA VISTA
SOCIAL CLUBII Jornadas Internacionais
«Escola de Música da Sé de Évora»

Têm início no próximo sábado, prolongando-se até terça-feira, dia 5 de Outubro, as II Jornadas Internacionais «Escola de Música da Sé de Évora». Organizadas pela «Eborae Musica» - Associação Musical de Évora e contando com o patrocínio da Câmara Municipal estas Jornadas inscrevem nos seus objectivos a divulgação do vasto espólio daquela associação, repartido por um conjunto diversificado de autores dos séculos XVI e XVII, dando simultaneamente a conhecer diferentes formas de abordagem do seu repertório.

O aprofundamento de técnicas vocais e de interpretação, a par da criação de um espaço de intercâmbio de saberes, vivências e culturas, constituem também objectivos destas II Jornadas, que os seus promotores desejam ver abertas à participação da comunidade eborense.

Do programa que preenche a agenda de trabalhos, no decurso dos quatro dias, destaque para a conferência que terá lugar imediatamente a seguir à sessão de abertura, proferida pelo Cónego Professor Doutor José Augusto Alegria, subordinada ao tema «O Funcionamento da Claustro da Sé de Évora».



Igual relevo, após as sessões de ateliers, que decorrerão nos dias 3 e 4, dirigidas pelos maestros Peter Phillips, Francisco d'Orey e José Robert, merece o Concerto Final previsto para as 17.00 horas do dia 5, na Sé de Évora, que marcará o encerramento oficial das Jornadas.

Dia Mundial da Música
em Almada

Um concerto organizado pelo Coro Polifónico de Almada assinala amanhã, dia 1 de Outubro, o Dia Mundial da Música. Com início às 21.30 horas, no Fórum Municipal Romeu Correia, o concerto tem entrada livre.

No sábado, dia 2, neste mesmo espaço cultural, será o fado a marcar presença através da voz de Mafalda Arnauth. Fazendo parte de «uma nova geração de fadistas», pode ler-se no texto que faz a divulgação das iniciativas em curso no Auditório Romeu Correia, Mafalda Arnauth revela uma «atitude mais definida em relação ao Fado dos próximos tempos», sem contudo deixar de respeitar «as raízes desta música antiga».

EXPOSIÇÕES

«Torre de Babel»

«Torre de Babel», assim designou Henrique Tigo a sua mais recente exposição de pintura. A inaugurar amanhã, dia 1 de Outubro, às 19.00 horas, a exposição estará patente ao público no Instituto Português da Juventude, situado no Parque Expo, Lisboa.

«Espant'homens»

A AMASCULTURA inaugura amanhã, dia 1 de Outubro, no Centro Cultural Malaposta, a exposição de fotografia «Espant'homens», de Gérard Castello-Lopes. Integrada na VI Bienal de Fotografia de Vila Franca de Xira, esta exposição foi apresentada pela primeira vez ao público entre Maio e Outubro de 1997, integrada na 10.ª edição do projecto «Arte Efémera na Paisagem». Organizada na altura pela Direcção do Parque de Serralves, o seu elemento central relaciona-se com uma mostra de espantalhos na área agrícola de Serralves.

Para Gérard Castello Lopes, que pela primeira vez utilizou a cor nas 32 fotos agora expostas, esta opção tornou-se «indispensável» face à necessidade de «produzir imagens tão realistas quanto possível para não ser infiel àquilo que, precisamente, produz o "espanto"».

Esse objecto/figura, que dá pelo nome de espantalho, em que a cor, ainda segundo as suas palavras, «é pelo menos tão importante como a sua própria forma».

A exposição estará patente ao público até ao dia 8 de Novembro, das 09.30 às 12.30 horas e das 14.30 às 18.00 horas. A entrada é livre.

LIVROS

Luís Sá
Espaços
de Poder
e DemocraciaDo global ao local
no limiar do século XXI

CAMINHO

Espaços
de Poder
e Democracia

De Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, mais um livro que a Caminho publica. Desta vez na Coleção Nosso Mundo, o livro de Luís Sá, como em subtítulo adianta - *Do global ao local no limiar do século XXI* - propõe-se abordar «o problema de saber que país vamos ter e em que mundo vai estar inseridos, com particular destaque para os problemas políticos daí decorrentes».

Articulado em três textos - O global e o local e a nova pluralidade de espaços de cidadania; A União Europeia e o Tratado de Amsterdão; Moeda Única, Amsterdão e novos campos da política - o livro defende que «se verifica a coexistência e interpenetração crescente dos vários níveis de decisão, desde o global ao local, e não a substituição de uns por outros».

Manuel Vázquez Montalbán

O Quinteto de Buenos Aires

Pepe Carvalho
25 anosO Quinteto
de Buenos Aires

Pepe Carvalho faz vinte e cinco anos. Pepe é o detective criado por Manuel Vázquez Montalbán, o escritor catalão que anda há vinte e cinco anos nisto de contar as histórias que inventa para Pepe. O detective envelheceu, passados os cinquenta. Tal como a mão do escritor - a mão que escreve, parece ter entrado noutra ritmo, demorar-se mais nas situações e menos nas palavras. Mas isto são apenas impressões - e não vamos além disso nesta coluna - sobre um livro, O Quinteto de Buenos Aires, que a Caminho edita para alegria de muito fiéis que encontram em Pepe Carvalho, a personagem, e Montalbán, o autor (que vão envelhecendo juntos), uma razão de peso para ler. Pepe, antigo comunista, que passou pela CIA (?), que queima livros para acender lareiras e cozinha petiscos como quem constrói catedrais, envereda sempre por aventuras fantasmáticas, onde «ressuscitam» personagens do fascismo ou arrumados da política. Desta feita, Pepe atravessa o mar e vai a Buenos Aires desencantar histórias e gente desaparecida - ou nem tanto -, que viveu e vive ainda o pesadelo do fascismo de Videla.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

A pólvora

Quatro-ministros-quatro inventaram esta semana a pólvora eleitoral que, como todas as descobertas, funciona com grande simplicidade. Resumidamente, consiste num espectáculo em que cada ministro desempenha um duplo papel, o de ministro e o de candidato, com o pormenor – aliás, fundamental para o sucesso da performance – de que quando um representa o seu papel de ministro, é aplaudido pelos outros ministros envergando a personagem de candidatos.

Confusos? É melhor exemplificar com os factos da ocorrência.

Na estreia do espectáculo, as representações estiveram a cargo dos ministros António Costa, Marçal Grilo, Maria de Belém e Pina Moura. Primeiro, vimos António Costa a receber os seus colegas de Governo numa instalação da EXPO. Estava no seu papel de ministro que tutelou esta realização e mostrava os seus feitos governativos aos outros ministros – nesse momento no papel de candidatos do PS às próximas eleições legislativas. Os candidatos aplaudiram imenso, apesar de todos já terem aplaudido e visitado imensamente aquela mesma obra, na sua qualidade de ministros.

Depois, rumaram todos para umas instalações do Ministério da Educação e foi a vez de Marçal Grilo vestir a personagem de ministro e largar a de candidato, o que não causou baixas na assistência porque António Costa o substituiu, passando de ministro a candidato com a mesma sorridente convicção com que há uns anos demonstrou a superioridade competitiva do burro sobre o Ferrari. E o ministro Marçal Grilo lá mostrou a sua obrinha aos colegas que, agora como candidatos, explodiram em aplausos que não lhe deram enquanto ministros. E a coisa continuou nestes termos, com Maria de Belém a inaugurar mais uma chafarica segunda vez e em exclusivo para os colegas, seguindo-se-lhe Pina Moura na mesma anedota, aliás de enorme sucesso, a avaliar pelos largos sorrisos da comitiva de candidatos do PS, ou PS dos candidatos, não sabemos exactamente.

Um dos pontos altos do entremez foi quando Almeida Santos – que também ali se apresentou como «candidato» e não como presidente da Assembleia da República – rejeitou a hipótese lançada pelos jornalistas de se estar a assistir a um aproveitamento partidário por parte do PS à custa do erário e das obras públicas, produzindo a espantosa argumentação de que estas visitas decorreram em «circuito interno» - leia-se, de membros do Governo PS para candidatos a deputado do PS -, pelo que... «não se estava a influenciar ninguém fora da órbita do PS»!

Então se assim era, por que divulgaram a iniciativa e convocaram todos os órgãos de comunicação social para fazerem a sua cobertura? Queriam expor em público as intimidades do partido?!...

Para tornar a coisa mais ridícula, Marçal Grilo respondia, entretanto, aos jornalistas que, «na sua qualidade de ministro», receberia com igual gosto a visita de candidatos do PCP, do PSD ou do PP às instalações que acabara de mostrar «aos candidatos do PS».

Então em que é que ficamos? Demagogia à custa do erário público ou «visita em circuito interno»? Postas as coisas neste pé, seria interessante que os partidos de oposição aceitassem o convite de Marçal Grilo.

É que uma coisa é fingir, entre correligionários, que se fez, e outra, muito diferente, é mostrar aos adversários... que não se fez.

■ Henrique Custódio

Depois de visitar o Alto Alentejo, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participou, na terça-feira passada, num grande comício da CDU em Coimbra, onde também interveio Mário Nogueira, cabeça de lista da coligação por este círculo eleitoral.

Perante uma assistência atenta e manifestamente confiante, Mário Nogueira iniciou a sua intervenção com uma certeza: a de que faz falta ao distrito de Coimbra um deputado da CDU, única força política com propostas concretas para a região.

Dentre essas propostas, o cabeça de lista da CDU enumerou a exigência de verbas, no âmbito do Orçamento do Estado e do III Quadro Comunitário de Apoio que tenham em conta o atraso estrutural do distrito; a necessidade de um plano de emergência para salvar as empresas em crise; uma intervenção urgente no domínio da saúde; um plano de recuperação do atraso de Coimbra no domínio das acessibilidades; um financiamento adequado para a Educação; a definição de uma política ambiental que assegure o equilíbrio ecológico e a defesa da Natureza.

Para isso, falta, porém, ao distrito de Coimbra uma nova voz, diferente e exigente: a voz da CDU.

Carlos Carvalhas dedicou a primeira parte do seu discurso à juventude e aos problemas da Educação, lembrando que, nos últimos anos, «o PCP foi a força política que de forma mais consequente levantou os problemas do ensino superior e que na Assembleia da República deu sempre voz aos interesses e reclamações das universidades e politécnicos e dos seus estudantes, docentes e funcionários não docentes.»

Afinal, ironizou Carlos Carvalhas, a «paixão» que assolava o PS acabou por lhe «dar cabo da memória», levando-o a esquecer as inúmeras promessas que apresentou então aos eleitores e, quatro anos passados, «os principais problemas mantêm-se inalterados, quer ao nível dos factores de qualidade do ensino e das condições para a investigação científica, quer dos factores democratizadores do acesso e do sucesso escolares.»

Valorizar o ensino

«Quando falamos com os responsáveis académicos, com professores,

Carlos Carvalhas em Coimbra

Uma política virada para a juventude

situação herdada dos governos do PSD para se defender os direitos educativos dos alunos deste sector».

Para o PCP «urge ser adoptada uma verdadeira política nacional para o ensino superior» que, entre

amento científico, curricular e pedagógico de todo o sistema».

Uma política que estabeleça «um novo e mais justo sistema de acesso ao ensino superior, que elimine os «numerus clausus» e que eleve sig-



Carlos Carvalhas defendeu em Coimbra a eliminação do «numerus clausus»

com estudantes», «continuamos a ouvir críticas muito vivas à continuação da política de subfinanciamento do ensino público, e às orientações adoptadas em relação à sua distribuição pelos constrangimentos que fazem pesar sobre muitas instituições», disse Carlos Carvalhas, pois a principal medida deste Governo em relação ao ensino superior «foi impor um aumento significativo das propinas no ensino público».

De facto, «é proclamado verbalmente o respeito pela autonomia dos estabelecimentos públicos de ensino superior mas, na prática, são prosseguidos e acentuados mecanismos de subfinanciamento que limitam fortemente o seu poder de decisão e a sua indispensável margem de iniciativa».

Também no acesso ao ensino superior, vê-se uma «nova lei», mas não se vê resolvido o problema do «numerus clausus»; não se vêem «corrigidas as injustiças que uma agravada selectividade está a provocar»; nem que «seja posto cobro a uma política de preenchimento de vagas que contraria os interesses e as opções de grande número de candidatos».

Quanto ao ensino privado, também não foi corrigida «a incrível

outros objectivos, «defenda e aperfeiçoe a autonomia de que gozam as suas instituições» e «alargue a frequência, eleve a qualidade e garanta o financiamento sustentado do sistema público de ensino superior».

Uma política «que prossiga os processos de avaliação, dignifique e valorize as carreiras docentes e apoie de forma efectiva o aperfeiço-

nificativamente a acção social escolar». Uma política que «valorize a escola pública».

Por isso, sublinhou Carlos Carvalhas, para uma sociedade «que só tem para oferecer a uma parte significativa da juventude, um trabalho precário e mal pago, o desemprego ou a emigração», para uma política «de costas voltadas» para a juventude, «não contem com a CDU».

Dirigentes associativos apoiam CDU

Um grupo de dirigentes do movimento associativo do distrito de Lisboa constituiu-se em comissão de apoio à CDU. Justificando a sua iniciativa, afirmam ser a CDU a «força mais consequente e empreendedora no apoio ao movimento associativo popular, quer através de iniciativas legislativas, quer através de reflexões sérias» que, sublinham, «asseguram uma grande confiança».

Para os dirigentes associativos, «neste final de milénio em que o movimento associativo

está muito distante do existente nos restantes países europeus, no que toca a apoios e condições», importa, pois, «dar apoio àqueles que melhor empenho têm demonstrado para a resolução destes problemas».

Marcado está, entretanto, um jantar de apoio à CDU na Voz do Operário, dia 6, às 20.00 horas, no qual participará Alfredo Flores, presidente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e candidato da CDU pelo círculo de Lisboa.

Entre os primeiros subscritores da comissão de apoio à CDU contam-se António Vieira (Chiniquilho Cruzeirense), Carichas (Academia de Santo Amaro), Elvira Magusto (Boa União, João Coelho (Casa Pedrógão Grande), Jorge Rua Carvalho (Combatentes), Lau (Futebol Clube Benfica), Lubriano (Academia Santo Amaro), Luís Maçarico (Combatentes), Manuel Inácio (Adicense), Romeu Rosário (Guilherme Cossoul), Vítor Agostinho (Voz do Operário).

Xanana chega amanhã a Portugal

Xanana Gusmão, o presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, chega a Lisboa amanhã. Segundo uma fonte oficial citada pela Lusa, o líder timorense será aguardado pelas principais autoridades do Estado português no aeroporto militar.

Está prevista a realização de uma grande recepção popular, organizada por um vasto conjunto de organizações sindicais, partidos políticos e associações. «É uma vez mais necessário prestar solidariedade ao povo timorense e todos os modos de pressão continuam a fazer sentido para agora defender um processo de indepen-

dência rápido, no sentido de fazer cumprir o que o povo decidiu democraticamente por referendo», afirmou Paulo Sucena, da Fenprof.

Xanana Gusmão é recebido ao fim da manhã no Palácio de Belém pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, que oferece um almoço em sua honra em que participam o primeiro-ministro, o ministro dos Negócios Estrangeiros e os líderes dos partidos com representação parlamentar.

De tarde, Xanana Gusmão é recebido pelo primeiro-ministro e pela Comissão Permanente da Assembleia da República

e visita a sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No sábado, o líder do CNRT recebe os dirigentes dos partidos com assento na Assembleia da República, representantes das organizações não-governamentais ligadas a Timor e a direcção da Sociedade para o Desenvolvimento do Território.

Depois de almoçar com o primeiro-ministro, Xanana Gusmão encontra-se com a comunidade timorense radicada em Portugal e, ao fim do dia, janta no Palácio de Belém com as principais figuras institucionais portuguesas.



27399